



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

LARISSA FEITOSA DA ROCHA

**QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA:
O ACESSO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM SERGIPE**

**São Cristóvão
2023**

LARISSA FEITOSA DA ROCHA

QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA:
O ACESSO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM SERGIPE.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
– PROSS, da Universidade Federal de Sergipe,
como exigência para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Flávia Augusta Santos
de Melo Lopes

São Cristóvão
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R672q Rocha, Larissa Feitosa da
Quem cuida de quem cuida : o acesso de trabalhadoras domésticas à assistência social durante a pandemia de Covid-19 em Sergipe / Larissa Feitosa da Rocha ; orientadora Flávia Augusta Santos de Melo Lopes. – São Cristóvão, SE, 2023.
135 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Assistência social. 2. Trabalho doméstico - Sergipe. 3. COVID 19, Pandemia de, 2020-. 4. Trabalho - Proteção. I. Lopes, Flávia Augusta Santos de Melo, orient. II. Título.

CDU 364:331.1:578.834(813.7)

QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA:
O ACESSO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM SERGIPE

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
– PROSS, da Universidade Federal de Sergipe,
como exigência para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Flávia Augusta Santos de Melo Lopes
Orientadora (PROSS/UFS)

Prof.^a Dr.^a Catarina Nascimento de Oliveira
Examinadora Interna (PROSS/UFS)

Prof.^a Dr.^a Shirley Silveira Andrade
Examinadora Externa (PROSS/UFS)

Prof.^a Dr.^a Milena Fernandes Barroso
Examinadora Interna Suplente (PROSS/UFS)

Dr.^a Giceli Carvalho Batista Formiga
Examinadora Externa Suplente (DAELAG/UFS)

AGRADECIMENTOS

São tantas coisas para agradecer e a tantas pessoas que fica muito difícil decidir por onde começar, mas como sou muito cronológica, prefiro sempre “começar do começo” (mesmo sendo redundante) e seguir a ordem das coisas e dos fatos. Portanto, como tudo começou com a história de minha mãe, é por ela que começo agradecendo:

À minha mãe por ter tido força e coragem suficiente para criar 3 filhos, mesmo isso tendo custado sua saúde física, mental e emocional; por ter nos ensinado a ter solidariedade com os outros, empatia e, principalmente, honestidade. Obrigada, mãe, por me aceitar de volta em sua casa, por cuidar de mim e de minha filha, mesmo já sendo adulta. Sem a sua paciência de todos os dias fazer o mesmo trabalho repetitivo e cansativo dos cuidados com a casa, com a gente, com os gatos, essa dissertação não teria sido escrita e nem defendida. Obrigada por, mesmo sem saber ou sem querer saber, ter doado a sua história para ser espelho e laboratório das minhas pesquisas desde o TCC até a dissertação. Te amo!

À minha filha Janaína, minha Jana! Obrigada, filha, por ser tão doce e amorosa com a mamãe; por sua energia que me coloca para cima, me impede de desistir da vida, do mundo. Você é a “minha pessoa” no mundo, meu ponto de luz, o maior e mais importante amor da minha vida. Desculpa por todos os dias que deixei de brincar com você, pela paciência que faltou, por parte da quarentena ter sido pior depois que entrei no mestrado. Desculpa pelas horas sem fim na frente da televisão e celular. Tentei e continuarei tentando compensar minha ausência, mesmo estando presente fisicamente. Em breve seremos só nós duas, o ócio, as bonecas, as pipocas, o pula pula e a casinha. Te amo mais ainda!

Aos meus irmãos, Marina e Adann, que tanto amo e que sempre, em todos os momentos, me apoiam, me dão força e fazem o que podem para criar as condições para os meus estudos. No agradecimento do TCC eu disse que estaríamos sempre juntos e aqui estamos, juntos! Amo vocês!

Ao meu melhor amigo e amor de uma vida toda, Bruno, pelo apoio, pelo ombro que foi suporte de tantas lamentações e choros, obrigada por dizer “a academia é para você sim”. Estive ao meu lado em todos os momentos, quando eu caí, você me levantou. Amor, nem lembro como era a minha vida antes de você. Te amo!

À minha amiga Carol por todo apoio, injeções de ânimo, carinho e por ter segurado várias barras minhas para eu conseguir escrever. Obrigada, amiga, por estar em minha vida e não me abandonar. Te amo!

À minha amiga Inês por todas as vezes que me mandou mensagem perguntando como eu estava dizendo que estava com saudade e me ajudando, mesmo de longe. Obrigada, Buzina, pelas aulas de inglês, por toda ajuda para me fazer passar na prova de proficiência. Te amo!

Às minhas colegas e aos meus colegas de trabalho da DAE que estiveram ao meu lado em todos os momentos, apoiando, ajudando, assumindo demandas minhas, jogando ânimo em mim e por todo carinho que sempre manifestaram. Sem a ajuda de vocês teria sido mais difícil passar pelo mestrado.

Aos meus colegas de mestrado pelo caminho que seguimos juntos e unidos, vocês foram muito importantes nessa minha trajetória acadêmica. Agradeço especialmente à Leydiane pela amizade, carinho, atenção e por toda a ajuda e parceria na escrita da dissertação. À Rafael pela amizade e pelo apoio do início ao fim. À Mayara pela amizade, carinho, companheirismo, desabafos e abraços trocados. Carrego vocês aqui no peito. Obrigada, minhas queridas e queridos!

Ao meu povo do SINTUFS da gestão “Resistir e avançar - é na luta que a gente se encontra” e “Resista, levante e lute” por segurar minha onda durante o período do mestrado, pelo companheirismo, apoio e amizade em especial à Leina, Fábio Farias, Flávio, Raquel, Flávia, Wagner e Taira. Em especial agradeço à Juliana, minha Juzinha, por, desde o começo, ser sempre tão amorosa e gentil, se oferecer para corrigir minha dissertação.

À minha ex-companheira de trabalho, de SINTUFS, de profissão, amiga, professora e orientadora, Flávia. Obrigada por me deixar segura, por ser porto seguro na tempestade, por ter sido tão cuidadosa comigo, um poço de informação, conhecimento e sabedoria. Obrigada, Flavinha!

À Quitéria por todo apoio desde o primeiro dia que cheguei lá no SINDOMÉSTICA, agora já no mestrado. Obrigada pela parceria, pela ajuda, pelas informações e por perguntar “afinal, no que vai nos ajudar essa sua pesquisa, você vai apontar os culpados?”. Sim, eu apontei os culpados. O que faremos agora? Vamos juntas!

Às minhas amigas e amigos, familiares que não citei, a todo mundo que eu amo e me suportou por esses 2 anos e 2 meses que pareciam não acabar e eu fiquei insuportável, nem mesmo eu me aguentava mais. No final, deu tudo certo!

À Deus que iluminou meus caminhos e deixou na terra o Salmo 23 para me lembrar que eu iria conseguir: “O Senhor é o meu pastor, nada me faltará; Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranquilas; Refrigerar a minha alma; Guia-me pelas veredas da justiça, por amor do seu nome; Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque Tu estás comigo; A tua vara e o teu cajado me consolam; Preparas uma

mesa perante a mim na presença dos meus inimigos, unges a minha cabeça com óleo, o meu cálice transborda; Certamente que a bondade e a misericórdia divina me seguirão todos os dias da minha vida; E habitarei na casa do Senhor por longos dias.”

Saravá, mamãe Oxum!

Saravá, mamãe Iemanjá!

Saravá, minhas guias espirituais Nega da Bahia e Vovó Dolores!

Salve São Cosme e São Damião!

Salve Maria, minha Nossa Senhora!

Axé para mim e para o mundo!

“E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi? Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi.

Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d’água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum.

Abracei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas.

Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma se tornam o espelho para os olhos da outra. E um dia desses me surpreendi com um gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente no meu rosto, me contemplando intensamente. E, enquanto jogava o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho, como se fosse uma pergunta para ela mesma, ou como estivesse buscando e encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou:

— Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?”.

(Olhos D’água - Conceição Evaristo)

RESUMO

Em alguns estados brasileiros o trabalho doméstico remunerado foi considerado como atividade essencial, forçando trabalhadoras a continuarem em atividade, expondo essas mulheres à contaminação pelo coronavírus SARS-CoV-2 nos deslocamentos em transportes coletivos e nos ambientes de trabalho. Ou seja, a pandemia de covid-19 evidenciou situações já bem consolidadas no Brasil, porém invisibilizadas: a exploração das trabalhadoras domésticas e a relação de desigualdade com seus patrões. Nos últimos três anos, a mídia brasileira divulgou amplamente casos de trabalhadoras domésticas sendo resgatadas de trabalhos em condições análogas à escravidão, bem como de mortes em decorrência de contaminação por covid-19 no local de trabalho. Como foi o caso de Cleonice Gonçalves, primeira vítima da doença em Niterói-RJ, que faleceu após contrair o vírus de seus patrões. Além do caso de Miguel Otávio que veio a óbito por ter a sua integridade física e emocional negligenciadas pela patroa de sua mãe, que estava em serviço. Esse cenário, como já dito, descortinou as desigualdades que são (re)produzidas pelo trabalho doméstico no Brasil, possuindo origens no período colonial com a escravidão, e mesmo após a abolição, reverberando até os dias atuais. No Brasil, o trabalho doméstico remunerado tem raça, gênero e classe determinadas, colocando as mulheres negras da classe trabalhadora na base da pirâmide da exploração e vítima das diversas desigualdades promovidas por nossa sociedade. Diante disso, questionamos o papel do Estado em garantir proteção social a estas trabalhadoras através da assistência social e demais políticas públicas. Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo analisar o acesso de trabalhadoras domésticas à assistência social no estado de Sergipe durante a pandemia de Covid-19. Para alcançar esse objetivo, elencamos como objetivos específicos: a) analisar historicamente o papel do trabalho doméstico na formação social brasileira e no desenvolvimento do capitalismo no Brasil; b) caracterizar o perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil contemporaneamente; c) levantar dados estatísticos sobre a política de assistência social em Sergipe; d) analisar as respostas que o Estado deu em relação à proteção social das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Utilizamos como método de análise o materialismo histórico dialético para compreender o real concreto através do movimento contraditório da história. A pesquisa foi de natureza documental e para isso, como fonte de dados, realizamos levantamento bibliográfico, documental, dados de instituições de pesquisa e estatística como o PNAD, IBGE, artigos científicos e jornalísticos, teses e dissertações. Em parceria com o SINDOMÉSTICA, coletamos dados de 50 trabalhadoras domésticas de várias regiões do estado de Sergipe. A investigação caracterizou-se com uma pesquisa descritiva e para o levantamento e análise de dados, teve características quantitativas e qualitativas. Como resultado dessa pesquisa avaliamos que a política social implementada pelo governo do estado durante e após a pandemia de covid-19 é assistencialista e a falta de ações coordenadas e técnicas de programas e políticas de efetiva proteção social contribuem para essa característica.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; Pandemia de covid-19; Assistência Social; Proteção Social.

ABSTRACT

In some Brazilian states, paid domestic work was considered an essential activity, forcing workers to continue working, exposing these women to contamination by SARS-CoV-2 when traveling on public transport and in work environments. In other words, a Covid-19 pandemic highlighted situations that were already well established in Brazil but made invisible: the exploitation of domestic workers and the unequal relationship with their employers. Over the past three years, Brazilian media has widely reported cases of domestic workers being rescued from working in conditions similar to slavery, as well as deaths resulting from Covid-19 contamination in the workplace. As was the case of Cleonice Gonçalves, the first victim of the disease in Niterói-RJ, who died after contracting the virus from her employers. In addition to the case of Miguel Otávio, who died because his physical and emotional integrity was neglected by his mother's boss, who was on duty. This scenario, as already mentioned, revealed the inequalities that are produced by domestic work in Brazil, having origins in the colonial period with slavery, and even after abolition, reverberating to the present day. In Brazil, paid domestic work has a determined race, gender and class. Placing working-class black women at the base of the pyramid of exploitation and victims of the various inequalities promoted by our society. Given this, we question the role of the State in guaranteeing social protection for these workers through social assistance and other public policies. Therefore, this research aims to analyze domestic workers' access to social assistance in the state of Sergipe during the covid-19 pandemic. To achieve this objective, we list as objectives specific: a) historically analyze the role of domestic work in Brazilian social formation and the development of capitalism in Brazil; b) characterize the profile of domestic workers in Brazil at the same time; c) collect statistical data on social assistance policy in Sergipe; d) analyze the responses that the State gave in relation to the social protection of domestic workers during the covid-19 pandemic in Brazil. We use dialectical historical materialism as a method of analysis to understand the concrete reality through the contradictory movement of history. The research was documentary in nature and for this, as a data source, we carried out a bibliographic and documentary survey, data from research and statistical institutions such as PNAD, IBGE, scientific and journalistic articles, theses and dissertations. In partnership with SINDOMÉSTICA, we collected data from 50 domestic workers from various regions of the state of Sergipe. The investigation was characterized by descriptive research and for data collection and analysis, it had quantitative and qualitative characteristics. As a result of this research, we assessed that the social policy implemented by the state government during and after the covid-19 pandemic is welfare-based and the lack of coordinated actions and techniques for effective social protection programs and policies contribute to this characteristic.

Keywords: Domestic work; Covid-19 pandemic; Social assistance; Social Protection.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matéria sobre Cleonice Gonçalves	22
Figura 2 – Matéria sobre o caso de Miguel Otávio Santana da Silva.....	23
Figura 3 – PNAD Contínua trimestre móvel out-nov-dez de 2022 com indicadores de Sergipe relativos a trabalho.....	75
Figura 4 – Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) entre novembro de 2021 e abril de 2022	77
Figura 5 – Primeiras cestas entregues pela CUT ao SINDOMÉSTICA	79
Figura 6 – A diretora Quitéria Santos entregando uma cesta básica a uma filiada.....	79
Figura 7 – As diretoras Maria Aparecida Marques Dantas e Quitéria Santos, junto com Roberto Silva, presidente da CUT numa ação de coleta de doações para trabalhadoras e trabalhadores	80
Figura 8 – Filiada recebendo ticket alimentação doados pela THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos	80
Figura 9 – Filiada recebendo máscaras	81
Figura 10 – Filiada recebendo produtos da marca VEJA.....	81
Figura 11 – Diretora Quitéria Santos indo à casa de filiadas para entrega de cestas básicas..	82
Figura 12 – A diretora Maria Aparecida Marques Dantas indo à casa de filiadas para entrega de cestas básicas	82
Figura 13 – Filiadas recebendo cestas básicas	83
Figura 14 – Doação de produtos de limpeza da marca VEJA.....	83
Figura 15 – Campanha realizada pela CUT Sergipe para arrecadação de alimentos e dinheiro para as trabalhadoras domésticas.....	84
Figura 16 – Curso sobre saúde da trabalhadora doméstica organizado pelo SINDOMÉSTICA e quem participasse ganhava uma recarga de celular para conseguir se conectar à internet....	84
Figura 17 – Governador do estado de Sergipe e secretária da assistência social (também é a primeira-dama) entregam cartões “Mais inclusão”	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de trabalhadores(as) domésticos(as) remunerados(as).....	34
Gráfico 2 – Perfil do trabalho feminino no Vale do Cotinguiba,	48
Gráfico 3 – Porcentagem populacional brasileira por faixa etária	61
Gráfico 4 – Porcentagem populacional brasileira por faixa etária Gráfico da evolução da taxa de participação no mercado de trabalho por grupos de gênero e raça.....	62
Gráfico 5 – Proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas por raça/cor - no Brasil e em grandes regiões	64
Gráfico 6 – Taxa de desemprego no 1º trimestre de 2023, em % (porcentagem).....	68
Gráfico 7 – Município de residência das trabalhadoras.....	88
Gráfico 8 – Bairro/Município da residência em que trabalham	89
Gráfico 9 – Bairro das que residem em Aracaju.....	89
Gráfico 10 – Valor do rendimento médio mensal por bairro de Aracaju	90
Gráfico 11 – Faixa etária das trabalhadoras	91
Gráfico 12 – Autodeclaração da cor da pele.....	92
Gráfico 13 – Renda familiar	93
Gráfico 14 – Relação entre o número de pessoas por família e a renda familiar	94
Gráfico 15 – Relação entre a renda e a cor da pele	95
Gráfico 16 – Relação entre a renda e casa própria	96
Gráfico 17 –Tipo de atividade das que não estão trabalhando em casa fixa	96
Gráfico 18 – Relação entre a cor da pele com o desemprego.....	97
Gráfico 19 – Carteira de trabalho assinada.....	97
Gráfico 20 – Evolução em porcentagem (%) da proporção de trabalhadoras domésticas por mulheres ocupadas entre 14 e 65 anos no Brasil (2012-2021).....	98
Gráfico 21 – Estava trabalhando quando iniciou a pandemia de covid-19	99
Gráfico 22 – Das que estavam trabalhando quando iniciou a pandemia, os patrões autorizaram cumprir a quarentena em casa	99
Gráfico 23 – Das 26 que estavam trabalhando quando iniciou a pandemia: quantas contraíram covid-19?	100
Gráfico 24 – Trabalhadoras que estão recebendo o bolsa família.....	101
Gráfico 25 – Quando começou a receber o bolsa família.....	102
Gráfico 26 – Recebeu cesta básica fornecida pelo CRAS do seu bairro?	102

Gráfico 27 – Se a trabalhadora ou alguém da família frequenta o CRAS do bairro em que mora	103
Gráfico 28 – Se a trabalhadora ou os patrões pagam a previdência social dela	104
Gráfico 29 – Valor do auxílio.....	105
Gráfico 30 – Faixa etária das beneficiárias.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de solicitações de informações através da plataforma Fala.BR e do site da Prefeitura de Aracaju - SE	30
Quadro 2 – Lista de solicitações de informações através da plataforma e-SIC no site do governo do estado de Sergipe	32
Quadro 3 – Levantamento de trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) por área de pós-graduação.....	35
Quadro 4 – Dissertações separadas por instituição, ano, autoria e título	35
Quadro 5 – Teses separadas por instituição, ano, autoria e título	36
Quadro 6 – Lista de matérias veiculadas na página da SEASC	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de postos de trabalho e perda salarial do trabalho doméstico (2019-2022)	
.....	26

LISTA DE SIGLAS

ALESE	Assembleia Legislativa de Sergipe
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
CMAIS	Cartão Mais Inclusão
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DSS	Departamento de Serviço Social
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PENSSAN	
SEASC	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania
SEDES	Sindicato das Empregadas Domésticas de Sergipe
SEIAS	Secretaria de Estado de Inclusão e Assistência Social
SEMFAS	Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social
SINDOMÉS	Sindicato das Empregadas Domésticas de Sergipe
TICA-SE	
SINTESE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 PERCURSO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	29
1.2 ESTADO DA ARTE	33
CAPÍTULO 2 – TRABALHO E CAPITALISMO: PARTICULARIDADES CONTEMPORÂNEAS	38
2.1 ASPECTOS GERAIS DA CENTRALIDADE DO TRABALHO: DESUMANIZAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA.....	38
2.2 FORMAÇÃO DO CAPITALISMO E DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL.....	42
2.3 O TRABALHO DOMÉSTICO E O SEU PAPEL NA HISTÓRIA BRASILEIRA	49
2.4 SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL COMO FORMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO	54
CAPÍTULO 3 - DETERMINANTES SÓCIO-HISTÓRICAS E ECONÔMICAS DO SISTEMA CAPITALISTA NA RELAÇÃO COM O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO.....	60
3.1 TRABALHO DO CUIDADO NO SISTEMA CAPITALISTA	60
3.2 DETERMINANTES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO SISTEMA CAPITALISTA	65
CAPÍTULO 4 - QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA: PROTEÇÃO SOCIAL PARA AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA PANDEMIA DE COVID-19.....	72
4.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE, ANÁLISE DO PERÍODO DE 2020 A 2023	72
4.2 ANÁLISE DE DADOS.....	87
4.2.1 O “lugar social”	87
4.2.2 Caracterizando as trabalhadoras domésticas	91
4.2.3 Perfil Socioeconômico.....	93
4.2.4 Trabalho Doméstico e covid-19	98
4.2.5 Seguridade Social e covid-19	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	120
ANEXO A - PROTOCOLOS DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES À PREFEITURA DE ARACAJU	121

ANEXO B - PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FEITA AO INSS 130
ANEXO C - PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FEITA À
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEASC....133

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o acesso de trabalhadoras domésticas remuneradas¹ à assistência social no estado de Sergipe durante a pandemia de covid-19. A escolha desse tema se deu por três razões, mas antes de abordá-las, peço licença para me colocar nessa escrita introdutória em primeira pessoa, pois parte dela trata-se de afeto, de fragmentos da minha vida particular descrita nas linhas que se seguirão. Somente após a listagem das minhas razões para a escolha do tema, retornarei à escrita na terceira pessoa, como demandam as normas acadêmicas.

A primeira razão de escolha, e a principal, é por minha mãe ter exercido o trabalho doméstico remunerado por alguns anos, o que moveu em mim o desejo de investigar a temática desde a graduação. Cursei todo o curso de Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe (UFS) na condição de estudante trabalhadora, trabalhava pelo dia e à noite assistia às aulas. Por esse motivo nunca consegui me dedicar à pesquisa e à extensão de forma satisfatória e muito menos remunerada. Entretanto, a Professora do Departamento de Serviço Social (DSS), Maria Lúcia Machado Aranha, hoje aposentada, com seu olhar sensível, me convidou para integrar o seu grupo de pesquisa que estava estudando e pesquisando sobre o trabalho doméstico remunerado em Sergipe junto à Casa da Doméstica e ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Ela sabia que eu não tinha o tempo exclusivo para a pesquisa, sabia que eu trabalhava o dia todo, mas me aceitou e sou muito grata por isso. A árvore deu frutos e estou dando continuidade aos estudos sobre Trabalho Doméstico.

O meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social foi intitulado “A organização política das trabalhadoras domésticas: Os aspectos sócios históricos da luta sindical em Aracaju -SE”. Escolhi analisar o Movimento Sindical pela influência que tinha, desde os 16 anos, do Partido dos Trabalhadores (PT). Na adolescência militei no movimento estudantil através do grêmio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET), onde cursei o ensino médio e o curso técnico de Construções Prediais. Aos 18 anos me filiei ao PT e sigo filiada até hoje.

¹ Segundo a Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, trabalhadora doméstica remunerada é aquela “que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana”. Essa é a modalidade que podemos chamar de “mensalista”, mas existe também a trabalhadora “diarista” que presta serviços domésticos de forma eventual de 1 a 2 vezes por semana e, infelizmente, não tem as garantias trabalhistas equiparadas às mensalistas.

Na pesquisa, analisei os resultados obtidos com a aplicação de 30 formulários, durante os meses de fevereiro e março de 2012, com trabalhadoras domésticas que frequentavam a Casa da Doméstica, pois o Sindicato das Empregadas Domésticas do Estado de Sergipe (SEDES) funcionava no mesmo espaço físico. No meu estudo apresentei uma discussão sobre a precarização do trabalho doméstico remunerado, fragilidade nos vínculos de trabalho, exploração da força de trabalho das trabalhadoras que exercem essa atividade e, como consequência dessas características, a dificuldade de organização da categoria.

Se a nível nacional as trabalhadoras domésticas iniciam sua organização tardiamente, considerando a luta dos trabalhadores de modo geral, em Sergipe, esse cenário se desenha somente a partir da década de 1980², segundo consta no 1º Boletim Informativo do Sindicato Das Empregadas Domésticas do Estado de Sergipe - SEDES (Rocha, 2012, p. 39).

No período em que produzi o TCC, a direção do sindicato era formada por: Sueli Maria de Fátima (Presidenta), Quitéria da Silva Santos (1º Secretária), Maria Auxiliadora (2º Secretária); Maria do Carmo Silva (1º Tesoureira); Elcry (2º Tesoureira), Maria Júlia Santos (1º Conselho Fiscal), Erivânia (2º Conselho Fiscal). Sueli era uma mulher de muita fibra, sempre com a voz calma, semblante de paz. A entrevistei no dia 24 de novembro de 2011, em seu ambiente de trabalho, a casa da patroa, local que trabalhava há muito! Sueli participou diretamente da formação do Sindicato das Empregadas Domésticas de Sergipe (SEDES)³, ainda quando era uma Associação.

Como em Sergipe na década de 1980 o sindicalismo volta a manifestar-se e reoxigena-se, em maio de 1983 é fundada a Associação das Empregadas Domésticas por um grupo de mulheres que frequentavam a Casa da Doméstica em busca de trabalho. Sueli Maria de Fátima, atual Presidenta do SEDES, participou desde o início desse processo. Segundo ela, a criação da associação foi fruto da necessidade de uma representação jurídica das trabalhadoras domésticas, pois o “Bispo dos Operários”, Dom Távora, havia a algum tempo doado um terreno no Parque dos Faróis para ser usado em prol das trabalhadoras domésticas. Mas é Dom Luciano José Cabral Duarte que formaliza essa doação, e numa parceria com a Companhia Habitacional de Sergipe - COHAB, Governo do Estado e Casa da Doméstica são entregues 398 casas às trabalhadoras domésticas. O conjunto residencial foi chamado de Célia Cabral Duarte, homenagem à mãe de Dom Luciano (Rocha, 2012, p. 39-40).

A segunda razão, a engrenagem que fez movimentar meu retorno à academia, foram os casos de Dona Cleonice Gonçalves e Miguel Otávio Santana da Silva que saltaram aos olhos

² Em 1980 enquanto fundação da primeira instituição voltada para a organização das trabalhadoras domésticas, pois em 1934 elas já manifestavam interesse em fundar um sindicato.

³ Após a filiação na Central Única dos Trabalhadores o nome passa a ser Sindicato das Domésticas de Sergipe – SINDOMÉSTICA-SE.

quando noticiados no Brasil no ano de 2020 em todas as mídias, causando muita comoção e desejo de justiça.



Fonte: página eletrônica do Fantástico no portal da Globo (2020)⁴.

Dona Cleonice foi a primeira vítima fatal da Covid-19 no estado do Rio de Janeiro. Ela tinha 63 anos, cozinheira na casa de uma família do Leblon havia 20 anos (G1, 2020). Seus patrões, após chegarem de uma viagem à Itália, apresentaram sintomas da covid-19, mas não dispensaram a trabalhadora. Quando Cleonice também começou a apresentar sintomas, a sua família foi avisada e a patroa a enviou de táxi para a sua casa em Miguel Pereira, que fica a aproximadamente 120km da cidade do Rio de Janeiro. No dia 17 de março, menos de 24 horas após sua internação, a trabalhadora veio a óbito por complicações da covid-19 (Slattery; Gaier, 2020). Cleonice Gonçalves tinha família, amores, era o amor de alguém. Mais que vítima desta

⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/03/22/uma-pessoa-muito-batalhadora-diz-sobrinho-de-empregada-domestica-que-morreu-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

doença, ela foi vítima da barbárie presente na relação de poder, desigual e carregada de ódio de classe que a burguesia estabelece com as trabalhadoras domésticas.

Já Miguel tinha 5 anos de idade, morador da cidade de Recife – PE. Ele era filho de Mirtes Renata Santana, trabalhadora doméstica na casa de Sérgio Hacker e Sari Mariana Gaspar Corte Real, prefeito e primeira-dama da cidade de Tamandaré – PE. A creche que Miguel estudava estava fechada em razão da pandemia, por isso naquele 2 de junho de 2020 ele foi para o trabalho com sua mãe. Mirtes deixou Miguel aos cuidados de Sari, enquanto “passeava” com a cachorra de estimação da patroa. Por irresponsabilidade, Miguel foi colocado por Sari sozinho no elevador social para ir ao encontro de sua mãe. Este ato causou a morte da criança que, ao parar em um dos andares, saiu do elevador, se dirigiu a uma janela, escalou e caiu de uma altura de 35 metros. Miguel foi socorrido, mas não resistiu (Gama, 2020).

Figura 2 – Matéria sobre o caso de Miguel Otávio Santana da Silva



Fonte: página eletrônica de Pernambuco no portal G1(2022)⁵.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-por-abandono-de-incapaz.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Essas duas mortes evidenciaram o que Beatriz Nascimento abordou em seu livro “Uma história feita por mãos negras”. Segundo a autora, a

[...] esses resíduos de escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados (Nascimento, 2021, p. 58).

Entre Cleonice, Mirtes e suas patroas existiu (e ainda existe) um vão com proporções colossais de diferenças de origem de classe, de raça, de oportunidades, de recursos financeiros, de condições dignas de moradia, de transporte público, de acesso à alimentação nutritiva e saudável, de acesso às políticas públicas de saúde, educação, etc.

As mulheres da classe trabalhadora, socioeconomicamente mais vulneráveis, especialmente as mulheres negras, são as mais atingidas negativamente pela pandemia e pela falta de garantias sociais e de saúde pública efetivas. As trabalhadoras domésticas, em particular, quando não foram demitidas sem respeito aos direitos trabalhistas, foram obrigadas a trabalhar sem direito ao isolamento, sendo expostas ao vírus em transportes públicos e nas residências que exerciam a sua atividade. Somente em 2021, 31 trabalhadoras domésticas foram resgatadas de trabalhos em condições análogas à escravidão contemporânea (Rocha, 2022). Esse foi e é o cenário do trabalho doméstico remunerado na pandemia, posto a “olhos vistos” na mídia, bem como nas publicações científicas que versam sobre o tema nesse contexto pandêmico.

De acordo com o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) publicado em 2019, intitulado “Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua”, o trabalho doméstico remunerado no Brasil é composto predominantemente por mulheres negras. Segundo as autoras, em 2018

[...] 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, estavam empregadas no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras – destas, 3,9 milhões eram mulheres negras. [...] do total de ocupadas no mercado de trabalho, 18,6% das mulheres negras exerciam trabalho doméstico remunerado, proporção que cai a 10%, quando se trata de mulheres brancas (Pinheiro *et al.*, 2019, p. 12).

Não é mero acessório que o trabalho doméstico seja uma ocupação exercida predominantemente por mulheres negras, conforme aborda a professora Rafaella Florêncio do

Instituto Federal do Ceará (IFCE) e ativista do Movimento Negro, em entrevista ao site Brasil de Fato:

A patroa vai à Europa, volta com a covid-19, não tem os cuidados devidos. A patroa sobrevive, entretanto, a empregada doméstica falece por conta da covid-19 e isso nos traz de imediato algumas reflexões que partem de uma perspectiva histórica, mas que são desafios da contemporaneidade, que é o lugar da mulher negra no mercado de trabalho (Barbosa, 2020).

Portanto, a terceira e última razão da escolha desse tema, foi o desejo de entender por que as mulheres negras, no que tange aos aspectos de saúde, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) covid-19, foram as mais afetadas: “entre as pessoas que apresentaram algum dos sintomas pesquisados de síndromes gripais, 56,9% eram mulheres, 45,6% tinham entre 30 e 59 anos, 54,4% se declararam de cor preta ou parda” (IBGE, 2020, p. 38). Fica evidente que os efeitos da pandemia no Brasil têm determinantes de raça, gênero e classe.

As mulheres negras e trabalhadoras foram e são as mais afetadas, reforçando a cultura de racismo e patriarcado na qual a sociedade brasileira está alicerçada. É sobre esse entrelaçado de desigualdades, que geram mais desigualdades, que esta pesquisa se propõe a refletir. A autora Sueli Carneiro levanta algumas questões a respeito disso. Para ela

[...] perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, consequentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualitariamente do gozo pleno dos direitos humanos. (Carneiro, 2011, p. 15)

Importante ressaltar que do ponto de vista da economia, o trabalho doméstico remunerado foi uma das atividades mais atingidas quanto à remuneração e com perdas de postos neste período de pandemia. Enquanto ocupação remunerada, é a fonte de renda de aproximadamente 4,9 milhões de pessoas, de acordo com a PNAD Contínua no trimestre móvel de novembro de 2020 a janeiro de 2021. Apesar deste número elevado, de acordo com a referida pesquisa, se compararmos esse quantitativo em relação ao trimestre de novembro de 2019 a janeiro de 2020, verifica-se que houve uma redução de 1,3 milhões de postos de trabalho. Essa diferença aumenta quando comparado com o trimestre móvel de novembro de 2019 a janeiro de 2020, ou seja, antes da pandemia. Além da perda de postos, o trabalho doméstico também sofreu uma queda econômica de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) em seus rendimentos mensais na comparação do trimestre de novembro de 2020 a janeiro de 2021 com novembro de 2019 a

janeiro de 2020 (IBGE, 2021) e de - R\$ 30,00 no trimestre móvel de novembro de 2021 a janeiro de 2022.

Tabela 1– Número de postos de trabalho e perda salarial do trabalho doméstico (2019-2022)

Período	Número de postos de trabalho (estimativa)	Perda salarial em relação ao mesmo período no ano anterior
Novembro de 2019 a janeiro de 2020	6,3 milhões	Mostrou estabilidade
Novembro de 2020 a janeiro de 2021	4,9 milhões	- 3,7% ou - R\$ 35,00
Novembro de 2021 a janeiro de 2022	5,6 milhões	- 3,1% ou - R\$ 30,00

Fonte: Elaboração própria com dados das PNAD's Contínuas Trimestres móveis (2019, 2020 e 2022).

Essa mesma pesquisa apresentou mais marcadores de desigualdades com recorte de raça e gênero. Nos aspectos relativos ao trabalho, segundo a pesquisa:

A taxa de desocupação entre as mulheres foi de 17,2%, maior que a dos homens (11,9%), a diferença também foi verificada em todas as Grandes Regiões. Por cor ou raça, no Brasil e em todas as Grandes Regiões a taxa era maior entre as pessoas de cor preta ou parda (16,5%) do que para brancos (11,5%), isso representou um aumento de 0,3 pontos percentuais na taxa entre pretos e pardos enquanto a taxa entre os brancos manteve-se inalterada pelo quarto mês consecutivo (IBGE, 2020, p. 30).

Juliana Teixeira em seu Livro “Trabalho Doméstico”, lançado em 2021 pela coleção “Feminismos Plurais”, sob coordenação de Djamila Ribeiro, traz elementos fundamentais para compreender a herança tão dolorosa que o trabalho doméstico carrega da escravidão. A autora afirma que mesmo “após a abolição da escravatura, a situação das ex-escravizadas domésticas era próxima à da escravização. Muitas delas residiam na casa dos patrões, sem horário determinado de trabalho e sem qualquer tipo de remuneração pecuniária” (Teixeira, 2021, p. 32). Um cenário ainda existente na conjuntura atual.

Segundo Lélia Gonzalez, no livro “Por um Feminismo Afro Latino Americano”, “[...] a doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (2020, p. 82). Sobre as mucamas, a autora descreve como era estabelecida essa relação de exploração com a sinhazinha e o senhor branco:

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto de ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e cansaço (Gonzalez, 2020, p. 53).

As mulheres negras, desde seu sequestro na África até a chegada no Brasil, foram alvo de violências diversas, exploração de seu trabalho, dos seus corpos, da sua dignidade, submetidas a jornadas de trabalho exaustivas, cuidando da casa-grande, dos seus senhores, além de sua própria família. A mulher negra no Brasil nunca teve paz. Seu corpo e trabalho sempre foram expropriados.

Diante da realidade acima exposta, tomou-se o “impulso investigativo”, abordado por Saviani (2007, p.04) como “a necessidade de responder a alguma questão que nos interpela na realidade presente”, que no caso deste estudo, conduziu à questão intrínseca ao problema de pesquisa: é possível afirmar que as trabalhadoras domésticas, que são atravessadas por desigualdades de forma entrelaçada de raça, gênero e classe, tiveram pleno acesso à assistência social durante a pandemia de covid-19 em Sergipe?

Assim sendo, esta pesquisa se propõe a refletir sobre tal questão analisando, precipuamente, os aspectos históricos de constituição do trabalho doméstico remunerado e as respostas do Estado em relação às políticas sociais para o cuidado e proteção social das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de covid-19 no Brasil. Espera-se que os resultados desse estudo possam contribuir para a identificação, caracterização e compreensão dos possíveis mecanismos geradores das desigualdades de gênero e sociorraciais no âmbito da produção de conhecimento da temática em matéria de Serviço Social.

Para responder a essa questão problema, teremos como objetivos específicos: a) analisar historicamente o papel do trabalho doméstico na formação social brasileira e no desenvolvimento do capitalismo no Brasil; b) caracterizar o perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil contemporaneamente; c) levantar dados estatísticos sobre a política de assistência social em Sergipe; d) analisar as respostas que o Estado deu em relação à proteção social das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de covid-19 no Brasil.

Com base na reflexão que travamos até aqui, essa pesquisa justifica-se também pela necessidade de expandir o trato acadêmico e científico dos estudos e pesquisas das chamadas “minorias sociais” relacionadas à raça, gênero, classe, divisão sexual e racial do trabalho,

sobretudo no atual contexto brasileiro, marcado pelo retrocesso nas políticas públicas voltadas para esse recorte populacional.

Nesse sentido, Silvio Almeida em um artigo publicado no blog da Boitempo, analisou que um dos fatores (dos dois por ele apontados) mais negligenciados em estudos acerca da crise contemporânea capitalista tem sido a sua

[...] especificidade no tocante aos grupos sociais que a sociologia denomina de minorias, que se caracterizam pelos processos de discriminação direta ou indireta a que são submetidas pessoas socialmente identificadas como pertencentes a determinados grupos sociais (negros, judeus, mulheres, pessoas LGBT etc.). A discriminação sistemática, processual e histórica cria uma estratificação social que se reverte em inúmeras desvantagens políticas e econômicas aos grupos minoritários, vivenciadas na forma de pobreza, salários mais baixos, menor acesso aos sistemas de saúde e educação, maiores chances de encarceramento e morte (Almeida, 2020).

Mais um aspecto importante que deve ser considerado, no tocante à relevância do estudo aqui proposto, diz respeito à ideia de que a universidade pública, enquanto locus de produção acadêmica e científica, tem como objetivo a produção de conhecimento socialmente referenciado, na perspectiva de contribuir com a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. No tocante ao Serviço Social, o tema da pesquisa joga luz na perspectiva de classe que adotamos enquanto profissão, contribuindo para uma intervenção profissional baseada na análise e interpretação crítica da realidade.

Somado a isso, estudos da natureza aqui proposta se relacionam diretamente com os princípios fundamentais da profissão, sobretudo àquele que diz respeito à:

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 2012, p. 23-24).

Certamente, a totalidade desses fatores possibilitam um enorme ganho de inovação científica para a produção e a difusão de conhecimento para a UFS, com destaque para esse Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), cuja presença da linha de pesquisa “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social” contempla estudos como esse na medida em que possibilita a identificação das desigualdades presentes no trabalho doméstico remunerado como expressão da “questão social”, tema central da formação e atuação profissional. Além desses aspectos, há de se destacar que tal profissão tem o reconhecimento

do “trabalho” como categoria fundante do ser social, fato que ratifica a importância de estudos que pautam em sua análise as transformações e contradições em torno da temática. Portanto, desnudar, compreender e analisar a base de sustentação do trabalho doméstico remunerado é condição necessária para desvendar os entraves que colocam essa atividade como elemento central no cenário de desigualdades no Brasil e intensificadas na pandemia.

1.1 PERCURSO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Adotamos nesta pesquisa uma **perspectiva crítica de análise da realidade** estudada, com base no aporte teórico que apresentaremos ao longo da dissertação. Buscamos “[...] trabalhar com rigor, com método, para assegurar a si e aos demais que os resultados da pesquisa serão confiáveis, válidos” (Laville; Dionne, 1999, p. 11). Portanto, esta pesquisa tem como estrutura de organização, de análise e horizonte teórico o **método materialista histórico-dialético**. Método este preconizado por Karl Marx que, “[...] ao fundar a doutrina marxista na década de 1840, revolucionou o pensamento filosófico, especialmente pelas conotações políticas explícitas nas suas idéias” (Triviños, 1987, p. 49). Nesse sentido, o marxismo tem três aspectos fundamentais que são: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política (Triviños, 1987).

O **materialismo dialético**, como o próprio nome já explicita, significa que “não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto” (Löwy, 1985, p. 14). Ou seja, a realidade em sua totalidade está em um movimento contínuo de mudanças, “tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história” (Triviños, 1987, p. 14). Já o **materialismo histórico** é responsável por enfatizar o aspecto histórico das mudanças sociais. Ele “ressalta a força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou” (Triviños, 1987, p. 51). Para o marxismo o materialismo dialético é a sua base filosófica e o materialismo histórico a sua ciência filosófica (Triviños, 1987).

Esses aspectos nos auxiliam na análise de que o trabalho doméstico remunerado, no Brasil, é rodeado de contradições e continuidades, mesmo com as mudanças trazidas pela abolição. Shirley Silveira Andrade, no seu livro, publicado em 2022, intitulado “A mulher negra no mercado de trabalho condições escravistas das trabalhadoras domésticas”, aborda que mesmo após a abolição, “[...] um grande contingente de escravizadas e ex-cativas, acabou realizando o serviço doméstico dentro de condições precarizadas de trabalho” (Andrade, 2015, p. 120-121).

Mas não só no Brasil, segundo Clarissa Cecília Ferreira Alves, em seu livro “O trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado”, de 2021,

o trabalho doméstico remunerado em 2017⁶ era ocupado por 70 milhões de homens e mulheres em todo o mundo (número subestimado, sendo 100 milhões a provável real extensão do trabalho doméstico).

Portanto, o tema de estudo ao qual se debruça esta pesquisa, exigiu percorrer a história, localizar as origens do trabalho doméstico, sua estrutura de desigualdade, e da assistência social e a sua cobertura como forma de proteção social à classe trabalhadora. Além disso, o fato do trabalho doméstico remunerado no Brasil ser uma atividade, como dito antes, exercida em sua maioria por mulheres negras, foi preciso compreender que “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p. 56).

Inicialmente a pesquisa tinha como delimitação territorial a cidade de Aracaju e as políticas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) no que tange à cobertura das trabalhadoras domésticas deste município. Solicitamos, através da plataforma Fala.BR e do portal de pedidos de e-SIC no site da Prefeitura de Aracaju, informações do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme consta nos anexos A e B desta dissertação. O pedido solicitava dados do período de março de 2020 a junho de 2022 sobre trabalhadoras domésticas que recebiam bolsa família, que acessaram os serviços de saúde com sintomas gripais e que receberam auxílio doença e auxílio por acidente de trabalho. Solicitamos também que os dados fossem classificados por raça/cor, gênero e idade. Abaixo segue quadro com os pedidos citados:

Quadro 1– Lista de solicitações de informações através da plataforma Fala.BR e do site da Prefeitura de Aracaju - SE

Órgão	Nº de protocolo	Data de solicitação	Data de resposta	Conteúdo da resposta	Data de arquivamento
	133/2022	02/09/2022	20/09/2022	Forneceram dados apenas do mês de junho de 2022	20/09/2022
	329.216.6 21.297.94 0.579				
	143/2022	25/09/2022	26/09/2022	Negou as informações	23/11/2022

⁶ Com base no documento “Domestic Workers Across the World: Global and Regional Statistics and the Extent of Legal Protection.” OIT, 2018.

Prefeitura de Aracaju - SEMFAS	553.916.6 41.522.12 9.198			alegando que só recebia os dados trimestralmente do governo federal. Ajustamos o pedido.	
			23/11/2022	Pedido negado em definitivo sob alegação de deterioração dos arquivos.	
Prefeitura de Aracaju - SMS	134/2022 948.016.6 21.301.99 0.119	02/09/2022	02/09/2022	Informações negadas sob alegação de nos atendimentos do SUS não solicitar os dados pedidos.	02/09/2022
INSS	03005.420 870/2022-63	02/09/2022	03/10/2022	Forneceram uma tabela com os dados solicitados.	—

Fonte: elaboração própria com informações obtidas na plataforma Fala.BR e site da Prefeitura de Aracaju (2022).

Não se obteve êxito total nas solicitações de dados referentes ao trabalho doméstico remunerado em Aracaju. Nesse sentido, mesmo com a impossibilidade de levantamento de dados estatísticos sobre as políticas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) em Aracaju, considerando a importância de confrontar a visão teórica com a realidade, mantivemos a **pesquisa documental**. Destacamos que

[...] um documento pode ser algo mais do que um pergaminho poeirento: o termo designa toda fonte de informações já existente. Pensa-se, é claro, nos documentos impressos, mas também em tudo que se pode extrair dos recursos audiovisuais e [...] em todo vestígio deixado pelo homem (Laville; Dionne, 1999, p. 166).

Diante da dificuldade em obter dados das trabalhadoras domésticas remuneradas de Aracaju, junto aos órgãos competentes, buscou-se o Sindoméstica para verificar a existência de documentos no sindicato com informações relativas ao acesso das trabalhadoras às políticas de seguridade. Com esse intuito, no dia 22 de maio de 2023, foi realizada uma reunião com Quitéria da Silva, atual tesoureira do Sindoméstica. Quitéria informou que o sindicato não possuía documentos com essas informações e na ficha de filiação não continha campo para preenchimento com estes dados. Ela sinalizou que o sindicato precisava de uma assistente social para entrar em contato com as filiadas e identificar aquelas que não tivessem casa própria, pois havia a perspectiva do Governo Federal lançar um programa de habitação que contemplaria

trabalhadoras domésticas. Neste sentido, aliando a função social da pesquisa com a finalidade de colaborar e levantar os dados necessários ao sindicato e por consequência utilizados para a pesquisa em questão, a pesquisadora prestou assessoria voluntária, realizando essa identificação com elaboração e aplicação de um formulário⁷ contendo perguntas que caracterizassem, de forma simples, o perfil socioeconômico das trabalhadoras, a situação habitacional e informações relativas ao acesso destas à seguridade social.

A partir do acesso aos resultados de 50 formulários fornecidos pelo sindicato observou-se que o número de trabalhadoras residentes de municípios do interior do estado e da região metropolitana de Aracaju era considerável, o que redirecionou nossa pesquisa para todo o estado de Sergipe.

Sendo assim, no dia 27 de setembro de 2023 enviamos através do e-SIC do portal do governo do estado⁸ duas solicitações⁹ de informações sobre as medidas tomadas para proteção das trabalhadoras domésticas remuneradas do estado e a estimativa em números de postos de trabalho destas profissionais. No dia 18 de outubro de 2023 recebemos e-mail constando que não obtivemos resposta.

Quadro 2 – Lista de solicitações de informações através da plataforma e-SIC no site do governo do estado de Sergipe

Órgão	nº de Protocolo	Data de solicitação	Data de resposta	Conteúdo da resposta	Data de arquivamento
Governo do estado de Sergipe - SEASC	26853/23-3	27/09/2023	18/10/2023	Não tivemos resposta e a solicitação estava sendo finalizada no sistema.	18/10/2023
governo do estado de Sergipe - SETEEM	26854/23-3	27/09/2023	18/10/2023	Não tivemos resposta no sistema	18/10/2023

Fonte: elaboração própria com informações obtidas através do e-SIC no portal do governo do estado de Sergipe (2023).

Como **fonte de dados**, além dos formulários coletados no sindicato, lançamos mão de levantamento bibliográfico, documental, dados de instituições de pesquisa e estatística como o PNAD, IBGE, artigos científicos e jornalísticos, teses e dissertações. Utilizamos também as notícias veiculadas na página eletrônica da Secretaria de Estado da Assistência Social e

⁷ Apêndice A.

⁸ Disponível em: <https://www.ouvidoria.se.gov.br/inde>. Acesso em: 18 out. 2023

⁹ Anexo C e Anexo D.

Cidadania - SEASC do período de março de 2020 a dezembro de 2022.

A investigação caracteriza-se com uma **pesquisa descritiva**, pois o “foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas [...]” (Triviños, 1987, p. 110).

Para o levantamento e análise de dados, a pesquisa terá características **quantitativas e qualitativas**, já que ambas “não se opõem então e podem até parecer complementares, cada uma ajudando a sua maneira o pesquisador a cumprir sua tarefa, que é a de extrair as significações essenciais da mensagem” (Laville; Dione 1999, p. 225). Nesse sentido, é necessário “conciliar abordagens preocupadas com a complexidade do real, sem perder o contato com os aportes anteriores” (Laville; Dione 1999, p. 43).

A **revisão bibliográfica**, objetivando conhecer o processo histórico de formação do trabalho doméstico remunerado no Brasil, foi realizada com as principais autoras e autores que versam sobre a divisão sexual e o lugar do trabalho doméstico em nossa sociedade. Para caracterizar o perfil das trabalhadoras domésticas e levantar dados sobre as mudanças das características do trabalho doméstico buscamos dados oficiais divulgados através de pesquisa dos órgãos e instituições oficiais, observando marcadores sociais de diferenças, como idade, origem, renda per capita, escolaridade e ano de conclusão dos estudos, identidade de gênero, estado civil etc, dentre outros que foram inseridos ou alterados no decorrer da trajetória de pesquisa.

Para a **análise dos dados**, procurou-se “estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos” no intuito de manter as “[...] relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática” (Gomes, 2004 *apud* Minayo, 2004, p. 78-79). Para Marx, no processo do pensamento no método materialista histórico-dialético, “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (*apud* Tonet, 2003, p. 7).

1.2 ESTADO DA ARTE

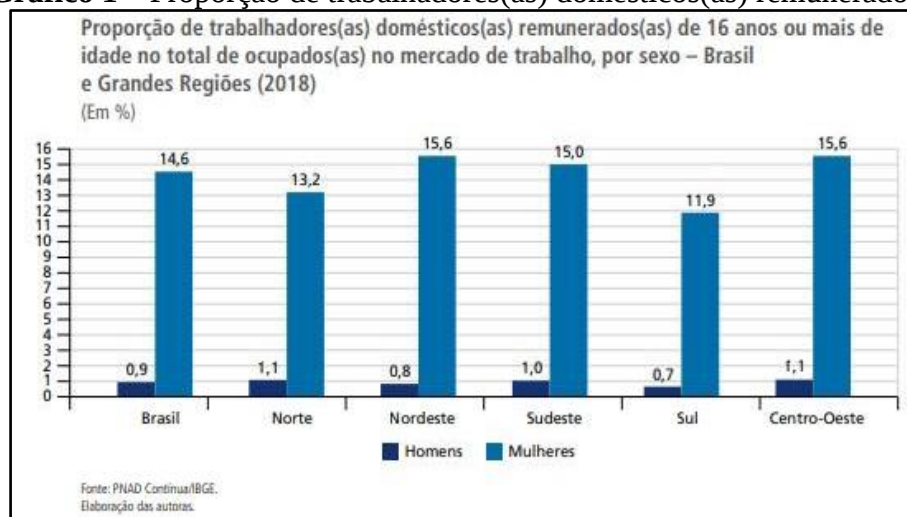
Para a composição do estado da arte realizou-se um levantamento nos repositórios institucionais de universidades públicas de todos os estados do Nordeste, no período de 2020 a 2022, para mapear as dissertações e teses que tratassem do tema “trabalho doméstico”. As instituições pesquisadas foram: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Alagoas –

(UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Nem todas as instituições, a exemplo da UFPI, possuem trabalhos acadêmicos com o tema, já outras possuem apenas dissertações, com ausência de teses, há ainda aquelas que possuem trabalhos sobre o tema, mas de período anterior ao estabelecido pela pesquisa. Do total das pesquisadas, detectou-se 10 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado sobre o tema trabalho doméstico, contendo ou não os termos no título, do período de 2020 a 2022.

É importante explicar que a escolha da região nordeste se deu por ser o *lôcus* de estudo desta pesquisa, mas principalmente por ser uma das regiões que mais concentra mulheres no exercício do trabalho doméstico remunerado. Como podemos verificar no gráfico abaixo, no que tange à concentração de trabalho doméstico por regiões no Brasil, o “Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste mantém-se acima da média, chegando a uma proporção de quase 16% das mulheres neste último caso” (Pinheiro, *et al.*, 2019, p. 11).

Gráfico 1 – Proporção de trabalhadores(as) domésticos(as) remunerados(as)



Fonte: PINHEIRO, *et al.* (2019, p. 11).

A pesquisa nos repositórios institucionais foi realizada em novembro de 2022 com o objetivo de mapear trabalhos acadêmicos em forma de dissertações e teses que pudessem colaborar com a discussão aqui abordada. Foi possível verificar a predominância de determinadas áreas do conhecimento como produtora de estudos sobre trabalho doméstico. O quadro abaixo detalha por área de especialização da pós-graduação.

Quadro 3 – Levantamento de trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) por área de pós-graduação

Área	Quantidade	Tipo
Ciências Sociais	1	Tese
Demografia	1	Dissertação
Direito	2	Dissertações
História	4	3 dissertações; 1 tese
Linguística e literatura	1	Tese
Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM	1	Dissertação
Sociologia	3	Dissertação

Fonte: Elaboração própria (2022).

É possível observar uma certa diversidade de áreas levantadas, o que demonstra que o trabalho doméstico tem sido pauta e alvo de análise de amplas áreas do conhecimento. Ressalta-se o papel fundamental das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas no desenvolvimento dessas pesquisas e no avanço da discussão sobre a regulamentação e as desigualdades presentes no exercício do trabalho doméstico. Já no quadro abaixo é possível identificar o título e o ano de cada trabalho.

Quadro 4 – Dissertações separadas por instituição, ano, autoria e título

	Instituição	Ano	Autoria	Título
1	UFBA	2020	Marina Leão de Aquino Barreto	"Criada, não, empregada!": contrastes e resistências sob a vigília dos patrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador
2		2021	Tamaya Luna Publio Dias	Trabalho doméstico no Brasil: da escravidão à lei complementar nº150/2015. Retratos de um ordenamento jurídico omissivo e desigual
3		2021	Sintia Araújo Cardoso	Lute como uma Mulher Negra: do Sindoméstico ao Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira
4	UFC	2020	Michelle Arantes Costa Pascoa	Donas de casa, criadas e empregadas: trabalho doméstico na Fortaleza dos anos 1920 e 1930
5		2021	Lisandra Cristina Lopes	A luta pelo reconhecimento do

				trabalho doméstico no Brasil: gênero, raça, classe e colonialidade
6		2021	Francileuda Farrapo Portela e Vasconcelos	Os discursos das empregadoras domésticas acerca de empregadas: elite, raça e gênero em questão
7		2022	Thaís Mendes Magalhães Perez	As Fortalezas do Trabalho Doméstico: mutações e permanências sócio-históricas no campo do trabalho doméstico remunerado brasileiro (1930-2020)
8	UFPB	2021	Diego Amorim Novaes	“Estou pensando sempre em fazer a vontade dos outros, mas os outros não pensam nunca em fazer a minha vontade”: a trabalhadora doméstica negra em Lygia Fagundes Telles (1965-1989)
9	UFPE	2021	Cecy Emanuella Bezerra de Melo	Tornar-se diarista : a percepção das empregadas domésticas sobre seu trabalho em regime de diárias
10	UFRN	2020	Priscila de Souza Silva	Mobilidade intergeracional de ocupação das filhas de trabalhadoras domésticas nas grandes regiões brasileiras, 2014

Fonte: Elaboração própria (2022).

Não foi detectado na UFPI dissertações com o tema pesquisado. Quanto à pesquisa por teses, apenas a UFAL, UFC e UFRN apresentaram estudos sobre trabalho doméstico.

Quadro 5 – Teses separadas por instituição, ano, autoria e título

	Instituição	Ano	Autoria	Título
1	UFAL	2021	Samuel Barbosa Silva	O discurso sobre a regulamentação do trabalho doméstico assalariado no Brasil: atravessamentos de classe, gênero e raça
2	UFC	2021	Tatiana Silva de Lima	Escravos e libertos nos serviços domésticos no Recife no Século XIX: mudanças e continuidades

3	UFRN	2021	Heloisa Helena de Sousa Franco Oliveira	Trabalho doméstico não-remunerado: rupturas, continuidades e adaptações do trabalho doméstico e de cuidados
---	------	------	--	---

Fonte: Elaboração própria (2022).

Sobre os objetos das dissertações e teses levantadas, verificou-se também uma variedade entre trabalho doméstico remunerado, não remunerado, sindicatos de trabalhadoras domésticas, trabalho doméstico na literatura e no cinema, dentre outros.

Chamamos a atenção para a pesquisa: “O “ser mulher” na sociedade capitalista contemporânea: determinantes para o acesso das trabalhadoras domésticas aos direitos da Previdência Social”, dissertação de mestrado de Amanda Kelly Belo da Silva, do ano de 2021, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN.

A pesquisa citada foi a única cujos objetos de estudo têm similaridade com o objeto da nossa dissertação, já que se refere a uma das políticas da seguridade social.

Na perspectiva de alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, dividimos nosso estudo em três capítulos que estão classificados da seguinte forma: o capítulo um trata-se da análise de algumas categorias como trabalho, alienação, mais-valia e a discussão de determinantes históricas fundamentais para a formação do capitalismo no Brasil, do trabalho doméstico remunerado e da seguridade social como forma de proteção social para a classe trabalhadora; já no capítulo dois, abordaremos marcadores sociais que são determinantes para o local que o trabalho doméstico remunerado ocupa na sociedade brasileira; por último, no terceiro capítulo abordaremos a análise dos dados coletados, bem como a análise da assistência social no estado de Sergipe.

CAPÍTULO 2 – TRABALHO E CAPITALISMO: PARTICULARIDADES CONTEMPORÂNEAS

Neste capítulo faremos uma revisão bibliográfica com discussão histórica, categorias e conceitos que nos ajudarão a romper a trama do novelo de lã que simboliza a relação da burguesia com o trabalho doméstico em nossa sociedade. Uma trama porque é muito bem enovelada, amarrada, muitas e muitas vezes, de modo que o que tem no seu interior, para ser revelado, precisa de esforço para escancarar o ranço que a burguesia branca mantém nessa relação.

Começaremos com a categoria **Trabalho** que, além de ser fundante do ser social e ter importância fundamental para analisarmos o funcionamento da sociedade de classes no sistema capitalista, é condição principal para o Serviço Social compreender os sistemas de opressão e exploração da classe trabalhadora.

No segundo subitem abordaremos a **Formação do capitalismo no Brasil e questões étnico-raciais** para compreendermos as particularidades desse processo. Em seguida trataremos do **Trabalho Doméstico** e sua trajetória no Brasil desde o período colonial até os dias atuais.

Por último e não menos importante, discutiremos a **Seguridade Social, com ênfase na Assistência Social**, como forma de proteção social da classe trabalhadora por parte do Estado brasileiro a partir do capitalismo.

2.1 ASPECTOS GERAIS DA CENTRALIDADE DO TRABALHO: DESUMANIZAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA

Se foi o trabalho que humanizou os seres humanos, como explicar que também o trabalho desumaniza? Essa é uma pergunta que Marx e Engels responderam de forma genial observando, analisando e estudando o nascimento e desenvolvimento do sistema capitalista. Não há em hipótese alguma a pretensão de analisar profundamente a categoria trabalho, já bem teorizada pelos autores citados e tantos outros na história da humanidade. Todavia, é condição *sine qua non* debruçar-se sobre esta categoria (talvez a mais importante), pois ela nos conduzirá até a origem das desigualdades presentes no trabalho doméstico remunerado.

Engels no seu manuscrito “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” (1876), descreve o processo de transformação e humanização dos seres humanos através do trabalho. Para o escritor, o trabalho não é apenas produtor de riquezas, “é muitíssimo

mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que **o trabalho criou o próprio homem**” (Engels, 1876, p. 4, grifo nosso).

Para Sérgio Lessa (1999, p.7), “a história dos homens é a história da origem e desenvolvimento das formas de organização social. Estas formas surgem e se desenvolvem porque todo ato de trabalho produz muito mais que o objeto que dele resulta imediatamente”. O que corrobora com Marx, numa passagem de “O Capital”, livro I, volume 1:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 2008, p. 211).

É no trabalho que a humanidade se desenvolve enquanto tal, é a partir da transformação da natureza que os seres humanos se constituem. Por isso a importância do trabalho para a transformação do macaco em homem, como defende Engels. Essa transformação não se dá de forma imediata, é a partir de um conjunto de consequências da modificação da natureza para suprir algumas necessidades que o homem vai desenvolvendo suas capacidades e habilidades.

[...] a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsionado e estimulado a generalizar e a *universalizar* os saberes que detém. Ora, tudo isso requer um sistema de **comunicação** que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas a fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha - por isso, o trabalho requer a propicia a constituição de um tipo de linguagem (a **linguagem articulada**) que, além de *apreendida*, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca (Netto, 2008, p. 33, grifos do autor).

O desenvolvimento da linguagem foi apenas uma das habilidades que os seres humanos tiveram que desenvolver para a realização do trabalho. Segundo Engels (1876), antes mesmo da fala articulada, foi necessário desenvolver a laringe, o cérebro, função diferente para o uso das mãos, adotando assim uma posição mais ereta, dentre outras coisas. Quanto mais complexo o desenvolvimento da espécie humana, mais necessidades surgiam na relação entre os seres humanos e na realização do trabalho transformando a natureza.

Portanto, é no trabalho que os homens se constroem como um ser diferente da natureza. É pelo trabalho que eles não apenas produzem os bens necessários à sua sobrevivência, como ainda produzem, ao mesmo tempo, as novas necessidades e

possibilidades, e as novas habilidades e conhecimentos dos indivíduos, que possibilitarão a história a caminhar em direção à construção de sociedades cada vez mais complexas (Lessa, 1999, p. 7).

Apesar do trabalho ter nos humanizado, “[...] de modo algum podemos reduzir toda a sociedade ao trabalho. O conjunto total das relações e complexos sociais que compõem as sociedades em cada momento histórico, é denominado de totalidade social” (Lessa, 1999, p. 8). A totalidade social é um conjunto de relações e complexos sociais fruto das relações entre os seres sociais. “Um exemplo disso são as classes sociais. Elas se desenvolvem a partir das possibilidades de exploração do homem pelo homem dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas” (Lessa, 1999, p. 7).

No transcorrer do desenvolvimento da sociedade, os “progressos no processo de trabalho (as habilidades adquiridas pelos homens, o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, o conhecimento menos precário da natureza etc.) tornaram-no mais produtivo” (Netto, 2008, p. 57). Esses progressos trouxeram mudanças irreversíveis para a vida da humanidade, pois “dele provinham mais bens que os imediatamente necessários à manutenção do grupo. Numa palavra, estava surgindo o excedente econômico: a comunidade começava a produzir mais do que carecia para cobrir suas necessidades imediatas” (Netto, 2008, p. 57).

É com a criação da agricultura e da pecuária que o excedente econômico se estabelece. Alguns autores consideram que a partir desse período inicia a exploração do homem pelo homem.

Em outras palavras, sem deixar de ser o complexo através do qual a sociedade se reproduz materialmente, o ato de trabalho passa a ser também (mas não, apenas) uma relação de poder entre os homens. E, quando isso ocorre, é imprescindível uma série de complexos sociais que serão os portadores práticos desse poder de alguns indivíduos sobre os outros. É por isso que surgem, se desenvolvem e se tornam cada vez mais importantes para a reprodução social, complexos como o Estado, a política, o Direito, etc. (Lessa, 1999, p. 5)

Para a produção do excedente é necessário ampliar a força de trabalho suficiente para isso. Nesse caso, os prisioneiros de guerra, por exemplo, eram escravizados sob violência. “A partir deste momento histórico, a sociedade estava dividida entre duas classes: a que trabalha e produz a riqueza que será apropriada pela outra classe” (Lessa, 1999, p.8-9). Como consequência, o trabalho passa a ser alienado do próprio homem que o realiza, pois deixa de ser para suprir suas necessidades imediatas, passando a ser executado para enriquecer outros homens.

Nesse estágio do desenvolvimento da humanidade o “homem passa a desdobrar relações sociais de exploração, a vida social é cada vez mais baseada na violência que possibilita que uma classe viva do trabalho (e da miséria, portanto) da outra” (Lessa, 1999, p. 9). Podemos afirmar que é nesse exato momento que “os homens passam a produzir a sua própria desumanidade. A alienação nada mais é que isto: a desumanidade socialmente produzida pelos próprios homens” (Lessa, 1999, p. 9).

István Mészáros em seu livro “A teoria da alienação em Marx”, aborda a alienação sob o conceito da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas” (Mészáros, 2006, p. 39). Nesse sentido, para Marx nos “Manuscritos econômico-filosóficos”, sobre o trabalho estranhado (alienado):

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalhador, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador) (Marx, 2008, p. 82).

Ricardo Antunes em seu livro “Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho” (2011), traz que na sociedade capitalista o trabalho assume uma forma objetificada, onde as relações sociais deixam de ser entre indivíduos e passam a ser entre coisas e objetos.

Como afirmamos anteriormente, o trabalho sempre produziu mais do que a ação direta sobre a natureza, produziu outros elementos. Por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas, de acordo com José Paulo Netto (2008), é o conjunto formado pelos meios de trabalho, objetos de trabalho e a força de trabalho) e do excedente gerou a necessidade de divisão social do trabalho. Mais do que isso, esse desenvolvimento também foi responsável por produzir cada vez mais desumanidades. Essa divisão social do trabalho também é uma divisão sexual, entre o que é tarefa de homem e o que é tarefa de mulher. É também uma divisão por especialidades, ou seja, a repartição do trabalho em artesanal, agrícola, produção de olaria, fabricação de armas (Netto, 2008).

As forças produtivas se realizam através das relações sociais e técnicas de produção. As relações técnicas dizem respeito, conforme a divisão por especialidades, sobre os processos de trabalho. Já as relações sociais, que se sobrepõem às técnicas, são regidas pelos regimes de

propriedade de cada momento histórico. Se a propriedade é coletiva, o fruto do trabalho é coletivo, se é de propriedade privada, o resultado do trabalho é de propriedade de outrem. O que significa que o trabalho de quem produziu é explorado pelo dono dos meios de produção.

Esses dois elementos articulados (forças produtivas e relações sociais de produção) formam o modo de produção. E o modo de produção que estamos tratando é o capitalista. Segundo Netto, o modo de produção capitalista “é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como planetário” (Netto, 2008, p. 95).

A principal característica desse modo de produção é a **mais-valia**. Segundo Marx, a mais-valia “[...] se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios quanto no processo de produção de artigos de ourivesaria” (Marx, 2008, p. 231).

Como a mais-valia é trabalho excedente, ela é o fruto da exploração da força de trabalho em que se funda o modo de produção capitalista. Podemos afirmar, portanto, que não há sistema capitalista sem exploração da classe trabalhadora.

2.2 FORMAÇÃO DO CAPITALISMO E DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Entender como o trabalho foi decisivo na humanização de nossa espécie, bem como sua posterior desumanização, foi fundamental para traçar um caminho que nos leve e nos explique como o trabalho doméstico remunerado no Brasil se caracteriza da forma que é. Para isso, e antes de mais nada, precisamos entender como a história do Brasil “ajudou a configurar a naturalização racista da servidão” (Teixeira, 2021, p. 28). Portanto, perseguiremos a ideia de que “Desde a Independência aos dias atuais, todo um pensamento e uma prática político-social, preocupados com a chamada *questão nacional*, têm procurado excluir a população negra de seus projetos de construção da nação brasileira” (González, 2020, p. 94).

Soa como absurdo imaginar que na formação da sociedade brasileira não teve participação do povo negro. Nelson Werneck Sodré, afirma que

A sociedade brasileira dos primeiros tempos da chamada colonização nasceu da transplantação dos elementos humanos africanos e europeus: os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorreram com a propriedade, a classe dominante. (Sodré, 1990, p. 11).

Para este mesmo autor não se pode considerar que o escravismo no Brasil foi um modo de produção, mas sim uma etapa. Já Jacob Gorender (2016) afirma o contrário, que o

escravismo colonial foi um “modo de produção historicamente novo”. Apesar da interessante divergência e do desejo de poder esmiuçar cada argumento de ambos os autores, aqui vamos nos deter à tese, mesmo não abandonando teoricamente Sodré, de que o escravismo no Brasil foi um modo de produção novo, com base na análise de Gorender, que se sustenta numa passagem de Marx:

Quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento de produção. Mas é preciso que a produção do país, para o qual se roubou, esteja organizada de tal maneira que admita o trabalho dos escravos ou então (como na América do Sul etc.) é preciso que se crie um modo de produção que corresponda à escravidão (Marx, 1957 *apud* Gorender, 2016, p. 89).

O escravismo no Brasil, longe de ser um acontecimento ao acaso ou sem pretensões, foi planejado para servir de mão de obra na grande colônia de exploração que foi este país. Isso porque o colonizador, Portugal, diferente da Inglaterra que colonizou parte da América do norte, não tinha pessoas suficientes para trabalhar no Brasil (Prado Júnior, 1961). Desse modo, “o escravismo foi a forma pela qual a colonização, no caso brasileiro, venceu as dificuldades iniciais, quase insuperáveis; sem ele, certamente insuperáveis” (Sodré, 1990, p. 14). Portanto, podemos afirmar que o Brasil foi feito por mãos negras e às custas do extermínio da população indígena.

Sobre os povos indígenas, Clóvis Moura coloca que:

Quanto ao índio, particularmente, o primitivo habitante, a sua trajetória é bem diferente do grupo português que chegou como dominador. Se fizemos uma estimativa de 4 milhões de índios na descoberta — há quem estime em muito mais — o processo foi o inverso. Segundo Darcy Ribeiro, depois da fase genocídica da ocupação, de 1900 até 1957 extinguiram-se 87 grupos tribais como comunidades étnicas. Mais de 30% das tribos desaparecidas pertencem a zonas que foram conquistadas pela economia pastoril e 45% pela economia extrativa (grupos caçadores, seringueiros, castanheiros e outros coletores de produtos florestais). (2005, p. 40-41)

No Brasil o escravismo legalizado durou mais de 300 anos, três séculos, tempo suficiente para deixar marcas que nunca se apagarão da nossa história. Seu fim de forma legalizada teve como uma das razões a expansão do plantio de café e da falta de mão de obra escrava diante da crescente demanda.

À medida que se intensifica a expansão da grande lavoura sob as condições econômicas, sociais e políticas possibilitadas pela organização de um Estado nacional, gradualmente uma parcela em aumento crescente de “senhores rurais” é extraída do isolamento do engenho ou da fazenda e projetada no cenário econômico das cidades-

e no ambiente político da Corte ou dos Governos Provinciais. Por aí se deu o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial. (Fernandes, 1976, p. 27).

Para autores como Carlos Nelson Coutinho (2011), Caio Prado Júnior (1983, 1961) e Florestan Fernandes (1976) a abolição da escravidão (1888) foi um dos fatos políticos, seguida da Proclamação da República (1889), que compôs a Revolução Burguesa Brasileira. Esses processos foram fundamentais para a transição ao capitalismo no Brasil. Demonstrando que a “base da constituição da sociedade capitalista – a troca mercantil – não é um dado natural, mas uma construção histórica. O mercado ou sociedade civil não seria possível sem instituições, direito e política” (Almeida, 2021, p. 167).

Portanto, assim como Coutinho (2011, p. 202), nos perguntamos: “quais foram as vias para o capitalismo e que consequências tiveram na constituição de nosso presente?”.

Coutinho (2011) avalia que, pelo menos desde a República, o Brasil, apesar das peculiaridades, já era de formação econômico-social capitalista, fruto de sua Revolução Burguesa. Burguesia esta que era conservadora, o que explica em parte as características da “modernização conservadora” pela qual passou o Brasil. Todavia é importante lembrar que para outros autores no Brasil “tanto houve escravismo e passagem ao feudalismo, quanto feudalismo e passagem ao capitalismo” (Sodré, 1990, p. 25).

Seguindo os argumentos de Coutinho, “o que no Brasil se adaptou ‘conservadoramente’ ao capitalismo não foi um domínio rural de tipo feudal, mas sim uma forma de latifúndio peculiar: uma exploração rural de tipo colonial [...] e fundada em relações escravistas de trabalho” (Coutinho, 2011, p. 206).

Para Prado Júnior (1961), o capitalismo no Brasil possui características peculiares e ele considera que o atingimos através de vias “não clássicas”, já que não houve transformações na estrutura agrária.

A situação no Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e na origem de nossa estrutura agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a grande exploração rural que se perpetuou desde os inícios da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado [...] de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (Prado Júnior, 1978, p. 158)

De acordo com o mesmo autor, “a forma pela qual se operou a emancipação do Brasil (tem) o caráter de ‘arranjo político’ [...], de manobras de bastidores, em que a luta se desenrolava exclusivamente em torno do príncipe-regente [...]” (Prado Júnior, 1983, p. 52-53). Portanto, o Brasil teve sua independência sem a participação do povo, foi fruto de uma classe

específica, diferente de um processo coletivo da nação, o que afastou a participação popular do novo cenário político (Prado Júnior, 1961).

Para Florestan (1976), a principal característica da via não clássica brasileira é a nossa revolução burguesa ter se processado num país com relações dependentes e subalternas ao colonialismo ou “imperialismo total” (Fernandes, 1976, p. 274).

A abolição da escravidão no Brasil não significou que as relações desiguais entre a classe dominante e a classe subalterna fossem extintas, ao contrário. Todo o processo de imigração de mão de obra branca, para a já citada crescente demanda na agricultura, significou uma tentativa de branqueamento nacional. Deixando a população negra, recém liberta à margem da sociedade e em condições desiguais de acesso pleno à cidadania.

De acordo com Martins (2016), no texto “Questão étnico-racial: seus nexos com o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira”, o processo de transição capitalista no Brasil aconteceu num “contexto em que vários argumentos a favor da imigração vão encobrir o projeto burguês de desenvolvimento capitalista brasileiro nos moldes europeu e branco” (Martins, 2016, p. 22). Segundo a autora, esse processo ocorreu por “necessidade de redefinir a força de trabalho no país que a questão étnico-racial se define e se aprofunda, uma vez que o trabalhador submetido ao trabalho escravo é posto à margem do processo produtivo que começa a se instaurar no Brasil” (Martins, 2016, p. 22).

Em outro texto a autora argumenta que, apesar do processo de libertação de negras e negros escravizados, a vida dessas pessoas fora dos muros das senzalas foi à margem da urbanização, do mercado de trabalho e do acesso a serviços públicos básicos.

Nunca, na história das sociedades, se desenvolveu um racismo tão dissimulado como o da sociedade brasileira. A rigor, aqui se produziu um tipo de racismo sofisticado e perverso que, amparando-se no discurso da ‘democracia racial’, construiu desigualdades, violação de direitos e violência. Na verdade, o racismo brasileiro foi uma estratégia capaz de garantir a omissão do Estado frente à desigualdade racial forjada no âmbito de uma igualdade formal (Martins, 2013, p. 13-14)

Podemos afirmar que a abolição da escravidão não foi um processo aleatório, descolado do contexto da época. Ao contrário, em um grande acordo nacional entre a elite branca e a burguesia brasileira e sem a participação do povo, a abolição foi um componente essencial para a formação do capitalismo brasileiro. O que nos faz concluir que a constituição sócio-histórica do Brasil e as condições de desenvolvimento do capitalismo no país se deram de tal forma que “foi operado no sentido de violar os direitos de trabalhadores/as negros/as” (Martins, 2013, p. 15). O que trouxe impactos e consequências que serão levados por toda a história do Brasil até

os dias atuais. Afinal, “a população racialmente discriminada sequer chegou a se constituir em classe operária, o que resultou no seu distanciamento das formas de proteção social, ensejado pela política contributiva do regime de trabalho brasileiro” (Martins, 2013, p. 15).

Nesse sentido, “exige também compreender, no interior do processo de desenvolvimento capitalista, como as diferenças étnico-raciais foram transformadas em desigualdades sociais e/ou como a condição étnico-racial reitera e aprofunda as desigualdades sociais de classe” (Martins, 2016, p. 22).

Após a abolição, muitos libertos se submetiam, sem ter outra opção, a continuar morando e trabalhando na mesma casa de seus senhores em troca de um teto e comida. Alguns continuaram a sofrer castigos de seus ex senhores, as relações de poder e violência se perpetuaram. Se

[...] multiplicavam os conflitos entre patrões e trabalhadores em casos que envolviam violências físicas e condições de trabalho análogos a escravidão. Uma década depois da abolição, em 1898, o “Coronel” Felisbello Firmo de Oliveira Freire, dono de engenho e ex-senhor de escravizados, mandou surrar e amarrou com cordas o jornalista Ascindino Inácio porque o trabalhador negou-se a concluir o serviço de carregamento de madeira após as cinco horas da tarde (Avelino, 2018, p. 224).

Em 2004, na sua tese de doutorado, “A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880 -1900)”, Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, aborda em um dos capítulos as condições de vida e de trabalho de escravizados e libertos na cidade de Salvador, principalmente aqueles que trabalhavam no porto, no cais. Eram eles: carregadores, cortadores de baleia, ganhadores e capadócios. Ela descreve, em meio ao relato de fatos que marcaram aquela cidade, como o acesso a alimentação de qualidade, condições dignas de trabalho, por exemplo, não era possível para estes homens. Sobre a situação dos cortadores de baleia que comercializavam e se alimentavam desse animal ela relata que

[...] os libertos africanos, principais negociantes do produto, e os escravos, os maiores consumidores, foram alvos de vigilância e punições da higiene pública e Câmara Municipal. Desde então pesava sob os comedores de baleia a pecha da incivilidade e da imundice. O acento bárbaro atribuído àquela reunião no cais serviu para demarcar a fronteira entre os comedores de baleia e os apreciadores de bifes. [...] Os egressos da escravidão continuavam com seu “apetite asselvajado” a devorar carne “imunda”, a “lei Áurea” não os retirava da condição de miséria na qual viveram os cativos. O passado escravo era, desse modo, constituído como um estigma indissociável da condição social daqueles homens (Albuquerque, 2004, p. 157).

Definitivamente a abolição não tirou as libertas e libertos da miséria, ao contrário, essas pessoas foram colocadas para fora dos muros da senzala e da casa grande, para além das cercas das fazendas, sem “eira e nem beira” e nem teto algum (lembrando exatamente os formatos dos

telhados do período colonial que denotavam status social), sendo redundante, inclusive. Isso tudo para reforçar que não teve política pública de proteção para os recém libertos, eles foram obrigados a morar em locais periféricos e longe dos centros urbanos.

Camila Avelino, em sua tese de doutorado, intitulada “Os Sentidos da Liberdade: trajetórias, abolicionismo e relações de trabalho no Vale do Cotinguiba no pós abolição (Sergipe, 1880-1930)”, relata que em Sergipe, locus do nosso estudo, mais especificamente na cidade de Aracaju, os libertos e livres pobres se estabeleceram “[...] na região limítrofe da cidade, em bairros que foram surgindo nos arredores, a exemplo da Estrada Nova, Jabotiana e outros bairros localizados no subúrbio [...]” (Avelino, 2018, p. 236).

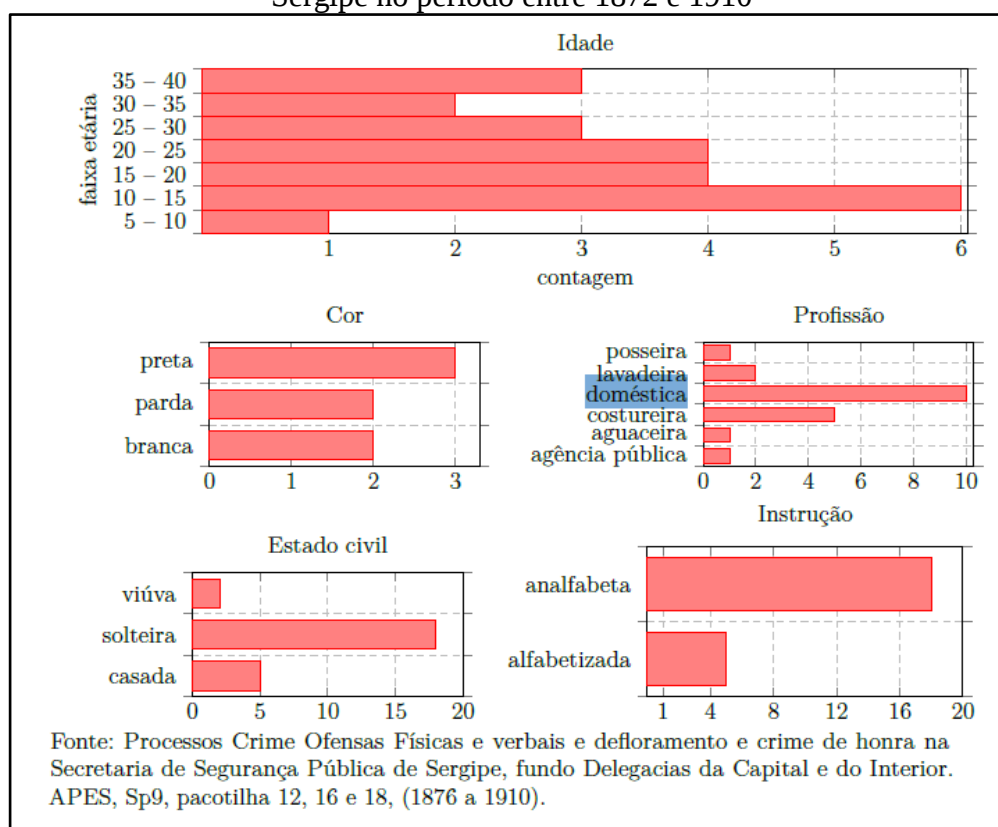
A autora descreve que no campo, “depois da abolição, na mentalidade dos ex-senhores de escravos e para membros das elites sergipanas, os libertos deveriam continuar obedecendo suas ordens. Todavia, os libertos buscavam ampliar espaços de autonomia e controle de suas próprias vidas” (Avelino, 2018, p. 223). Ela segue descrevendo a situação dos libertos no meio rural e da inconformidade dos ex-senhores com o fato destes trabalhadores, nos pós abolição, estarem em mudança constantemente, sem fixar-se em um trabalho. Para ela isso demonstrava que os trabalhadores não aceitavam aquelas condições de trabalho iguais às do cativo.

Em Sergipe, proprietários rurais buscaram a atuação direta do Estado no encaminhamento da organização do trabalho livre. [...] as elites pediam leis que regulamentasse o trabalho e que obrigassem os trabalhadores egressos da escravidão a cumprirem contrato de trabalho, sob pena de serem presos por vadiagem, caso não apresentassem “papeleta” que comprovasse estarem em trabalhos fixos (Avelino, 2018, p. 227).

O Estado era usado para intervir a favor da elite em detrimento dos trabalhadores libertos e livres. O Estado que deveria prover proteção social aos recém libertos, atuava, por outro lado, com o objetivo de garantir que os interesses dos ex senhores fossem priorizados. Isso refletia-se na falta, como já dito, de políticas públicas de habitação, saúde, trabalho e demais, para aqueles ex escravos nos pós abolição, além da vigilância e punições praticadas por agentes públicos. Avelino relata que “[...] os trabalhadores livres (e libertos), que buscaram na nova capital reorganizar suas vidas com o fim do cativo, passaram a viver em meio a condições precárias de subsistência e trabalho” (Avelino, 2018, p. 243-244). Essa realidade era agravada em razão da cor da pele, pois “[...] a população afrodescendente era constantemente vigiada em Aracaju. As práticas tidas como indesejáveis, de vadiagem [...], eram criminalizadas, resultando, assim, em uma maior opressão dessa população pelas autoridades públicas” (Avelino, 2018, p. 244).

Nesse contexto geral que relatamos, a situação das mulheres libertas era muito próxima à vivida no cativeiro, tanto na ocupação de trabalho, quando na vivência de castigos físicos e violência sexual. Na imagem abaixo, Avelino demonstra que em Sergipe, a ocupação das mulheres continuou concentrando-se no trabalho doméstico remunerado. As mucamas agora vendiam sua força de trabalho exercendo a mesma função.

Gráfico 2– Perfil do trabalho feminino no Vale do Cotinguiba, Sergipe no período entre 1872 e 1910



Fonte: Avelino (2018, p. 244).

O gráfico também demonstra um perfil específico da faixa etária, prevalecendo a idade variável entre dez a vinte e cinco anos de idade, onde a maioria destas mulheres eram solteiras, de cor preta, analfabetas e que ocupavam posição majoritariamente de domésticas.

No item que exploraremos a seguir nos debruçaremos com mais detalhes sobre as trabalhadoras domésticas no Brasil e em Sergipe, trabalharemos com mais exatidão temas que discutem teoricamente os dados que Avelino apresenta na imagem acima. Dessa forma, podemos concluir que as características da classe trabalhadora no Brasil têm ligação direta com o tipo de colonização, escravidão e pós escravidão que aqui vivenciamos. A formação do capitalismo nessas terras atuou com maestria na formação de um exército de trabalhadores

brancos e na exclusão da população negra dos postos de trabalho, até dos mais simples e de menor complexidade. Para a negritude nesse país, pouco restou.

2.3 O TRABALHO DOMÉSTICO E O SEU PAPEL NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Para tratar desse tema utilizaremos autoras com diferentes abordagens teóricas, dada a importância delas no que se refere à produção teórica sobre raça, gênero, classe e trabalho doméstico. São elas: **Juliana Teixeira**, que recentemente lançou um livro chamado “Trabalho Doméstico”; **Lélia Gonzalez**, com diversos textos sobre a mulher negra, racismo, feminismo negro, trabalho doméstico, dentre outros; **Shirley Silveira Andrade**, que é Professora da UFS, pesquisa e escreve sobre trabalho escravo e trabalho doméstico; **Maria Beatriz Nascimento**, nascida em Sergipe, também estudiosa do feminismo negro e da condição da mulher negra no Brasil; **Heleieth Saffioti** era marxista e escrevia sobre violência de gênero e trabalho doméstico; **Maria Bethânia Ávila**, estudiosa e escritora do feminismo e trabalho doméstico, dentre outros temas.

Entendemos que para iniciar esse debate é imprescindível partir da escravidão no Brasil como marco para o trabalho doméstico remunerado. Reforçando o que discutimos no subitem anterior, a escravidão no Brasil teve início a partir de “quando os portugueses começaram a trazer negros que eram escravizados em suas colônias africanas para trabalharem” (Teixeira, 2021, p. 24) aqui. Além das discussões que já travamos, Juliana Teixeira traz um aspecto importante sobre a escravização de pessoas africanas: o “início da busca por mão de obra africana se deu em virtude da dificuldade encontrada pelos portugueses para escravizar os indígenas que aqui habitavam” (Teixeira, 2021, p. 24). De acordo com a Professora Shirley Silveira Andrade, em sua tese de Doutorado,

Quando os portugueses chegaram aqui precisaram integrar o Brasil ao sistema econômico mundial através da produção de mercadorias, que não era realizado pelos índios. O objetivo da empresa colonial foi essa produção. Devido às características do solo e do clima, e a experiência dos portugueses nas ilhas do Atlântico, o açúcar era a mercadoria que encontrava condições de cultivo. Entretanto, faltava a força de trabalho. O trabalho escravo foi o meio encontrado para levar a produção de açúcar a custos baixos com a geração de altos lucros. [...] O objetivo da colonização foi atender à lógica do capitalismo. Era uma formação capitalista em base de relações sociais pré-capitalistas, pois tínhamos o escravo e a relação senhor e camponês. Todavia, isso não pode ser analisado somente a partir das relações internas (Andrade, 2015, p. 43).

Os negros e negras escravizados eram trazidos para o Brasil em condições desumanas, em navios sem nenhuma condição de alojamento nem alimentação garantida. Quando

chegavam aqui eram considerados “mercadorias e não tinham direito à atenção, às necessidades básicas de segurança, higiene e nem às suas integridades físicas e moral. [...] Seu cotidiano envolvia um controle severo e permanente, o que era feito pelos senhores, feitores e capitães do mato” (Teixeira, 2021, p. 24-25).

As mulheres negras escravizadas eram também exploradas sexualmente, “determinada principalmente pela moral cristã portuguesa, que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa ou de “solteirona”, dependente economicamente do homem e limitada - quando esposa - ao papel de procriadora” (Nascimento, 2021, p. 60). O que significava dizer que, o fato da mulher branca ter sua vida sexual voltada para a maternidade, “fez com que a liberação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra ou mestiça” (Nascimento, 2021, p. 60). Ou seja, a escravidão foi pior para as mulheres negras, pois foi triplamente discriminatória envolvendo sistemas de opressão de raça, gênero e classe. Outro aspecto determinante que acentuou a condição da mulher negra escravizada e o sofrimento por ela vivido foi a utilização do abuso sexual como forma de tortura e castigo.

Sérgio Lessa aponta que “nas sociedades divididas em classes (isto é, naquelas em que uma classe social explora o trabalho de outra), o trabalho apenas pode se realizar se houver um poder que obrigue os indivíduos a produzirem e entregarem o fruto do seu trabalho à outra classe” (Lessa, 1999, p. 5). Tanto para os homens quanto para as mulheres, o poder era exercido através da violência. E como dito acima, para as mulheres o quinhão foi pior e maior.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), de modo geral os escravizados eram classificados com base na atividade que exerciam. Os produtivos eram os escravos do eito, aqueles que trabalhavam na lavoura, por exemplo. Já os improdutivos prestavam serviços como os feitores, criados, negros de ganho e etc.

Como já colocamos, as mulheres escravas não eram poupadas, pelo contrário, também trabalhavam no eito, “de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio¹⁰ para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. Vale notar que a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos” (Gonzalez, 2020, p. 53). Nesse caso, após os dez anos, os cativos eram alforriados para viverem à própria sorte, já que não eram mais produtivos. A Lei dos sexagenários também tinha este sentido.

¹⁰ Procuramos informações para comprovar esse dado que Gonzales traz, encontramos a pesquisa “O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão” e não detectamos informações sobre mulheres gestantes. Entretanto, a pesquisa demonstrou de entre 1871 e 1887, a “Gazeta de Campinas” noticiou 22 casos de suicídio de mulheres escravizadas e 5 tentativas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/BFr3BMyb7GyK9KTMdCR836F/?lang=pt#>. Acesso em: 24 out. 2023.

Com base em Gonzalez (2020) e Teixeira (2021), as escravizadas que trabalhavam como mucamas ou domésticas exerciam atividades como limpeza da casa, cozinhar, costurar e até como amas de leite. Mas essa aproximação com a família dos senhores, como já apontamos acima, era marcada por violência sexual. “Uma prática comum [...] foi a de senhores tirarem a virgindade de meninas negras segundo a crença de que seria um meio de curar aqueles que estivessem contaminados pela sífilis” (Teixeira, 2021, p. 27).

Ainda com base nessas autoras, foi a partir desse modelo de atividades exercidas pelas mucamas ou escravas domésticas que deu origem ao que compreendemos hoje como trabalhadoras domésticas. Não só isso, foi “como mucama que a mulher negra deu origem à figura de mãe preta, [...] aquela que efetivamente, em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores” (Gonzalez, 2020, p. 53-54).

Portanto, é notório que a mulher negra teve e tem papel fundamental na história do Brasil. De tal forma que a nossa constituição cultural e social tem uma grande parcela dos ensinamentos das mães pretas, seja na linguagem, na necessidade de acolhimentos, dos modos de portar-se, etc. Mas apesar desse papel fundamental na formação social do Brasil, considerando “que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplex discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p. 56).

Para entender essa afirmação de Gonzalez, primeiro vamos compreender a categoria “divisão sexual do trabalho” e em seguida a “divisão racial do trabalho”. Com base em Saffioti (2013) é necessário localizar no capitalismo a exponenciação dos sistemas de opressões às mulheres (especialmente às mulheres negras).

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 1978, p. 65-66).

Sendo assim, por mais que anterior ao sistema capitalista as mulheres já sofressem opressões, é com a ascensão desse novo sistema, que se conforma mais ainda a superexploração das mulheres. Portanto, a divisão sexual do trabalho nada mais é que, assim definida por Kergoat, “a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera

reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado” (Kergoat, 2009, p. 67). Disso se desdobram várias consequências: salários mais baixos, colocações em empregos subvalorizados, etc.

Essas características ajudam a entender porque as mulheres ocupam quase que absolutamente os postos do trabalho doméstico, pois reforça a ideia de que as mulheres devem ocupar trabalhos com menos valor social. Apesar do aumento das mulheres no mercado de trabalho com a revolução industrial,

[...] não há alterações nas atividades atribuídas aos papéis historicamente definidos para as mulheres, tampouco para as mulheres negras. Esse fato mostra a afirmação dos espaços ocupacionais femininos, os quais revelam um continuum nas relações de poder e dominação patriarcal, nos termos de Saffioti (2004), e, ao mesmo tempo, uma reafirmação dos “lugares” historicamente destinados às negras (Martins, 2014, p. 120).

Quando voltamos os olhares para as mulheres negras como maioria das trabalhadoras domésticas, encontramos na divisão racial do trabalho as respostas para esse cenário. Apesar da abolição da escravidão, a mulher negra recém liberta continuou a ocupar o mesmo lugar na divisão racial e sexual do trabalho. De acordo com Beatriz Nascimento,

A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais. (Nascimento, 2021, p. 58)

Até hoje essa “herança” ainda persiste no trabalho doméstico remunerado, não é à toa que a legislação de sua regulamentação passa a ser “mais robusta a partir de 2015 com a Lei Complementar (LC) 150 que regulamentou a emenda constitucional 72 de 2013. [...] O que temos, até hoje, é uma dificuldade de reconhecimento dessa atividade como um trabalho que deve ser formalizado” (Andrade, 2015, p.29).

Entretanto, desde 1923 já existia o Decreto-Lei 16.107/1923 que regulamentava e “identificação dos locadores de serviços domésticos”¹¹ através de uma carteira. Já no período de Getúlio Vargas, ele “emitir norma que obrigava a assinatura da CTPS (o Decreto 21.175/1932 obrigava assinatura da CTPS para todos maiores de 16 anos; o Decreto-lei

¹¹ Esse decreto tinha uma característica policiaesca de regulamentar a identificação, através de uma carteira, de trabalhadores domésticos para a segurança de seus patrões. Essa carteira também servia como carteira de trabalho para o assentamento de suas atividades por residência.

3078/1941 determinava a assinatura da CTPS da empregada doméstica) desde 1932[...]” (Andrade, 2015, p.29). Com a Constituição de 1988 alguns direitos trabalhistas foram assegurados, apesar de que dos 32 incisos do artigo 7º, apenas 9 eram garantidos às trabalhadoras domésticas.

Em junho de 2011 foi finalizada a discussão sobre o tema “trabalho decente” para as trabalhadoras domésticas, que definiu a adoção de um instrumento internacional de proteção ao trabalho doméstico remunerado chamado “Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos nº 189”, acompanhada de uma Recomendação nº 201.

Em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, os direitos previstos na constituição foram regulamentados através da Lei Complementar nº 150

[...] e acrescenta outros: Adicional noturno de 20% sobre o valor da hora diurna, considera o horário noturno das 22h às 5h, a obrigatoriedade no recolhimento do FGTS, ficando a cargo dos patrões e patroas 8%, que antes era opcional; seguro-desemprego de um salário mínimo por um período máximo de 3 meses; salário-família; auxílio-creche; seguro contra acidentes de trabalho e indenização em caso de despedida sem justa causa a ser retirada do fundo criado para tal. A nova legislação trouxe também a possibilidade de contratação em tempo parcial, sendo de no máximo, 25 horas semanais, com salário proporcional à jornada trabalhadora (BRASIL, 2021e) (Andrade, 2022, p. 31).

Para Saffioti, o trabalho doméstico assume uma forma não capitalista de trabalho, pois “na medida em que a empregada doméstica produz bens e serviços para o consumo imediato da família empregadora não produz mercadorias para serem comercializadas” (Saffioti, 1978, p. 195). O fato do trabalho doméstico, seja o remunerado ou o não remunerado, não produzir, como dito, bens e serviços, reforça a desvalorização que essa atividade já carrega historicamente. No entanto, o trabalho doméstico tem função central da reprodução da força de trabalho para uso do capitalismo:

Ainda que assalariada – determinação típica do sistema capitalista – esta força de trabalho atua de forma não-capitalista no interior das formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. Organizadas, pois, de maneira não-capitalista, as atividades das empregadas domésticas têm lugar no seio de uma instituição não-capitalista – a família – que, entretanto, se mostra bastante adequada à reprodução ampliada do capital. Com efeito, têm lugar no seio da família atividades que concorrem para a produção diária e a reprodução da força de trabalho. Nesta medida, as atividades domésticas contribuem para a produção de uma mercadoria especial – a força de trabalho – absolutamente imprescindível à reprodução do capital (Saffioti, 1978, p. 195-196)

No Brasil o trabalho doméstico remunerado é uma atividade majoritariamente exercida por mulheres. Segundo a PNAD contínua de 2018, das 6,2 milhões de pessoas no emprego doméstico, 3,9 milhões eram mulheres negras (Pinheiro *et al*, 2019, p. 12). Desta forma, “[...] o trabalho doméstico permanece como um problema para as mulheres, como uma dimensão estruturante das desigualdades de gênero associadas à questão de raça e classe” (Ávila, 2007, p. 6).

Os avanços relativos ao trabalho doméstico sempre aconteceram lentamente, pois a herança escravista tem peso significativo no imaginário das pessoas e na cultura geral da sociedade, “[...] trata-se de uma luta ampla e complexa, já que será necessário reestruturar a sociedade de classes em novas bases” (Saffioti, 1978, p. 197).

2.4 SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL COMO FORMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO

Nesse subitem trataremos da seguridade social e da política social no Brasil como forma de proteção social, nos marcos do capitalismo, enquanto resposta às expressões da “questão social”. Para tal, utilizaremos como fundamentos autoras e autores como **Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Raquel Raichelis, Vicente Faleiros, Aldaíza Sposati, Potyara Pereira, Tereza Martins, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto**, dentre outros.

Antes, precisamos discorrer sobre a proteção social e o seu conceito. Luciana Jaccoud define a proteção social “como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais” (Jaccoud, 2009, p. 58). A palavra “proteção”, segundo Sposati,

[...] supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais (Sposati, 2009, p. 21).

As autoras Potyara Pereira e Aldaíza Sposati demarcam a diferença da proteção social como direito humano, daquela utilizada pelo capitalismo para sua sustentação. Em termos capitalistas, “A proteção social naturalizada e extraída de seu valor de direito humano e civilizatório é transformada em mercadoria, cujo valor agregado e estratégico é direcionado a interesses que comprometem sua finalidade protetiva, e ampliam as desigualdades sociais” (Sposati, 2018, p. 2316).

O que significa que a proteção social é um campo contraditório, de disputas tanto do

capital quanto da classe trabalhadora, ambos em busca de utilizar a proteção para potencializar um lado ou outro. Essa pesquisa toma como base a proteção social como direito social coletivo, cumprindo sua função protetiva de fato da classe trabalhadora. Porém, se contrapor à proteção social capitalista

[...] não é tarefa simples, a começar pelo fato de ela não ser apenas social, mas também política e econômica; isto é, a proteção social gerida pelo Estado burguês e regida por leis e pactos interclassistas, que procuram conciliar interesses antagônicos, sempre se defrontou com o seguinte impasse: atender necessidades sociais como questão de direito ou de justiça, contando com recursos econômicos escassos porque, de acordo com a lógica capitalista, a riqueza deve gerar mais riqueza e, portanto, ser investida em atividades economicamente rentáveis (Pereira, 2013, p. 637).

Quando falamos em sistema de proteção, falamos também em políticas sociais como instrumentos de proteção social. Para Faleiros, sobre as políticas sociais, “se referem, em uma primeira aproximação, ao processo de reprodução da força de trabalho através de serviços e benefícios financiados por fundos a eles destinados” (Faleiros, 1999, p. 43). O autor completa que a reprodução da força de trabalho

[...] quando estruturada pelo Estado capitalista, é um mecanismo distributivo de renda ou riqueza socialmente produzido, sob a forma de benefícios, proteção e serviços, sem que sejam afetadas, entretanto, as relações de produção capitalistas. Os mecanismos distributivos exprimem a correlação de forças existentes na sociedade e no próprio aparelho estatal, mas têm uma dimensão legitimadora do próprio Estado e do governo (Faleiros, 1999, p. 43).

Nessa mesma linha de raciocínio, Aldaíza Sposati (2007) considera que a “política social é resultante de um processo social, econômico, histórico e político e, por consequência, flui das orientações que uma sociedade estabelece quanto ao âmbito das responsabilidades — se públicas ou privadas — para prover as necessidades de reprodução social” (Sposati, 2007, p. 437). Complementando, Potyara A. P. Pereira (2011) em seu livro “Política Social: temas e questões” aborda elementos importantes para compreender a política social e a diferença existente em relação ao Welfare State. Para ela a “política social é um processo complexo e multideterminado, a par de ser contraditório e dinamicamente relacional” (Pereira, 2011, p. 15). Essas colocações reforçam o papel contraditório das políticas sociais sem, no entanto, negar a necessidade delas para a proteção da classe trabalhadora.

Segundo Behring e Boschetti (2008), as políticas sociais foram desenvolvidas para combater as expressões da “questão social”. “As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento [...] às

expressões multifacetadas da “questão social” no capitalismo” (Behring; Boschetti, 2008, p. 51). Como colocam as autoras, o capitalismo é o marco para a “questão social”, “cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (Behring; Boschetti, 2008, p. 51). No Brasil, esse cenário se desenhou com mais nitidez, como já vimos, após a abolição da escravatura, quando de fato o país caminhou para o desenvolvimento do capitalismo.

Sobre esse período, a autora Raquel Raichelis descreve em linhas gerais que

[...] as políticas sociais antes mesmo da onda (neo)liberalizante dos ajustamentos estruturais, as diferentes formas de precarização do trabalho, os altos índices de subemprego e a informalidade da força de trabalho urbana e rural, bem como a ausência e a fragilidade do sistema de proteção social já se apresentavam como traços marcantes do capitalismo dependente brasileiro, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, contexto que desencadeia a questão social no país (Raichelis, 2013, p. 616-617).

É possível identificar que, entre as autoras e o autor aqui destacados, as definições sobre o sentido das políticas sociais têm um certo consenso. Colocam-nas como fruto do embate entre as classes, localizando-as no sistema capitalista e definindo-a como contraditória. Com isso, esta pesquisa busca também desnudar a relação capital x trabalho na sociedade capitalista.

E, para entender essa relação, precisamos sinalizar o que entendemos por ser a “questão social” em nosso contexto. Ela nem sempre significou a mesma coisa, mas nesse subitem vamos abordar a partir da Revolução de 1848, quando, de acordo com José Paulo Netto (2001), a classe trabalhadora tomou consciência de que a “questão social” era fruto da sociedade burguesa. Portanto,

O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (Netto, 2008, p. 45).

A “questão social” no Brasil sempre teve sua centralidade no trabalho, “[...] tanto as formas de trabalho, quanto a apologia do trabalho, ou seja, sua louvação ou beatificação expressa na ‘ética do trabalho’” (Iamamoto, 2011, p. 140). Um exemplo local, como já vimos em itens anteriores, foi a abolição da escravatura que gerou uma massa de trabalhadoras e trabalhadores libertos que não foram absolvidos de forma digna pelo mercado de trabalho brasileiro, o que aumentou as desigualdades sociais já existentes no país.

Todavia, no pensamento social brasileiro (de Nina Barreto a Tobias Barreto), a *questão social* recebe diferentes explicações e denominações: “coletividades anormais”, “sociedade civil incapaz”, “povo amorfo”, sendo o tom predominante a suspeita que de a vítima é culpada, e a pobreza, um “estado da natureza”. Essa tendência de naturalizar a *questão social* combina-se, no pensamento social brasileiro, com o assistencialismo e a repressão, em uma criminalização “científica” da *questão social* (Ianni, 1992 *apud* Yamamoto, 1999, p. 140).

A Constituição de 1988 inseriu a Seguridade Social no Brasil como sistema de Proteção Social composta por três políticas sociais: saúde, assistência social e previdência social. Segundo o “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 2016). Nos incisos deste mesmo artigo, alguns objetivos são descritos com o intuito de organizar a seguridade social. São eles:

I–universalidade da cobertura e do atendimento; II–uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III–seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV–irredutibilidade do valor dos benefícios; V–equidade na forma de participação no custeio; VI–diversidade da base de financiamento; VII–caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (Brasil, 2016).

Todavia, a universalidade da cobertura, por exemplo, nunca foi conquistada. A previdência social no Brasil continua sendo, principalmente, vinculada ao trabalho formal¹², a quem contribui diretamente com ela. E mesmo o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que é previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8742/1993, operacionalizado pelo INSS e possui regras para o recebimento que são extremamente excludentes.

Ou seja, o tripé da Seguridade Social não funciona exatamente como prevê a Constituição Brasileira, pois

[...] o trato da proteção social em sua forma de previdência social é, no caso brasileiro, um mosaico de respostas desiguais a partir do vínculo formal do trabalhador, e não só de sua remuneração. Essas desigualdades são reproduzidas inclusive, ou sobretudo, no trato de benefícios de idêntica natureza, como a aposentadoria. Embora seja universal o alcance do piso de um salário mínimo para todos os aposentados, é só nessa condição de valor inicial, ou mais baixo, que o princípio genérico da igualdade de trato se expressa. Caso fosse possível detectar, no emaranhado de regulações particularizadas, os valores mais altos de aposentadoria, a primeira pista seria buscar

¹²Aquele em que a trabalhadora ou o trabalhador tem contrato de trabalho e assinatura da carteira de trabalho, com garantias específicas (férias, 13º salário, adicionais, licenças, etc.), previstas em lei. Apesar de tais garantias, o discurso de crise do Estado tem intensificado reformas que impactam diretamente no direito ao trabalho formal e sua regulamentação. Exemplo mais recente pode ser observado na aprovação da reforma trabalhista de dois mil e dezessete, especialmente na desproteção dos trabalhadores com a regulação do trabalho intermitente, fragilizando inclusive o direito à remuneração mínima garantida na Constituição Federal de 1988.

sua ancoragem na condição de exercício de função pública, e ali não seria obra de ficção encontrar brasileiros acima de 60 anos recebendo mensalmente como proteção social estatal valor cerca de 100 vezes maior do que um salário mínimo (Sposati, 2007, p. 653).

Isso explica-se pelas características da formação social e capitalista no Brasil. Behring e Boschetti (2008) chamam a atenção para a nossa transição “não clássica” ao capitalismo ter deixado marcas que trazemos até hoje. O fato do Brasil conservar características, principalmente no âmbito do trabalho, como a forte existência do trabalho escravo, mesmo após a abolição.

A persistente presença do trabalho escravo teve impactos importantes no nascimento do trabalho livre e nas possibilidades políticas de um processo mais rápido e radicalizado de transição, com participação mais contundente do movimento operário: ‘em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo’ (Fernandes, 1987, p. 193). Trata-se de uma situação estrutural, que retardou a consciência e a ação política operárias no Brasil, cujas primeiras manifestações como tal datam do início do século XX (Behring; Boschetti, 2008, p. 77).

Todos esses elementos colaboram para que as políticas sociais brasileiras carreguem o peso de “políticas focalizadas na extrema pobreza em detrimento de políticas sociais universais; ênfase nas condicionalidades ou contrapartidas como mecanismo de controle seletivo do acesso a benefícios a que os usuários teriam direito” (Raichelis, 2013, p. 631-632). Refletindo também no âmbito da atuação do Serviço Social com a “substituição de análises socioeconômicas dos determinantes da pobreza por argumentos morais com base em comportamentos desviantes como causadores da pobreza” (Raichelis, 2013, p. 632). Além, claro, de culpabilizar os mais pobres por sua condição, valorizando o mérito individual e o esforço próprio como causa de “sucesso ou insucesso”. Isso fica expresso na assistência social que, no tripé da seguridade, é a política mais direcionada para o “estancamento” da pobreza, o que, todavia, ela não alcança, pelas razões que já expusemos.

No Brasil, a assistência social está organizada através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e tem por objetivo “garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos” (Ministério do desenvolvimento e assistência social, família e combate à fome - MDS)¹³. O SUAS está dividido em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira é destinada a indivíduos e famílias em situação de

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas>. Acesso em: 09 jan. de 2024.

vulnerabilidade social, através da oferta de programas, serviços e projetos nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Já a segunda é para indivíduos e famílias com os vínculos sociais fragilizados ou rompidos, em situação de risco ou violação de direitos, através dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

Nesse sentido, considerando essas características atuais da política social no Brasil, que reflete no raio de proteção social da seguridade social, fica evidente que a classe trabalhadora, mesmo diante das contradições das políticas sociais, é afetada e desprotegida mesmo diante de um sistema de proteção social. A população negra, com base na divisão racial do trabalho, estando em sua maioria em ocupações informais de trabalho, são os mais atingidos pela desproteção social. Quando adicionamos a divisão sexual, observamos que as mulheres negras compõem a base dessa desigualdade. “De fato uma vez fora da “cidadania regulada”, foi inviabilizado o seu acesso à proteção social e aos processos organizados a que se vinculam as respostas do Estado às expressões da ‘questão social’” (Martins, 2012c *apud* Martins, 2013, p. 13).

Portanto, é evidente que no Brasil “o racismo reforça a exploração/opressão de raça/etnia” (Martins, 2014, p. 122), determinando de forma desigual as condições de vida e de trabalho da população negra brasileira. O que não pode ser desconsiderado, segundo Martins (2014), na avaliação do desemprego, da precarização das relações de trabalho e das condições materiais de existência como expressões da “questão social”.

Nas palavras de Raichelis (2013, p. 627) há uma “[...] ampliação do Estado em defesa dos interesses do capital em detrimento das necessidades do trabalho, concomitante à transformação dos objetivos, perfis, conteúdos, intencionalidades e alcance das políticas de proteção social, de seus programas e serviços”.

CAPÍTULO 3 - DETERMINANTES SÓCIO-HISTÓRICAS E ECONÔMICAS DO SISTEMA CAPITALISTA NA RELAÇÃO COM O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

A nossa pesquisa utiliza o método materialista histórico-dialético, como já dito anteriormente, de análise da realidade objetiva. Portanto, compreendemos que o trabalho doméstico remunerado é fruto de determinações históricas e por isso se faz necessário discutir como essas determinantes se comportam no sistema capitalista. Para uma análise sócio-histórica robusta e completa, dividiremos o capítulo em dois subitens, como veremos a seguir.

3.1 TRABALHO DO CUIDADO NO SISTEMA CAPITALISTA

Falar em trabalho doméstico, na atualidade, é falar também sobre o trabalho do cuidado. Para fundamentar nosso estudo, utilizaremos autoras como **Helena Hirata, Danièle Kergoat, Silvia Federici, Clarissa Cecília Ferreira Alves e Beatriz Nascimento**, que pesquisam e escrevem, além de outros temas, sobre o cuidado, trabalho doméstico e o papel da mulher negra nessas atividades.

Iniciaremos conceituando o trabalho do cuidado, de acordo com Helena Hirata, que toma como base o texto de apresentação do colóquio internacional “*Théories et pratiques du care: comparaisons internationales*” de 2013:

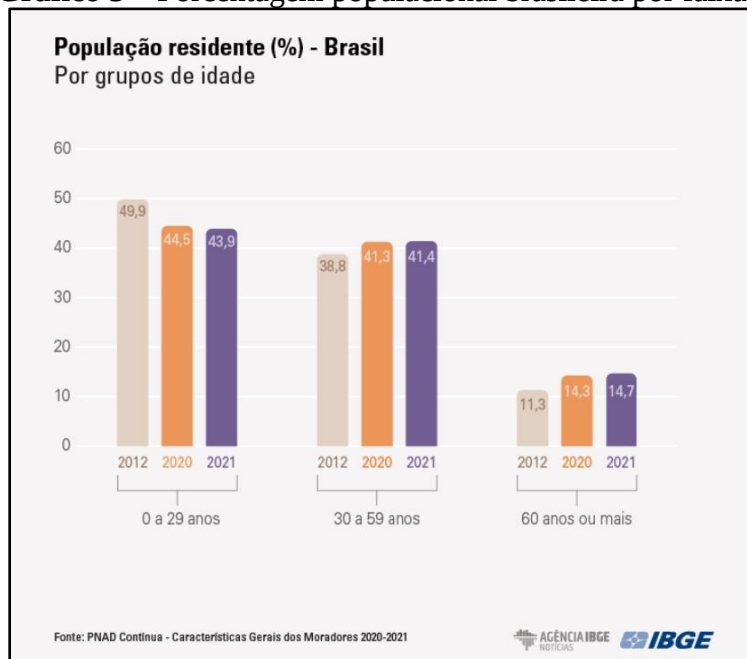
Um trabalho material, técnico e emocional moldado por relações sociais de sexo, de classe, de “raça”, etnia, entre diferentes protagonistas: os(as) provedores(as) e os(as) beneficiários(as) do cuidado, assim como todos aqueles e aquelas que dirigem, supervisionam ou prescrevem o trabalho. O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Pode também ser definido como uma relação de serviço, de apoio e de assistência, remunerada ou não, que implica um senso de responsabilidade pela vida e pelo bem-estar do outro. (Hirata, 2022, p. 30).

Mas não há consenso entre as estudiosas e estudiosos do cuidado. Hirata (2016; 2022) aborda pontos polêmicos sobre a definição do cuidado: o cuidado como uma relação social; a extensão do cuidado ou não para animais e objetos; se trabalhadoras domésticas que cuidam da casa são consideradas cuidadoras; o trabalho do cuidado só para pessoas dependentes ou também para autônomas; se outros profissionais como manicures, cabeleireiras, profissionais especializadas, acompanhantes são considerados trabalhadores do cuidado; a relação entre cuidado e desigualdades sociais; e a profissionalização, qualificação/competência da cuidadora em relação a linha tênue entre amor, afeto, emoção, técnica, etc.

Aqui não daremos conta de discutir as polêmicas que envolvem esse trabalho, apenas as apresentamos pela honestidade que temos com o tema, considerando sua importância para o nosso estudo e para a sociedade como um todo. Dito isto, precisamos compreender como o cuidado é uma determinação para o trabalho doméstico remunerado.

Segundo a autora Clarissa Cecília Ferreira Alves, em seu livro (fruto da sua tese de doutorado) “O trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado”, “*cada vez mais aumentam as demandas por trabalho doméstico e cuidado nos domicílios ao redor do mundo*” (2021, p. 13, grifos da autora). Alguns fatores são responsáveis por esse aumento: tanto a crescente inserção de mulheres brancas e de classes sociais privilegiadas no mercado de trabalho (não podendo assim dedicar-se exclusivamente ao trabalho doméstico da sua casa e aos cuidados com crianças, idosos e enfermos da família), quanto o crescimento da população idosa (Alves, 2021), como podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Porcentagem populacional brasileira por faixa etária

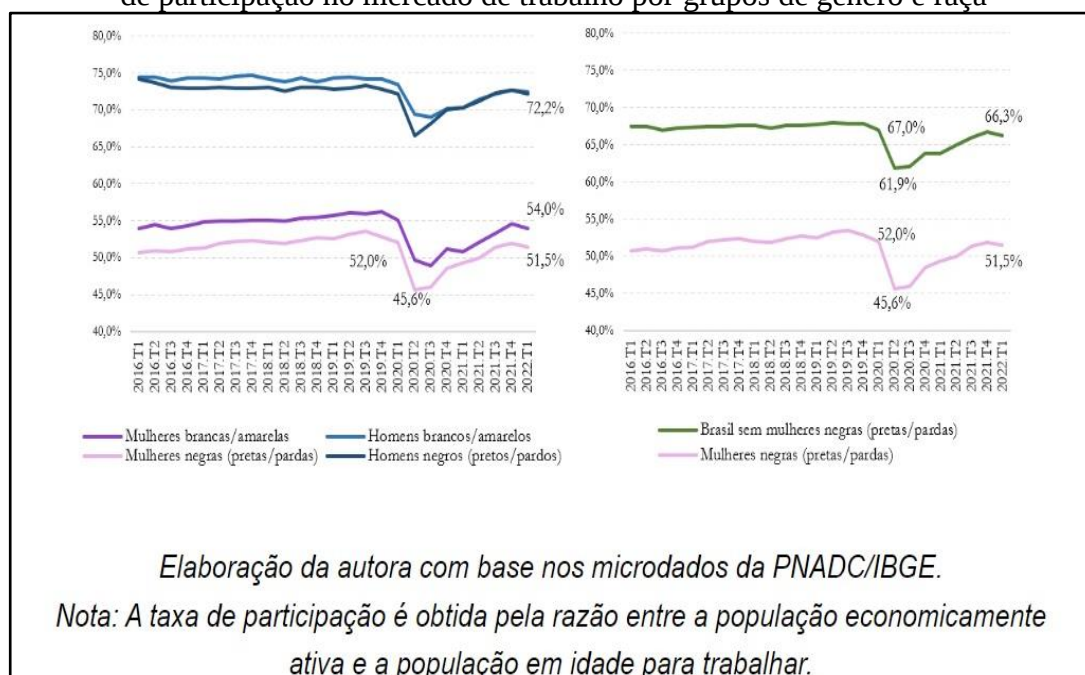


Fonte: página do IBGE (2020-2021).¹⁴

Sobre o crescimento da inserção de mulheres brancas no mercado de trabalho, no Brasil, observa-se que ainda é pequeno em relação aos homens, em especial aos homens brancos, ficando acima apenas, e principalmente, das mulheres negras. Ressalta-se que as mulheres negras, no Brasil, nas taxas de emprego e média salarial sempre ficam em última colocação quando comparado com homens brancos, negros e mulheres brancas

¹⁴ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Gráfico 4 – Porcentagem populacional brasileira por faixa etária Gráfico da evolução da taxa de participação no mercado de trabalho por grupos de gênero e raça



Fonte: blog do IBRE na página da FGV (2022).¹⁵

Como dito, esses elementos são alguns dos causadores do que “vem sendo chamado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT de ‘**crise global dos cuidados**’” (Alves, 2021, p.14, grifo nosso). Quanto mais o capitalismo avança no desenvolvimento das forças produtivas, mais a necessidade de cuidado aumenta porque aumenta a demanda da reprodução social. Nesse sentido, o trabalho doméstico remunerado ou a “externalização do trabalho doméstico”, como menciona Danièle Kergoat (2009, p. 23), assume o papel que antes era desenvolvido pelas mulheres das famílias. Porém,

As mulheres das sociedades do norte e das grandes metrópoles dos países do sul trabalham cada vez mais; cada vez mais, também, elas ocupam postos de comando nas empresas e investem em suas carreiras. Assim – e como o trabalho doméstico não é considerado nas sociedades de mercado, e o envolvimento subjetivo é cada vez mais solicitado, senão exigido, pelas novas formas de gestão de negócios –, elas precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para fazer isso, podem contar com a enorme reserva de mulheres pobres e em condições precárias, francesas e imigrantes. (Kergoat, 2016, p. 23).

É claro que Kergoat escreve a partir, principalmente, da realidade francesa, porém, quando se trata de trabalho doméstico, não é uma realidade tão distante da brasileira. Aqui

¹⁵ Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 22 set. 2023.

também essa atividade está relegada às mulheres mais pobres, que realizam migrações internas (do norte/nordeste para o sul/sudeste, do campo para a cidade) e até mesmo imigrantes¹⁶, bem como pela necessidade de “externalizar” o trabalho doméstico.

É importante ressaltar que, como bem aborda Federici (2019, p. 223), “enquanto a produção foi reestruturada através de um salto tecnológico em áreas-chave da economia mundial, nenhum salto tecnológico ocorreu na esfera do trabalho doméstico”. Reforçando a passagem anterior, Antunes afirma que a década de 1980 gerou um “grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (2011, p. 23).

No Brasil, com seu capitalismo tardio, essas mudanças na produção e no mundo do trabalho ocorreram mais efetivamente a partir da década de 1990.

As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, foram de grande intensidade, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington. Tais mudanças desencadearam uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. Houve também um conjunto de transformações no plano da organização sociotécnica da produção, presenciando-se, ainda, um processo de reterritorialização e mesmo de desterritorialização da produção, entre tantas outras consequências da reestruturação produtiva e do redesenho da divisão internacional do trabalho e do capital (Antunes, 2011, p. 44-45).

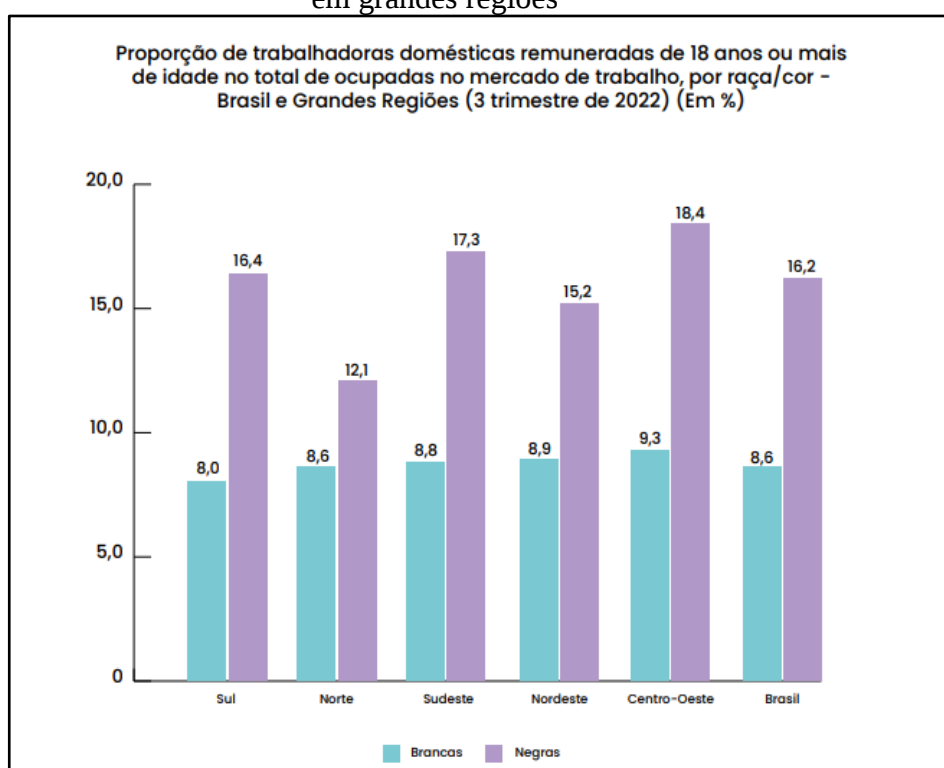
Apesar de verificarmos poucas mudanças tecnológicas no trabalho doméstico, outras mudanças afetaram essa atividade. De acordo com Alves (2021), ocorreu um processo de mudança na lógica de contratação de trabalhadoras do cuidado no Brasil, fruto da implementação de políticas sociais, a partir dos anos 2000, que possibilitaram a mobilidade social de camadas da classe trabalhadora. O que gerou a demanda por força de trabalho de mulheres de outros países. “É por isso que, em vez de serem tecnologizados, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado foram redistribuídos nos ombros de diferentes sujeitos ao longo de sua comercialização e globalização” (Federici, 2019, 224). Nesse sentido,

Apesar desse movimento de mudança no processo de obtenção da força de trabalho reprodutiva no Brasil, o formato geral de seu fornecimento continua se pautando principalmente na exploração/apropriação de mulheres empobrecidas e racializadas autóctones (Alves, 2021, p. 227).

¹⁶ Ver Clarissa Cecília Ferreira Alves (2021) no capítulo sobre as trabalhadoras domésticas filipinas em São Paulo.

Não há como dissociar o racismo do campo ideológico, econômico, jurídico e político. Como aborda Nascimento, o racismo é “reflexo da sociedade como um todo, ou seja, em todos os seus níveis” (2021, p. 51). Isso explica, em parte, porque as mulheres negras ocupam, mesmo após 135 anos da abolição da escravidão, profissões e funções socialmente subalternizadas. Como dito anteriormente, a realidade pós abolição não muda significativamente para as mulheres negras, elas continuam inseridas no trabalho doméstico (Nascimento, 2021). No gráfico mostra a representação em que podemos verificar essa realidade:

Gráfico 5 – Proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas por raça/cor – no Brasil e em grandes regiões



Fonte: Nota Informativa nº 2/2023 MDS/SNCF¹⁷ (2023).

Portanto, fica evidente que a raça é elemento central quando se trata de trabalho doméstico remunerado no Brasil. Não há como negar que as mulheres negras brasileiras continuam cuidando das famílias brancas. A tríade “raça, gênero e classe” determina as relações sociais em torno do trabalho doméstico, pois é evidente que é um trabalho que reforça os privilégios dos brancos na reprodução social, além disso é atribuído a ele o caráter feminino de realização. A classe é evidenciada nos conflitos presentes na relação patrão e trabalhadora, bem

¹⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

como por ser o trabalho doméstico remunerado majoritariamente ocupado por mulheres pobres. Nesse sentido a crise do cuidado vem remodelando, seja pela sociedade, quanto pelos Estados, o trabalho doméstico não só no Brasil, como em todo mundo.

3.2 DETERMINANTES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO SISTEMA CAPITALISTA

Nesse último subitem do item 3 iremos abordar os marcadores de desigualdades sociais de raça, gênero e classe no sistema capitalista e suas correlações com o trabalho doméstico remunerado. Utilizaremos autoras e autores como **Marilda Villela Iamamoto, Helena Hirata, Maria Bethânia Ávila, Gerda Lerner, Oyèrónkẹ Oyěwùní, Heleieth Saffioti, Friedrich Engels, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Silvio Almeida, Dennis de Oliveira, dentre outros.**

O modo de produção capitalista se constrói, produz e se reproduz à base de relações de exploração, desigualdade, massacre e barbárie no âmbito natural e social. À medida em que ocorre o dito “desenvolvimento” das forças produtivas capitalistas se evidenciam e acirram as contradições e crises a ele inerentes, tornando mais complexas suas necessidades e as mediações para satisfazê-las. Por isso, torna-se imprescindível “decifrar as desigualdades sociais em seus [múltiplos] recortes de **gênero, raça, etnia**, religião, nacionalidade, meio-ambiente, etc.” (Iamamoto, 1999, p.114, grifos nossos). Acrescentamos a isso, o recorte de classe que é determinante do sistema capitalista.

Se faz necessário pontuar que os recortes mencionados dizem respeito a categorias de sujeitos que compõem as minorias sociais, bem como de parte das trabalhadoras domésticas no Brasil. Assim, ao estudar o trabalho doméstico remunerado no Brasil está intrínseco à questão racial, de gênero e classe.

Desta forma, é importante definir conceitos e isso supõe reconhecer que existem tais diferenças dentro do conceito de gênero e, conseqüentemente, as relações sociais entre os sexos. Tais cenários nos permitem afirmar que existem desigualdades entre homens e mulheres que envolvem desigualdades de poder, tanto na esfera pública quanto na privada (Farah, 2004). Sobre a categoria gênero, Saffioti o descreve como uma “construção social do masculino e do feminino [...] como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, que estão expressas nas relações destas duas categorias sociais” (Saffioti, 1978, p. 82).

Segundo Engels (2017), em seu livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, o patriarcado não existe desde sempre e não é algo natural. O modelo matriarcal

marcou a história da humanidade, especialmente a ocidental. No caso do modelo matriarcal, as mulheres e os homens relacionavam-se até certo momento de forma grupal (poliandria e poligamia), com a linha hereditária feminina, cujos filhos eram referenciados por *genus* materno, já que não havia possibilidade de determinar a paternidade nos relacionamentos grupais.

Em relação à divisão do trabalho, as atividades eram divididas, segundo Engels, de forma natural: “o homem vai à guerra, à caça e à pesca, procura as matérias-primas para a alimentação e produz os instrumentos necessários para isso. A mulher cuida da casa, prepara comidas e confecciona roupas: cozinha, fia e costura” (Engels, 2017, p. 198). Importante destacar que “cada um é proprietário dos instrumentos que confecciona e utiliza. O homem possui as armas e os utensílios de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios domésticos” (Engels, 2017, p. 198).

Dando um salto na história, com o surgimento da propriedade privada, os homens passam a reivindicar a paternidade de seus filhos, com o intuito de deixar como herança para eles “suas” terras e demais riquezas:

[...] à medida que as riquezas iam aumentando, por um lado conferiam ao homem uma posição mais importante que aquela da mulher na família e, por outro lado, faziam com que nele surgisse a ideia de valer-se dessa vantagem para modificar, em favor dos filhos, a ordem tradicional da herança. [...] bastou decidir simplesmente que, para o futuro, os descendentes de um membro masculino deveriam permanecer na *gens*, mas os descendentes de um membro feminino deveriam ser excluídos dela, passando para a *gens* do pai. Desse modo, foram abolidos a instituição da descendência por linha feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pelo direito hereditário paterno e pela linha de descendência masculina (Engels, 2017, p. 77-78).

É nesse momento, com o advento da propriedade privada, que entra em ruína o matriarcado. As mulheres foram obrigadas a relacionar-se monogamicamente para garantir o reconhecimento da paternidade. Nesse sentido, como os homens eram os responsáveis pelo cuidado dos animais e da terra, bem como eram donos dos instrumentos de caça, armas e riquezas que produzia, à mulher não restou alternativa, foi obrigada a aceitar as mudanças em razão do direito de herança que os homens reivindicavam ou, caso contrário, não teriam como sobreviver.

A propriedade privada e o casamento monogâmico geraram um “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (Saffioti, 1978, p. 44), denominado patriarcado. Que também pode ser descrito como:

[...] uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois

princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (Millet, 1970; Scott, 1995 *apud* Narvaz; Koller, 2006, p.50).

O patriarcado expressa-se em diversas áreas e dimensões da vida. É no mercado de trabalho, como estando discutindo nesta dissertação, que uma de suas faces mais brutais emerge. Segundo Kergoat,

Quando a nova ordem capitalista instaurou a separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, produziu um princípio de separação entre “trabalho de homens” e “trabalho de mulheres” com uma conotação hierárquica que estrutura a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 1998 *apud* Ávila, 2009, p. 80).

No caso do trabalho doméstico, passou a ser tarefa exclusivamente da mulher e hierarquicamente inferior, já que está localizado na esfera da reprodução, ou seja, não produz direta e imediatamente lucro para o capital. Nesse sentido, Ávila complementa que:

Quando percorremos a história da revolução industrial, encontramos, desde o seu início, a presença das trabalhadoras assalariadas e uma persistente negação, ao longo da história, em considerar as mulheres como parte da classe trabalhadora. Dessa forma, as mulheres engajadas no trabalho assalariado foram tratadas como fora do seu lugar e, por isso, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi, desde então, tratada como uma ausência delas do espaço para o qual elas estavam “destinadas” - o espaço familiar doméstico. O discurso ideológico de sustentação da desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho foi uma estratégia fundamental para manter a exploração/dominação das mulheres como parte natural das coisas (Ávila, 2009, p. 73).

Para Gerda Lerner (2019, p. 263) “o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 até ser concluído”. Segundo a autora citada, “o primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento. O papel de gênero obverso do homem foi ser aquele que executava a troca ou que definia os termos da troca” (Lerner, 2019, p. 263).

Observando outras realidades além da europeia e da Brasileira, na Nigéria, como traz Oyèrónkẹ Oyèwùmí, a invasão da colonização Britânica trouxe consigo a imposição do modelo de Estado patriarcal, no qual os homens ocupavam os espaços de poder e mais, redefiniram a noção de masculino e feminino do povo Iorubá:

[...] as fêmeas foram categorizadas e reduzidas a “mulheres” as tornou ilegíveis para papéis de liderança. A base dessa exclusão foi a sua biologia, um processo que foi um

novo desenvolvimento da sociedade iorubá. O surgimento da mulher como categoria identificável, definida por sua anatomia e subordinada aos homens em todas as situações, resultou, em parte, da imposição de um Estado colonial patriarcal. Para as fêmeas, a colonização era um duplo processo de **inferiorização racial e subordinação de gênero** (Oyèwùmí, 2021, p. 189, grifo nosso).

É fundamental a não dissociação entre gênero e racismo, enquanto eixos de opressão, pois a raça pode determinar a hierarquia do gênero na sociedade. “Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma” (Ribeiro, 2020, p. 60). Quando adiciona o marcador de classe, as disparidades aumentam. Assim sendo, não é possível dissociar, gênero, raça e classe social, visto que estes compõem a estrutura social e favorecem as desigualdades.

Para Barsted (1994), é preciso uma atenção especial às mulheres negras, às mães solo e às chefes de família, visto que possuem maior grau de vulnerabilidade. Conforme a pesquisa “Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014”, desenvolvida pelo, até então, Ministério do Trabalho e Previdência Social junto com o IPEA, “39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguida pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%)” (Pinheiro *et al.*, 2019, p.12). De acordo com esta mesma pesquisa, as mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e que se dedicavam ao trabalho doméstico. Mesmo em pesquisas mais recentes a mulher negra continua ocupando os maiores índices de desemprego no Brasil.

Gráfico 6 – Taxa de desemprego no 1º trimestre de 2023, em % (porcentagem)



Fonte: página da Folha no site UOL (2023).¹⁸

¹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/mulheres-negras-ganham-menos-da-metade-que-homens-brancos-no-brasil-mostra-novo-estudo.shtml>. Acesso em: 16 set. 2023.

Estes dados refletem os lugares que são determinados socialmente. Cabe ressaltar que “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, a sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania” (Carneiro, 2011, p. 110). Na atual conjuntura do sistema capitalista, no Brasil, o não acesso ao trabalho significa sentenciar as pessoas à exclusão do acesso a algumas políticas sociais, como a previdência social (que já discutimos no capítulo anterior), por exemplo. É o que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) chamou de “cidadania regulada”.

Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei (Santos, 1979, p. 75, grifos do autor).

Nesse sentido, podemos afirmar que a cidadania foi negada à população negra desse país desde o período colonial. No período pós-abolição, mesmo libertos e libertas, sua inserção na ordem social brasileira não se deu de forma igualitária, o Estado não efetivou políticas de inclusão para a população negra na sociedade. Ao contrário, como já vimos em capítulo anterior, as desigualdades étnico-raciais se tornaram desigualdades sociais (Martins, 2016).

Se voltarmos um pouco atrás, veremos que o próprio termo “raça” não é um elemento natural do desenvolvimento da humanidade. A raça é uma invenção eurocentrista para justificar a colonização em vários continentes. De acordo com Aníbal Quijano “a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (Quijano, 2005 *apud* Oliveira, 2021, p. 68).

Para Dennis de Oliveira, a raça tem uma função ideológica, ele afirma que “o fato de a categoria raça se consolidar com a conquista da América, como uma classificação construída para legitimar a colonização demonstra a sua função ideológica: legitimar e naturalizar relações de exploração” (Oliveira, 2021, p. 68). Ou seja, a classificação humana pela raça justificava a relação de dominação e a divisão entre povos civilizados e povos incivilizados.

Silvio de Almeida (2021) é assertivo ao afirmar que com o surgimento do espírito positivista no século XIX

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas[...] ou condições climáticas e/ou ambientais[...] seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes *raças* (Almeida, 2021, p. 29, grifo do autor).

Portanto, o que foi apresentado evidencia a construção do racismo e da estrutura que o sustenta. Todavia, o racismo ao qual nos referimos não é aquele racismo que presenciamos no cotidiano, aquele em que pessoas racistas ofendem, agredem e humilham pessoas negras na rua, no atendimento em restaurantes, lojas, etc. Essas cenas do cotidiano são, na verdade, expressões do que autores classificam como racismo estrutural.

A concepção de racismo estrutural se encaixa na perspectiva da luta pela hegemonia da concepção materialista de racismo. Não se trata apenas de uma outra dimensão da percepção do racismo - o racismo estrutural distinto do institucional e do individual/comportamental. Mas de entender que o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural (Oliveira, 2021, p. 64-65).

O racismo estrutural é o que explica porque mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica, as que estão inseridas em maior número no trabalho doméstico remunerado, porque estão sempre na base da pirâmide de exploração e desigualdade do sistema capitalista. Nesse sentido, Oliveira coloca que

[...]falar de racismo estrutural implica ir na raiz do problema, isto é, na sua radicalidade. E por isso, para entender como funciona o racismo estrutural no Brasil é necessária uma perspectiva histórico-crítica[...]. Para tanto, partimos do pressuposto de que o racismo como conhecemos hoje é produto de uma *tipologia da classificação racial* consolidada principalmente no século XVI como instrumento do projeto eurocentrista. Samir Amin fala que o eurocentrismo é uma ideologia. As ideologias expressam projetos políticos concretos e práticas concretas, assim não há como falar na ideologia eurocêntrica sem falar na emergência do capitalismo. Evidente que o racismo não nasceu com o capitalismo, mas o *racismo como se expressa hoje, baseado nessa classificação racial*, sim (Oliveira, 2021, p. 66).

Portanto, o racismo que se expressa na nossa realidade atual é fruto do sistema capitalista, é fruto da luta de classes. “Desse modo, as categorias raça e trabalho ou **raça e classe**, embora não tenham a mesma origem e nem mesmo a mesma base gnosiológica acabam por se interseccionar como elemento constituidor das hierarquias sociais no continente” (Oliveira, 2021, p. 70, grifo nosso).

Assim como a raça determina a hierarquia social do gênero em nossa sociedade, a raça também determina a classe. “Por essa razão, **não há como falar em classe sem falar em raça e nem tampouco conceituar raça à parte de classe**. Esse é um dos fundamentos de uma perspectiva histórico-crítica do racismo estrutural” (Oliveira, 2021, p. 70, grifo nosso).

Caminhamos até aqui para concluirmos que o estudo sobre o trabalho doméstico remunerado enquanto aparência do fenômeno nos revela que a sua essência é composta por

avenidas identitárias de raça, gênero e classe que se cruzam e atingem mulheres negras (Akotirene, 2020) no Brasil.

CAPÍTULO 4 - QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA: PROTEÇÃO SOCIAL PARA AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA PANDEMIA DE COVID-19

Após percorremos algumas categorias de análise e determinantes para o trabalho doméstico remunerado no Brasil, agora nos deteremos no âmbito local, ao estado de Sergipe. Neste capítulo traremos o perfil da política de assistência social de Sergipe, dados sobre a cobertura socioassistencial que as trabalhadoras domésticas remuneradas receberam (ou não) durante a pandemia de covid-19 por parte do governo do estado e a análise dos dados fruto do levantamento que realizamos NO SINDOMÉSTICA.

4.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE, ANÁLISE DO PERÍODO DE 2020 A 2023

Em outubro de 2018, Belivaldo Chagas Silva foi eleito governador do estado de Sergipe pelo PSD¹⁹, com a vice-governadora, Eliane Aquino, do PT. No cenário político de Sergipe, Belivaldo vem de um histórico de alianças com o PT, quando ainda era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), inclusive foi vice-governador na gestão de Marcelo Déda (*in memoriam*) em 2006. No pleito seguinte foi eleito novamente vice-governador para a gestão com o governador Jackson Barreto do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A gestão de Belivaldo foi marcada, dentre outras coisas, pela relação conflituosa com movimentos sociais, principalmente o do magistério sergipano, representado pelo maior sindicato do estado, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (SINTESE). Já a atuação de Eliane Aquino, vice-governadora, ficou marcada pela sua boa relação e diálogo com movimentos sociais.

Focando na assistência social, no período de 2020 a 2022 a Secretaria de Estado de Inclusão e Assistência Social (SEIAS)²⁰ teve duas secretárias: Lêda Lúcia Couto de Vasconcelos, médica, professora do curso de medicina na UFS e com uma carreira de cargos de comissão; em seguida, Lucivanda Nunes Rodrigues, com formação em direito e também com histórico de cargos de comissão tanto na prefeitura do município de Aracaju, quanto no governo do estado de Sergipe.

¹⁹ Mesmo partido do atual governador, Fábio Mitidieri.

²⁰ Nesse período a Secretaria se chamava Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS), com a mudança de gestão no governo do estado em 2023, a secretaria passa a se chamar Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SEASC).

Para traçar o perfil da gestão da assistência social no estado, realizamos uma busca na página de notícias da SEASC no site do governo do estado²¹, desde março de 2020 até dezembro de 2022, com ações durante a pandemia que tinham aproximação (ou não) com o trabalho doméstico. Focamos em verificar notícias relativas à legislação, programas, projetos e ações em geral implementadas pela secretaria que beneficiassem as trabalhadoras domésticas do estado. O levantamento ficou da seguinte forma:

Quadro 6 – Lista de matérias veiculadas na página da SEASC

Data	Notícia	Observações
16 de março de 2020	Governo suspende Eventos do mês da Mulher e recomenda aos municípios o adiamento das Conferências	Essa foi a primeira notícia sobre a covid-19.
25 de março de 2020	Governo de Sergipe antecipa repasse do cofinanciamento estadual da Assistência Social aos municípios	Medida relevante, pois serviu “para manutenção de serviços socioassistenciais e auxílio na adoção de medidas de prevenção ao COVID-19”. A partir daqui poderíamos esperar medidas mais específicas que beneficiassem as trabalhadoras domésticas.
25 de março de 2020	Belivaldo cria programa social para ajudar famílias de baixa renda afetadas pela crise do coronavírus	Essa matéria traz a iniciativa do governo do estado em criar o “Cartão Mais Inclusão - CMAIS” com crédito mensal no valor de R\$ 100,00 para famílias em extrema pobreza cadastradas no Cadastro Único do governo federal. O fator que mais chama a atenção é a personificação do auxílio na figura de Belivaldo.
09 de abril de 2020	Governo autoriza aplicação de recursos do cofinanciamento estadual da Assistência Social no enfrentamento ao coronavírus nos municípios	Medida que permitiu que os municípios pudessem utilizar parte dos recursos repassados pelo governo do estado para viabilizar ações preventivas e de assistência às famílias.
16 de junho de 2020	SEIAS distribui máscaras e álcool a 70% para 60 mil pessoas de grupos vulneráveis	Essa notícia chamou a atenção, pois as trabalhadoras domésticas também compõem um grupo vulnerável, principalmente na pandemia, e não foram selecionadas para receber as máscaras e álcool. Além disso, na matéria a secretária relata que “Precisamos sempre usar a criatividade

²¹ Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/noticias/page/68/>. Acesso em: 16 set. 2023

		e encontrar formas de ajudar as populações mais vulneráveis do nosso estado”. Expressando que para lidar com a vulnerabilidade é necessário criatividade, quando na verdade o importante é a criação de políticas públicas e investimentos de recursos na área.
17 de julho de 2020	Secretária Lêda Couto apresenta ações da SEIAS na pandemia, em sessão remota na Assembleia Legislativa de Sergipe	Nessa atividade que a secretária esteve presente foram apresentadas medidas e ações que a secretaria havia tomado até o momento para proteger a população vulnerável socialmente, porém, nenhuma medida que diretamente beneficiassem as trabalhadoras domésticas.
06 de agosto de 2020	Governo de Sergipe já distribuiu 95 mil máscaras e mais de 9,5 mil litros de álcool a populações vulneráveis	Nessa matéria, mais uma vez, não detectou-se que essas máscaras e álcool tenham beneficiado diretamente trabalhadoras domésticas.
21 de dezembro de 2020	Sergipe recebe cerca de 4 mil cestas básicas do governo federal para mulheres em situação de vulnerabilidade	Nessa ação das cestas básicas, as trabalhadoras domésticas, enquanto grupo, também não foram contempladas.
22 de dezembro de 2020	Campanha SOLIDARIZE-SE - União de esforços em prol da população	Outra ação com cestas básicas sem a sinalização de entrega específica às trabalhadoras domésticas.
30 de dezembro de 2020	Governo inicia a entrega de cerca de 4 mil cestas de alimentos a mulheres em situação de vulnerabilidade e violência	Nessa ação foram entregues 150 cestas ao SINDOMÉSTICA.
27 de abril de 2022	Dia da Empregada Doméstica: SEIAS destaca direitos da categoria em valorização ao trabalho da mulher	A secretaria fez uma matéria específica sobre o dia, mas não apresentou medidas e ações para melhorar as condições de trabalho e vida de trabalhadoras domésticas de Sergipe.

Fonte: página eletrônica da SEASC no portal do governo do estado – elaboração própria (2023).

Com base no levantamento, foi possível observar que apenas uma das matérias teve como público alvo as trabalhadoras domésticas, com a entrega de 150 cestas básicas ao SINDOMÉSTICA. Porém, um número muito reduzido de cestas básicas diante do quantitativo de trabalhadoras em Sergipe que, atualmente, possui cerca de 55.000 trabalhadoras domésticas ocupadas com ou sem carteira de trabalho assinada. Essa informação é com base na PNAD contínua do 4º trimestre de 2022, conforme figura abaixo.

Figura 3 – PNAD Contínua trimestre móvel out-nov-dez de 2022 com indicadores de Sergipe relativos a trabalho



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Coordenação de Trabalho e Rendimento
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade

Movimento

Símbolo

Legenda

↔

Estável

↑

Cresceu

↓

Decresceu

PNAD Contínua - Divulgação: Fevereiro de 2023

Trimestre móvel: out-nov-dez/2022

Sergipe

Indicadores		Estimativas dos trimestres			Variação em relação ao trimestre jul-ago-set/2022			Variação em relação ao trimestre out-nov-dez/2021		
		out-nov-dez/2021	jul-ago-set/2022	out-nov-dez/2022	Situação	Diferença	VAR%	Situação	Diferença	VAR%
Taxas (%)										
Taxa de desocupação		14,5	12,1	11,9	↔	-0,2	-	↓	-2,6	-
Nível da ocupação		52,1	50,8	52,0	↔	1,2	-	↔	-0,1	-
Taxa de participação na força de trabalho		60,9	57,8	59,0	↑	1,2	-	↓	-1,9	-
por condição em relação à força de trabalho e condição na ocupação	Total	1.873	1.867	1.857	↔	-10	-0,6	↔	-17	-0,9
	Na força de trabalho	1.141	1.080	1.096	↔	16	1,5	↓	-45	-3,9
	Ocupada	975	949	965	↔	16	1,7	↔	-10	-1,0
	Desocupada	165	131	131	↔	0	-0,1	↓	-35	-20,9
	Fora da força de trabalho	733	787	761	↓	-27	-3,4	↔	28	3,8
	Empregado	606	627	665	↑	38	6,1	↑	59	9,7
	Setor privado (excluído trabalhador doméstico)	407	431	461	↑	29	6,8	↑	54	13,2
	Com carteira	235	246	267	↔	20	8,2	↑	32	13,4
	Sem carteira	172	185	194	↔	6	3,0	↔	22	12,6
	Trabalhador doméstico	58	52	55	↔	3	6,3	↔	-3	-5,7
ocupadas por posição na ocupação, setor e categoria do emprego no trabalho principal	Com carteira	9	12	11	↔	-1	-10,4	↔	2	18,7
	Sem carteira	49	40	44	↔	5	11,4	↔	-5	-10,3
	Setor público	141	144	130	↔	6	4,0	↔	9	6,1
	Com carteira	13	9	15	↑	6	64,7	↔	2	16,4
	Militar e funcionário público estatutário	90	81	80	↔	0	-0,4	↔	-10	-10,7
	Sem carteira	38	54	54	↔	0	0,3	↑	16	42,1
	Empregador	46	47	41	↔	-5	-11,1	↔	-5	-10,8
	Com CNPJ	29	28	27	↔	-2	-5,4	↔	-2	-7,8
	Sem CNPJ	17	18	15	↔	-4	-19,8	↔	-3	-15,9
	Conta própria	288	245	226	↓	-19	-7,8	↓	-62	-21,5

Pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas)

Fonte: PNAD Contínua 4º trimestre de 2022.

Algumas comunidades quilombolas, indígenas, grupos de marisqueiras, cortadores de cana, mulheres vítimas de câncer, comunidades de terreiro, povos ciganos, associações e movimentos sociais LGBTQIAPN²² e demais grupos vulneráveis socialmente foram beneficiados mais de uma vez com ações do governo do estado entre 2020 e 2022. O que não significa que tenha sido suficiente, muito menos que sejamos contra os beneficiários que receberam, porém ressaltamos que as trabalhadoras domésticas foram pouco contempladas por essas ações. Essas ações visavam minimizar os impactos e as consequências negativas da covid-19.

Vale destacar que durante a pandemia de covid-19 a SEASC implementou ações explicitamente assistencialistas²³ como a campanha “Solidariza-se”. Lançada em junho de 2020, visava arrecadar alimentos, itens de higiene pessoal e limpeza e recursos financeiros para os municípios. Outro programa carro chefe da pandemia foi o “Cartão Mais Inclusão (CMAIS)”, que fornecia o valor de R\$ 100,00 para famílias em extrema pobreza cadastradas no Cadastro Único do governo federal.

²²A sigla LGBTQIAPN+ abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e + outras definições.

²³ Quando nos referimos a assistencialismo diz respeito a ações de cunho caridoso, benevolente, com conotação de “favor”, diferente de uma política social de estado que garante direitos.

Essas características da assistência social com perfil assistencialista, reforçando a participação da iniciativa privada e empresarial, com prioridade em programas de transferência de renda com valores insuficientes, foi a tendência no Brasil durante a pandemia. Isso porque

Ao retardar e resistir a exercer sua responsabilidade pública e assegurar os recursos públicos e as medidas econômicas, sociais e sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia e dos casos que se multiplicaram violentamente, o governo federal negacionista, ultraneoliberal e neofascista favoreceu também a multiplicação e a agudização das desigualdades estruturais. Os mais atingidos pela pandemia foram a parcela mais pobre da classe trabalhadora, moradora das favelas e periferias sem condições adequadas de saneamento e meios de prevenção, com dificuldades de acesso ao SUS saturado, sendo a maioria de pessoas negras (Behring; Boschetti, 2021, p. 76).

Outras medidas foram tomadas pelo governo aqui em Sergipe, como já citado: os recursos repassados aos municípios para cofinanciamento da Assistência Social foram flexibilizados para uso com benefícios eventuais; campanhas como “Proteger e cuidar” e “Cuidando de quem cuida” para arrecadação de máscaras de tecido e álcool 70% para doação à população, bem como a trabalhadores da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse ponto vale destacar que, apesar da preocupação com a distribuição de máscaras e álcool para essas trabalhadoras e trabalhadores, no quesito vacinação este público não foi classificado como prioridade. Um absurdo diante da continuidade de suas atividades nas unidades da assistência social no estado, principalmente num momento em que as desigualdades sociais se agudizaram e o trabalho desses profissionais era essencial para alcançar as camadas mais pauperizadas da população.

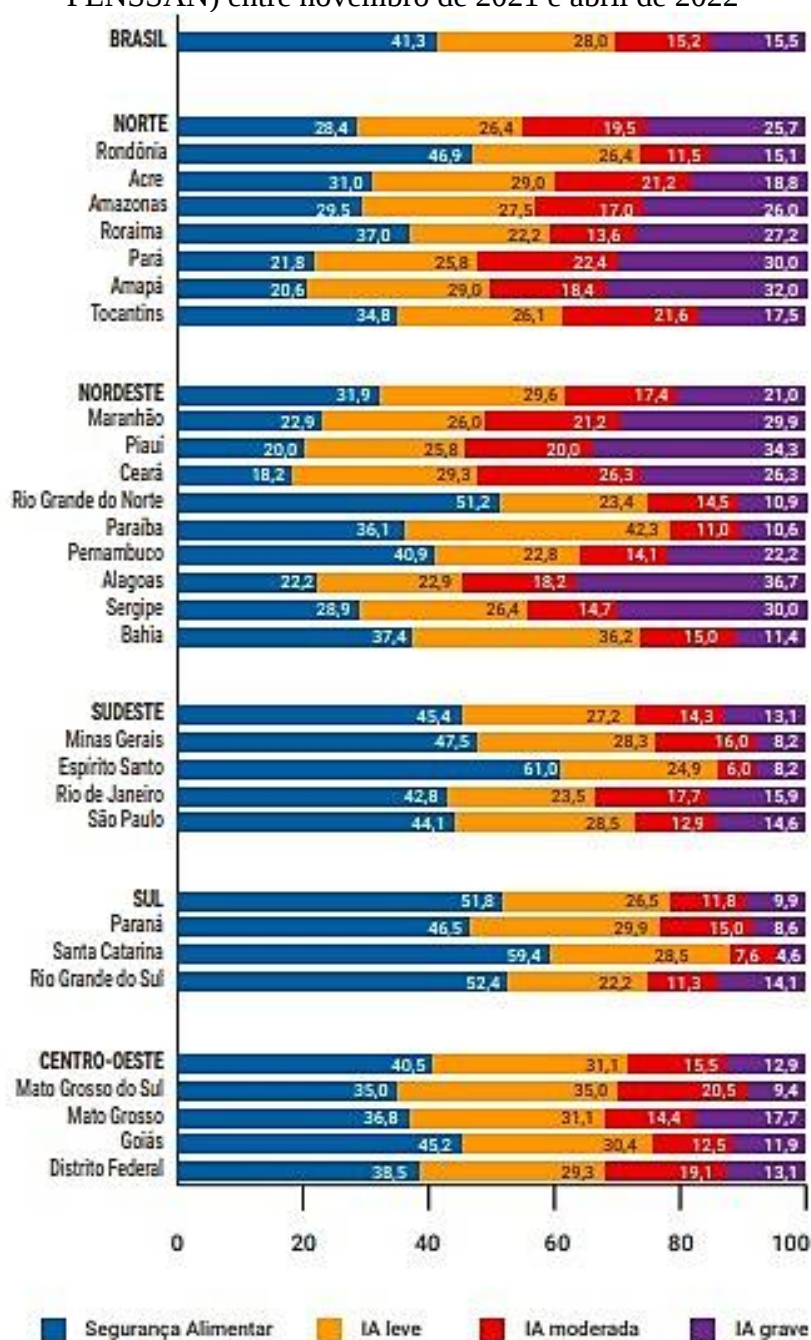
Algumas outras medidas adotadas foram:

[...] adequação do funcionamento do Padre Pedro às condições da pandemia fornecendo 2500 refeições diárias em quentinhas e distribuição de máscaras entre os usuários; fornecimento de alimento e kits de higiene para os a população em situação de rua abrigada pelo município de Aracaju; “Roupa boa a gente doa”, com entrega de roupas higienizadas para os abrigos municipais; [...] adequação do programa Mão Amiga – edição da cana, para evitar aglomerações; campanhas contra a violência doméstica e contra o racismo; fornecimento de cestas para as pessoas idosas pelo Fundepro; aquisição de EPIs para os trabalhadores do SUAS (recursos federais); adesão ao PAA federal (R\$3.075.000,00), dentre outras.²⁴

²⁴Extraído de matéria publicada na página da SEASC, sem autoria. Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/secretaria-leda-couto-apresenta-aco-es-da-seias-na-pandemia-em-sessao-remota-na-assembly-legislativa-de-sergipe/>. Acesso em: 4 out. 2023.

Apesar das medidas tomadas, Sergipe chegou ao 4º trimestre de 2020 com uma taxa de 18% de desocupação, sendo que no mesmo período do ano anterior a taxa era de 14,8%. Dos estados do nordeste, Sergipe ficou em 3º lugar na porcentagem de insegurança alimentar grave na pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) entre novembro de 2021 e abril de 2022, conforme figura abaixo:

Figura 4 – Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) entre novembro de 2021 e abril de 2022



Fonte: Site Brasil de Fato²⁵ (2022).

As regiões norte e nordeste são as mais afetadas pela fome, como podemos observar na imagem. Alagoas é o estado com maior índice de insegurança alimentar grave, seguido do Piauí, Amapá e em quarto lugar, empatando com o Pará, está Sergipe. Em julho de 2021, o Fantástico exibiu uma matéria na qual mostrava as enormes filas que se formavam na porta de um açougue que doava ossos com uma pequena camada de carne para a população da cidade de Cuiabá - MT. As cenas emocionavam a qualquer pessoa, era um cenário de guerra, de tristeza, pessoas esperando por ossos. Inclusive, na matéria, a dona do Açougue chora relatando que algumas pessoas pegam os ossos e comiam ali mesmo a carne crua ao redor (G1, 2021).

Como escreveu Carolina Maria de Jesus (1963, p. 39) em seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (1963, p. 39). Pedimos licença para expressar que chegamos até aqui na pesquisa com lágrimas nos olhos e o coração apertado por reviver essas cenas que se tornaram comuns na pandemia. Apesar de comuns, não menos doloridas.

Voltando para a nossa realidade local, em Sergipe as trabalhadoras domésticas receberam o apoio do SINDOMÉSTICA na luta contra a carestia e a fome causada pela pandemia e agravada pelo governo do ex-presidente Bolsonaro. Como a classe trabalhadora em suas organizações classistas exercem o que chamamos de “solidariedade de classe”, na pandemia não foi diferente. Nesse sentido, o sindicato contou com a ajuda de outros sindicatos e organizações progressistas da classe trabalhadora como: Central Única dos Trabalhadores – (CUT) de Sergipe, sindicatos filiados à CUT, Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe – (SINDASSE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE, THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos²⁶, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Solidarity Center²⁷, marca VEJA, dentre outros. As contribuições foram desde cestas básicas, máscaras, produtos de limpeza, cartões de *ticket* alimentação, até mesmo pagamento de água e luz do sindicato e das respectivas diretoras, recarga de celular para uso de internet, etc. Abaixo alguns registros dessas ações.

²⁵Disponível em : <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/14/mapa-da-fome-pesquisa-mostra-onde-estao-as-pessoas-em-inseguranca-alimentar-no-pais>. Acesso em: 5 out. 2023.

²⁶Organização da Sociedade Civil com sede em Porto Alegre - RS e tem como objetivo enfrentar a discriminação sofrida por mulheres no sistema da justiça.

²⁷Organização Internacional de defesa dos direitos dos trabalhadores, sediada nos Estados Unidos, possui filiais em outros países, inclusive no Brasil.

Figura 5 – Primeiras cestas entregues pela CUT ao SINDOMÉSTICA



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA - na foto as diretoras Maria Aparecida Marques Dantas e Quitéria Santos.

Figura 6– A diretora Quitéria Santos entregando uma cesta básica a uma filiada



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 7 – As diretoras Maria Aparecida Marques Dantas e Quitéria Santos, junto com Roberto Silva, presidente da CUT numa ação de coleta de doações para trabalhadoras e trabalhadores



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 8– Filiada recebendo ticket alimentação doados pela THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 9 – Filiada recebendo máscaras



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 10 – Filiada recebendo produtos da marca VEJA



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 11 – Diretora Quitéria Santos indo à casa de filiadas para entrega de cestas básicas



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 12 – A diretora Maria Aparecida Marques Dantas indo à casa de filiadas para entrega de cestas básicas



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 13 – Filiadas recebendo cestas básicas



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 14 – Doação de produtos de limpeza da marca VEJA



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 15 – Campanha realizada pela CUT Sergipe para arrecadação de alimentos e dinheiro para as trabalhadoras domésticas



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Figura 16 – Curso sobre saúde da trabalhadora doméstica organizado pelo SINDOMÉSTICA e quem participasse ganhava uma recarga de celular para conseguir se conectar à internet



Fonte: fornecida pelo SINDOMÉSTICA.

Trazendo dados mais atuais, apesar da taxa de desocupação ter diminuído, Sergipe continuou como um dos estados com maior taxa, 10,3% foi a porcentagem divulgada na PNAD Contínua do 2º trimestre de 2023. Ocupando assim a 4º colocação de maior taxa de desocupação dos estados do Nordeste.

Mesmo após as eleições, o cenário político não se alterou muito em Sergipe, o atual governador do estado é Fábio Cruz Mitidieri, eleito em 2022 pelo Partido Social Democrático (PSD). O PSD é um partido de centro-direita, com ações e posicionamentos conservadores de modo geral. Com esse perfil, era de se esperar que a primeira dama, Érica Lima Cavalcante Mitidieri, assumisse a Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SEASC). Além de moralmente questionável, é o que chamamos no Serviço Social de “primeiro-damismo”.

O primeiro-damismo acontece quando as esposas dos governantes assumem “a gestão do social, através da execução de atividades socioassistenciais” (Frota; Medeiros, 2011, p. 1). É uma prática que remonta à Primeira Era Vargas, quando

[...] a assistência social caracterizada pela **filantropia subsidiada**, que em sua essência, como afirma Mestriner (2001) será incapaz de dar resposta à questão social, não alterando a situação de dominação social. Isso porque a questão social passou a ser entendida não mais como “caso de polícia”, mas como uma questão política, ou seja, de manutenção da ordem social não mais pela força, mas pela **via ideológica**. (Frota; Medeiros, 2011, p. 9, grifos nossos).

Esse é o cenário da gestão atual da assistência social do estado de Sergipe. O que não difere muito do perfil geral ao longo dos anos, inclusive, mesmo no governo do PT com Marcelo Déda, a primeira dama à época, Eliane Aquino, também assumiu a Assistência Social do estado.

No âmbito da assistência social, o perfil assistencialista se manteve, como vemos na imagem abaixo, na Cidade de Santo Amaro, o governador e a secretária da SEASC entregando a quantidade ínfima de 42 cartões do CMAIS. Com direito a evento, fotos, matéria e divulgação para uma ação que deveria ser comum e entregue pelas equipes técnicas dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade.

Figura 17 – Governador do estado de Sergipe e secretária da assistência social (também é a primeira-dama) entregam cartões “Mais inclusão”



Ínfima se considerarmos que Santo Amaro, em 2021, tinha uma taxa de ocupação de apenas 5,7% com uma população total de 11.902 pessoas (IBGE, 2021). O que significa que o nível de desemprego e pobreza é alto e que, portanto, 42 cartões CMAIS não atingem uma porcentagem considerável de famílias em vulnerabilidade social.

Em junho deste ano foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE) o Projeto “Prato do Povo” que, segundo a matéria²⁸ veiculada na página da SEASC “[...] tem a finalidade de combater a fome, fortalecer a agricultura familiar e incentivar o empreendedorismo local no estado de Sergipe”. O projeto visa a distribuição de cerca de 200 a 400 refeições no almoço de segunda a sexta para pessoas em situação de pobreza ou extrema

²⁸ Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/projeto-prato-do-povo-e-aprovado-por-unanimidade-na-alese/>. Acesso em: 6 out. 2023.

pobreza que estejam cadastradas no Cadastro Único. Segundo outra matéria, veiculada no dia 25 de agosto de 2023²⁹, foi uma promessa de campanha.

Essa é uma das ações, talvez a maior delas, assistencialistas do atual governo, pois utiliza o discurso do combate à fome como moeda de campanha. Na prática, a implementação da promessa é através de um projeto que “não faz nem cócegas” na situação da fome, pois oferecer 1 refeição (almoço) em restaurantes, apenas de segunda a sexta não conta como política pública de combate à fome. Segundo Sposati,

Embora a CF/88 tenha elevado a assistência social ao patamar de política de seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social, persiste ainda uma resistência e permanece a ideia discriminadora que refere o termo assistência social ao assistencialismo e à prática assistencialista. Com esses significados, seria uma **política tuteladora, de prática do favor, da subalternidade, da acomodação e não do desenvolvimento de capacidades, de aquisição de novas condições de sustentabilidade** (Sposati, 2009, p. 47, grifo nosso).

Abordamos essas questões do atual governo para enfatizar que desde a pandemia, ainda no governo de Belivaldo Chagas e até o momento, no atual governo de Fábio Mitidieri não há horizonte de proteção social efetiva para as trabalhadoras domésticas, até porque de modo geral, a assistência social tem graves problemas na sua implementação enquanto política pública de direito humano, que favorece a autonomia e liberdade real das pessoas.

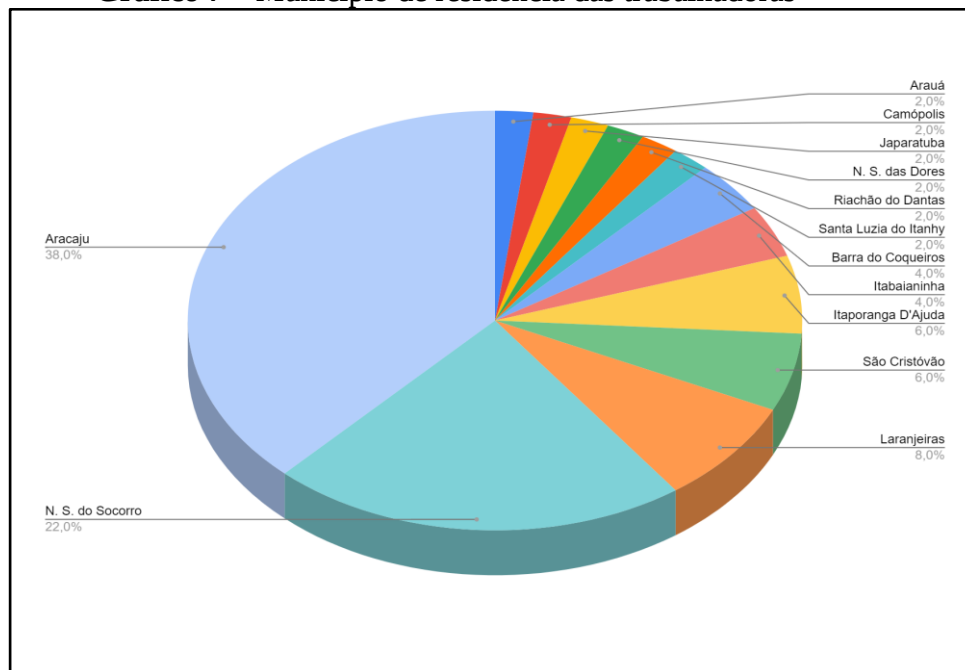
4.2 ANÁLISE DE DADOS

Nesse subitem traremos o resultado do levantamento realizado no SINDOMÉSTICA, que revelam dados de trabalhadoras domésticas do estado de Sergipe como um todo.

4.2.1 O “lugar social”

Como já colocado na metodologia, inicialmente a pesquisa abrangeria apenas trabalhadoras de Aracaju, mas ao nos debruçarmos sobre os dados, observou-se que a maioria delas residiam em cidades do interior ou em municípios dentro da região da Grande Aracaju. O que nos levou a alterar a extensão territorial do estudo para todo o estado de Sergipe.

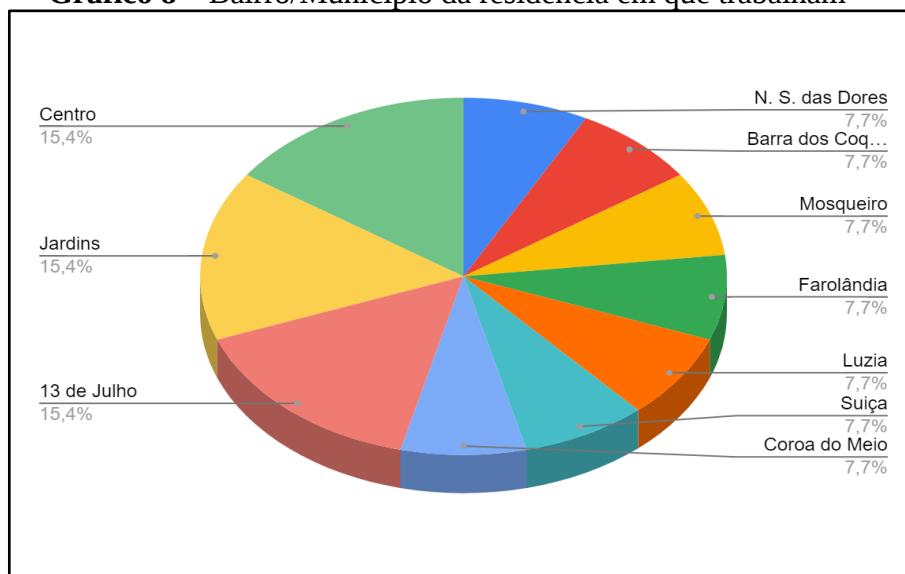
²⁹ Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/assistencia-social-participa-de-mais-uma-edicao-do-cafe-ponto-gov/>. Acesso: 6 out. 2023.

Gráfico 7 – Município de residência das trabalhadoras

Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

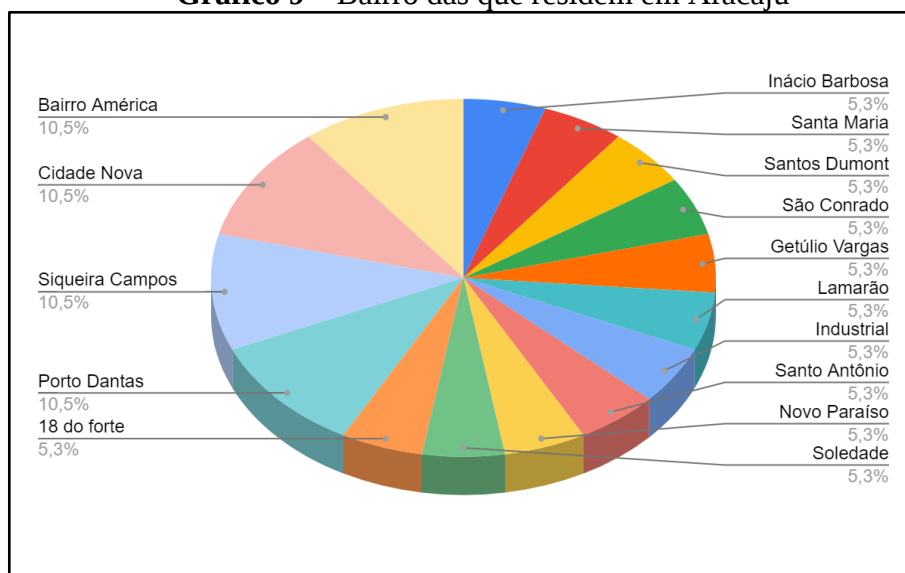
Como pode-se observar no gráfico acima, 62% das trabalhadoras moram no interior, seguindo uma tendência mundial de fluxo do trabalho doméstico remunerado de migrações internas e do rural para o urbano (Alves, 2021). Outro fator que deve ser levado em consideração é que morando no interior, a probabilidade de elas dormirem no local que trabalham (na maioria dos casos em Aracaju) é grande. Fato este que expõem as trabalhadoras a cargas horárias extensivas, sem horário para dormir, já que “moram” onde trabalham.

Observou-se nos dados que apenas 13 trabalhadoras estão trabalhando de forma fixa em alguma residência. Abaixo apresentamos um gráfico com os locais das residências em que trabalham no momento. A maioria localiza-se em bairros que apresentam uma população de maior poder aquisitivo, fora das regiões periféricas. No caso da Barra dos Coqueiros, a residência fica localizada no condomínio Alphaville, considerado de alto padrão.

Gráfico 8 – Bairro/Município da residência em que trabalham

Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Em contrapartida, quando verificamos os bairros de Aracaju, em que residem as trabalhadoras domésticas, verificamos que todos estão enquadrados em regiões periféricas (no caso do Inácio Barbosa estamos considerando a região denominada “Pantanal”), onde a população encontra-se em situação de pobreza e extrema pobreza, conforme aponta a “Mapografia Social do Município de Aracaju”, divulgada em 2019 pela prefeitura da cidade.

Gráfico 9 – Bairro das que residem em Aracaju

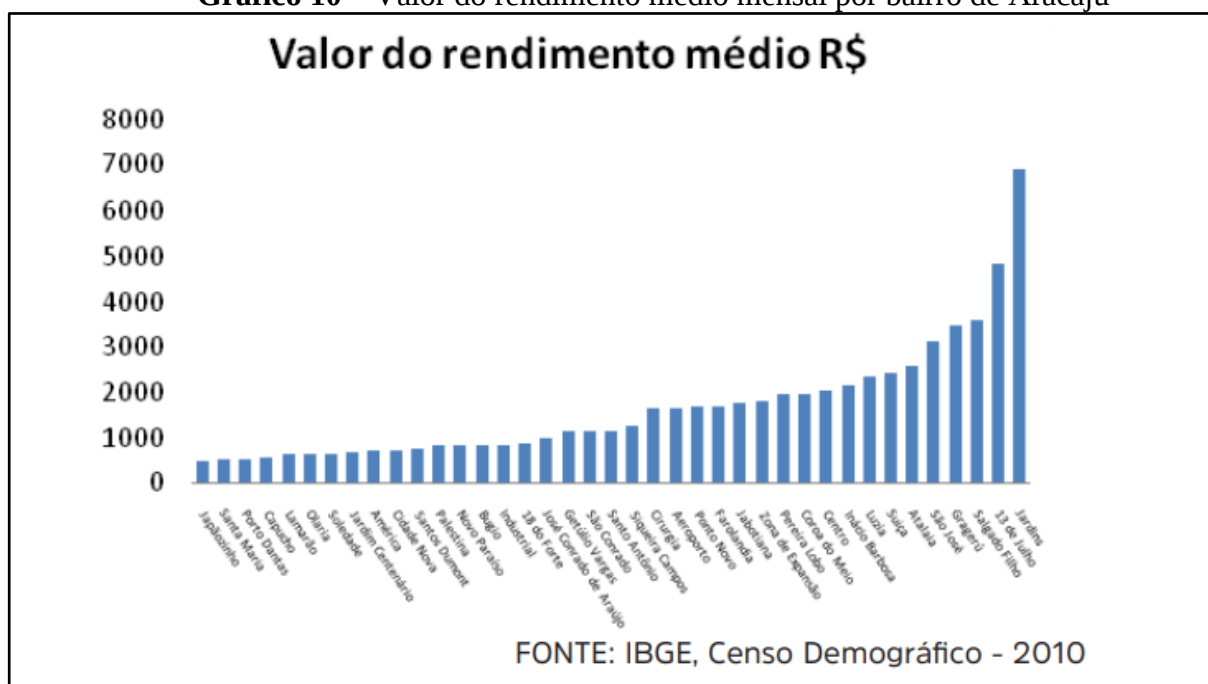
Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

De acordo com a mapografia social de Aracaju, os bairros Porto Dantas e Santa Maria

[...] são pontos com extrema vulnerabilidade social, com famílias vivendo em condições precárias, marcadas por altos índices de analfabetismo e baixa escolaridade, que dificultam o acesso ao mercado de trabalho formal, comprometem as relações sociais no território e relegam a sua população a formas de emprego precárias e até degradantes (Mapografia Social do Município de Aracaju, 2019, p. 9).

Na imagem abaixo, extraída da mapografia citada, mostra que a grande maioria dos bairros em que residem as trabalhadoras possuem rendimento médio abaixo de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Gráfico 10 – Valor do rendimento médio mensal por bairro de Aracaju



Fonte: Mapografia Social do Município de Aracaju (2019).

Segundo Andrade, “existem bairros específicos que são destinados ao lugar social que essas mulheres ocupam” (2022, p. 66). Lugares esses que, seguindo o fluxo da história, são nas regiões literalmente periféricas, distantes da região central, do comércio, locais de lazer, órgãos públicos, ou seja, as pessoas acessam com mais dificuldade os espaços e serviços necessários para o “bem viver”.

É importante ressaltar que Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, localizadas na região metropolitana de Aracaju, também tiveram alta incidência como local de moradia. Ambas as cidades possuem baixa porcentagem de população ocupada em relação ao trabalho, 10,6% e 14,7% respectivamente, bem como mediano Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, 0,664 e 0,662.

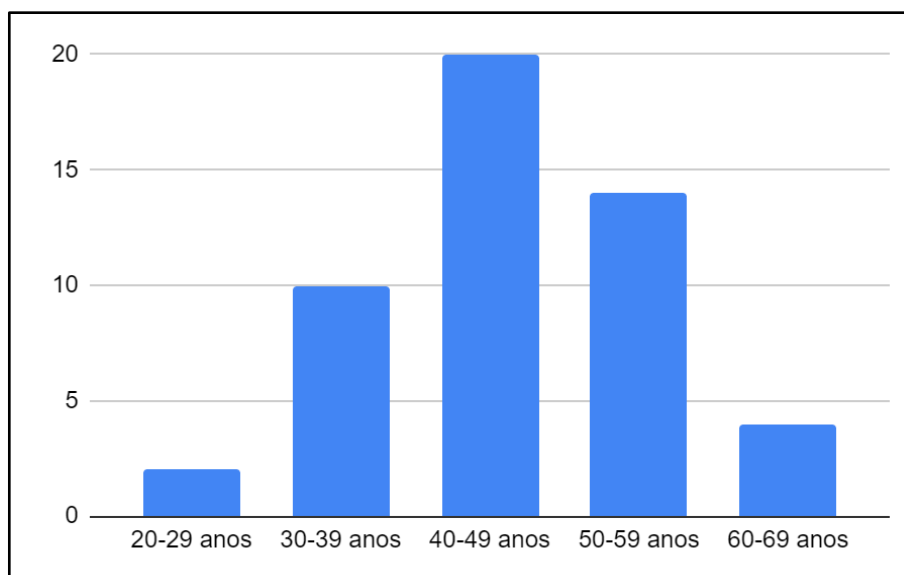
4.2.2 Caracterizando as trabalhadoras domésticas

No Brasil tem ocorrido, de modo geral, o envelhecimento da força de trabalho, mas no caso das trabalhadoras domésticas, além deste fator anteriormente citado, o envelhecimento responde a outros fatores também.

Um dos fatores que contribuiu de forma importante para o envelhecimento dessa categoria foi a **ampliação do acesso à escolaridade** e a outras ocupações, a exemplo dos **serviços de telemarketing**, que ofereceram a essas mulheres outras possibilidades de trajetórias de vidas a serem construídas. A **não valorização do trabalho doméstico remunerado** – que se expressa também, mas não apenas, por meio dos baixos salários das trabalhadoras – e **o estigma que marca a ocupação** são outros fatores que contribuem para que aquelas com melhores oportunidades fujam para outros postos de trabalho menos estigmatizados (mas não necessariamente menos precários). Assim, assiste-se a uma recomposição da força de trabalho no emprego doméstico em termos etários: **as trabalhadoras jovens, de até 29 anos de idade, perdem espaço**, passando de quase metade para pouco mais de 13% da categoria, em 2018; e as trabalhadoras adultas (entre 30 e 59 anos de idade) passam de 50%, em 1995, para quase 80% do total ao final da série aqui acompanhada. As idosas (com 60 anos ou mais de idade) também crescem ao longo dos anos, ainda que sigam representando uma parcela mais restrita da categoria, como se poderia esperar. (Pinheiro *et al.*, 2019, p. 14).

No gráfico abaixo é possível observar o que acabamos de abordar:

Gráfico 11 – Faixa etária das trabalhadoras



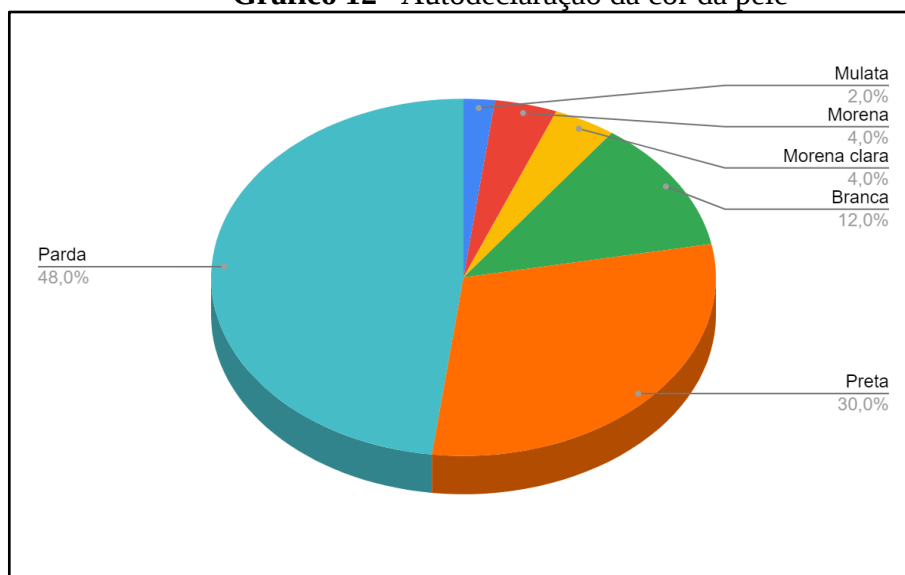
Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

No caso das trabalhadoras com mais de 60 anos, “[...] mais do que dobrou, indo de 3% para mais de 7%, com um pico de 8% em 2017” (Pinheiro *et al.*, 2019, p. 13), apesar de não serem a maioria da categoria. No caso das demais faixas, há um “crescimento proporcional do

grupo com 45 anos ou mais e redução do grupo com até 29 anos de idade, o que pode representar, no futuro, uma redução na oferta deste tipo de trabalho sem que, necessariamente, haja uma redução na demanda por parte das famílias” (Pinheiro *et al.*, 2019, p. 40).

Sobre a cor da pele, como é possível verificar no gráfico abaixo, muitas se declaram como “pardas” e outras como “mulatas, morenas, morenas claras”. Essas últimas denominações são, nitidamente, uma tentativa de embranquecimento de si mesma. O IBGE classifica as pessoas negras como pretas e pardas, é difícil explicar para as pessoas o porquê de ser pardo é ser também negro.

Gráfico 12– Autodeclaração da cor da pele



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Beatriz Nascimento relata experiências que viveu de racismo durante toda sua vida, mas uma, em especial, nos ajuda a compreender porque o uso de termos como abordado acima para descrever a cor da pele ainda são utilizados:

Um dos fatos que mais marcaram meu período escolar e minha formação posterior foi quando um professor de geografia, discorrendo sobre a etnia brasileira baseando-se na teoria do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, disse: “O Rio de Janeiro era, no início do século, uma sociedade impossível de se viver, só tinha pretos”. Adiante, comparando a questão racial dos Estados Unidos com a do Brasil: “No Brasil não existe racismo, porque a miscigenação sempre existiu e continuará existindo, não vamos ter conflitos porque o *negro tende a desaparecer*” (Nascimento, 2021, p. 41, grifo da autora).

Como dito antes, Silvio Almeida (2021) enfatiza que o racismo estrutural vai além das expressões de preconceito racial do cotidiano, o racismo estrutural é sobre a formação de uma estrutura social racista e com desigualdade racial. Entretanto, esse relato de Nascimento traz

tanto o racismo do cotidiano como a expressão da formação dessa estrutura social que “tende a extinguir” a população negra no Brasil, parafraseando o Professor racista de Nascimento.

Nesse sentido, Frantz Fanon coloca que

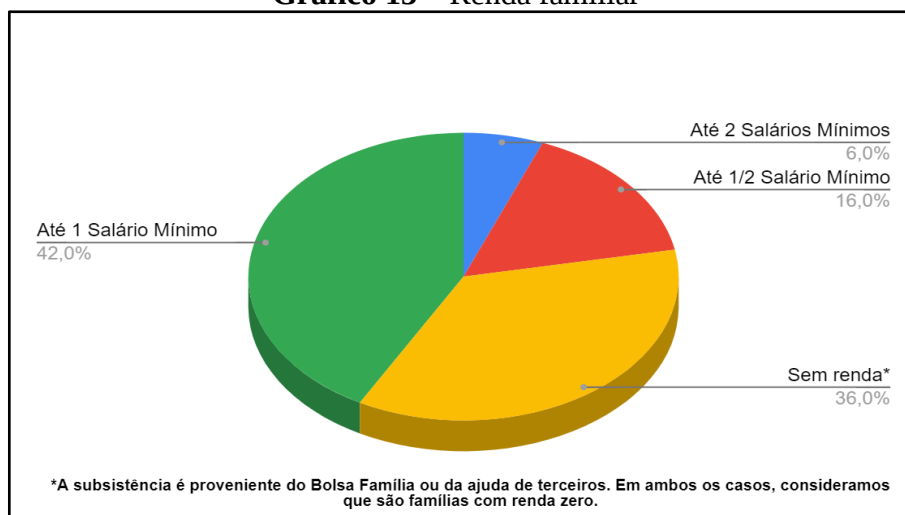
[...] o negro não deve mais se ver colocado diante deste dilema: branquear-se ou desaparecer, mas deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir; dito de outra maneira, se a sociedade lhe cria dificuldades em razão da sua cor, se constato em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo aconselhando-o a “manter distância”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez elucidados os motivos, colocá-lo em condições de *escolher* a ação (ou a passividade) diante da verdadeira fonte conflitual - isto é, diante das estruturas sociais (Fanon, 2020, p. 114, grifo do autor).

Portanto, podemos afirmar que, das 50 trabalhadoras domésticas consultadas, 80% são negras e 12% brancas, acima, inclusive, da média nacional. Na nota informativa nº 2/2023 MDS/SNCF intitulada “Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado” consta que em 2022 o trabalho doméstico era “[...]a ocupação de 5,8 milhões de pessoas, sendo 92% mulheres e 61,5% mulheres negras. Trata-se da categoria que mais emprega mulheres em nosso país, principalmente mulheres negras com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda” (Brasil, 2023).

4.2.3 Perfil Socioeconômico

Do ponto de vista socioeconômico, traçamos o perfil através da quantidade de membros da família, da renda familiar, habitação e vínculo empregatício. O primeiro gráfico é o da renda familiar.

Gráfico 13 – Renda familiar

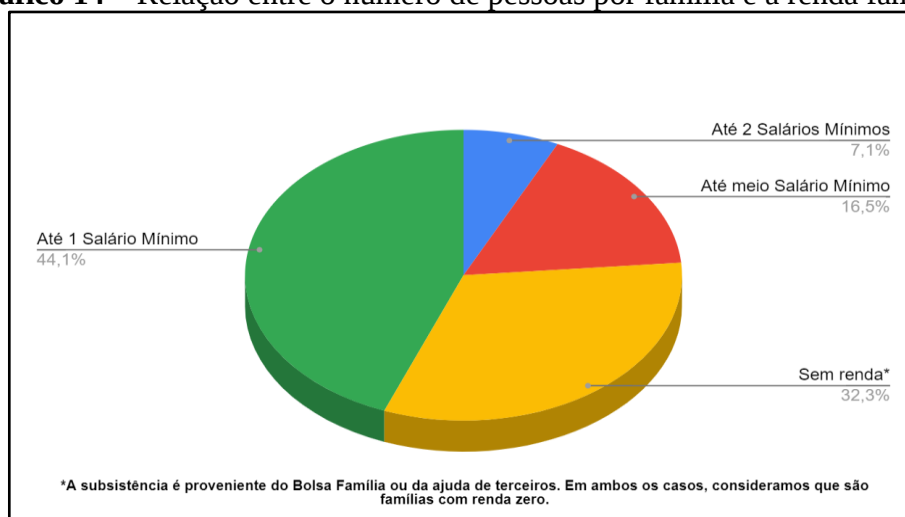


Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Observa-se que as trabalhadoras que possuem até um salário mínimo são em maior número (58%), seguidas daquelas sem renda (36%). Estes números só reafirmam os índices de empobrecimento das trabalhadoras domésticas, expressando, assim, também o empobrecimento das mulheres negras.

Dos dados acessados, não foi possível extrair a renda per capita familiar. Contudo, no gráfico abaixo é possível estabelecer a relação da quantidade de pessoas por família e a renda mensal.

Gráfico 14 – Relação entre o número de pessoas por família e a renda familiar

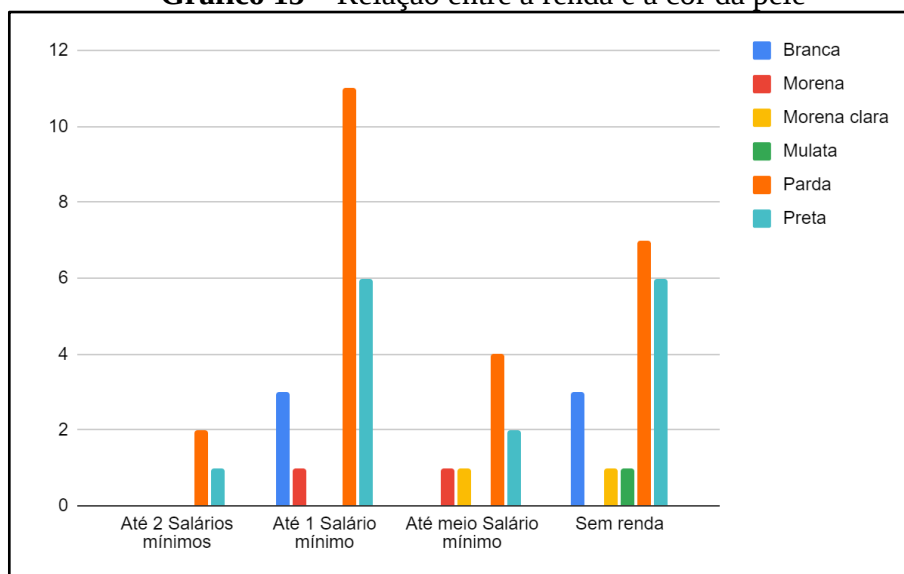


Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

No gráfico acima utilizamos os dados dos números de pessoas por família, que variou de 1 a 6 pessoas, e cruzamos com a renda da trabalhadora. Com o resultado, percebemos que os dados ficaram próximos aos da renda por trabalhadora. As maiores famílias também estão nas faixas salariais de até um salário mínimo e sem renda.

Antes mesmo de chegarmos até esses gráficos já não restava dúvidas de que o trabalho doméstico remunerado tem raça, gênero e classe, aqui só estamos confirmando que quanto maior a família, mais empobrecida é.

Já no gráfico abaixo, fizemos o cruzamento dos dados da renda e a cor da pele informada, no intuito de compreender a relação entre empobrecimento e a variável raça.

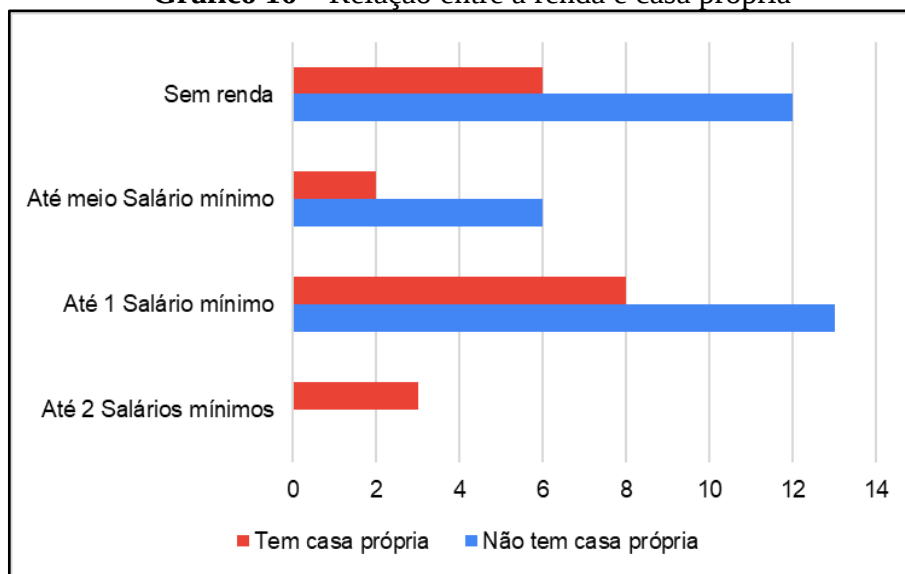
Gráfico 15 – Relação entre a renda e a cor da pele

Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Nesse sentido, confirmando os gráficos anteriores, há uma relação direta entre as desigualdades manifestadas a partir da raça e classe, ou seja, quanto menor a renda, maior presença de pessoas negras no intervalo do gráfico³⁰.

Outro elemento que foi alvo de nossa análise refere-se à posse da casa própria. Inclusive, é o ponto alto da pesquisa para o SINDOMÉSTICA, pois como abordado na metodologia, o sindicato precisa dessa informação para futuramente inscrever-se em programas de habitação do governo federal para trabalhadoras domésticas. Das informações extraídas, 40% têm casa própria e 60% não têm casa própria. Desses 60%, 40% mora de aluguel, 10% em casa de herança e 10% em casa cedida.

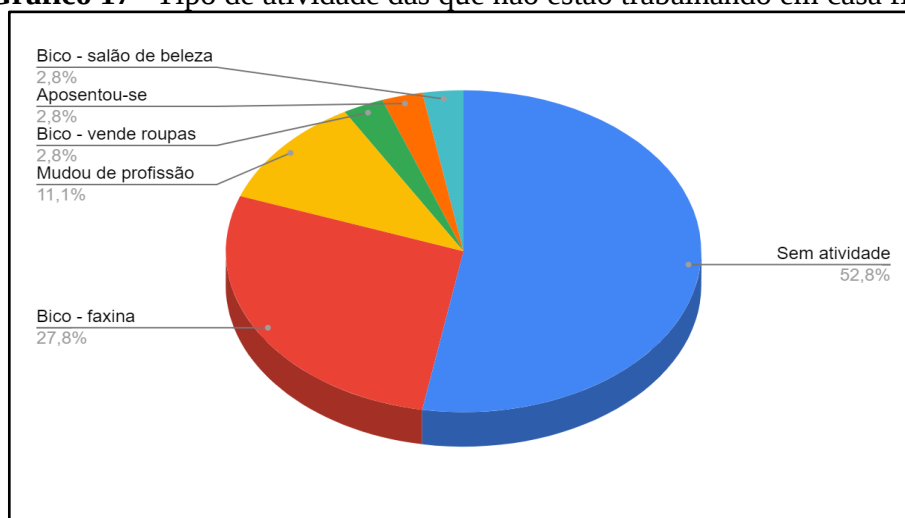
³⁰ No caso da nossa pesquisa, são aquelas que não se declararam brancas.

Gráfico 16 – Relação entre a renda e casa própria

Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

No gráfico 9 fizemos a relação entre renda e casa própria, nesse caso o resultado apontou que as menores rendas ou sem renda são compostas em maior número por pessoas sem casa própria.

Em relação ao trabalho, 72% das trabalhadoras não estão trabalhando com trabalho doméstico em uma casa fixa, já 28% estão trabalhando. No gráfico abaixo observa-se o tipo de atividade (ou sem atividade) daquelas que não estão trabalhando em casa fixa.

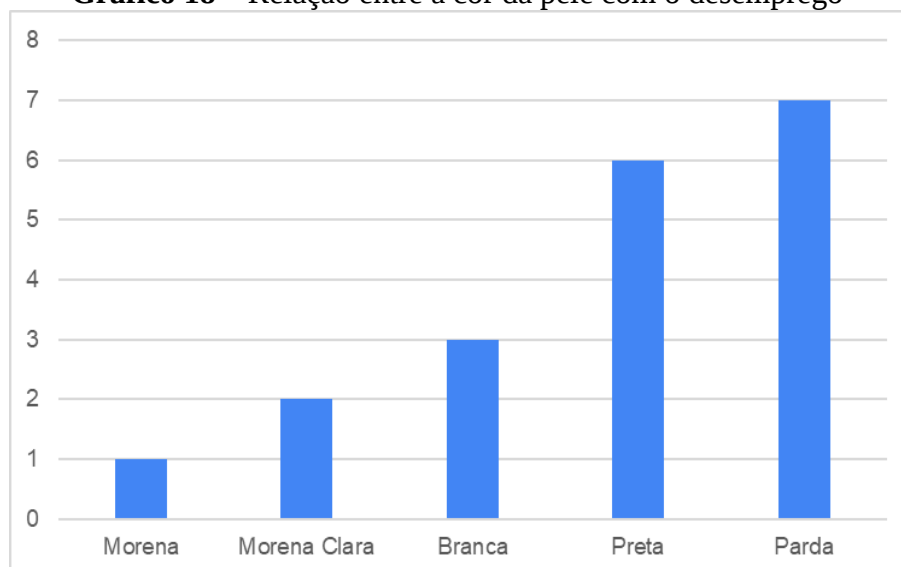
Gráfico 17 –Tipo de atividade das que não estão trabalhando em casa fixa

Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

A maioria delas está sem exercer algum tipo de atividade, chegando a 52,8%. Aquelas que apontaram a faxina como bico e não como trabalho fixo é porque são trabalhos esporádicos,

sem frequência, apenas quando aparece alguém interessado. Já as que mudaram de profissão, varia entre aprovada em concurso, garçonete, cuidadora em creche, etc.

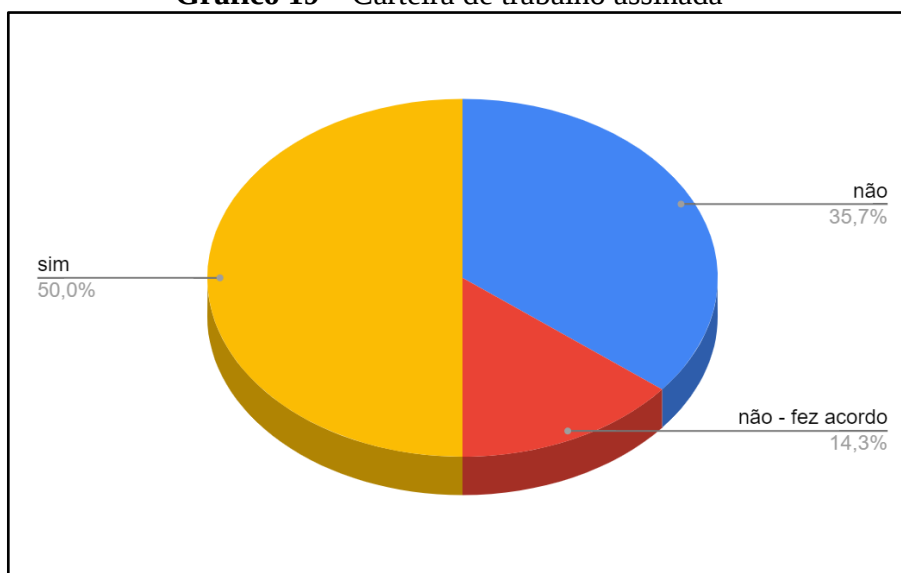
Gráfico 18 – Relação entre a cor da pele com o desemprego



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Quando cruzamos os dados daquelas trabalhadoras que estão desempregadas e a cor da pele, observou-se que as trabalhadoras negras são as que mais estão desempregadas.

Gráfico 19 – Carteira de trabalho assinada



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

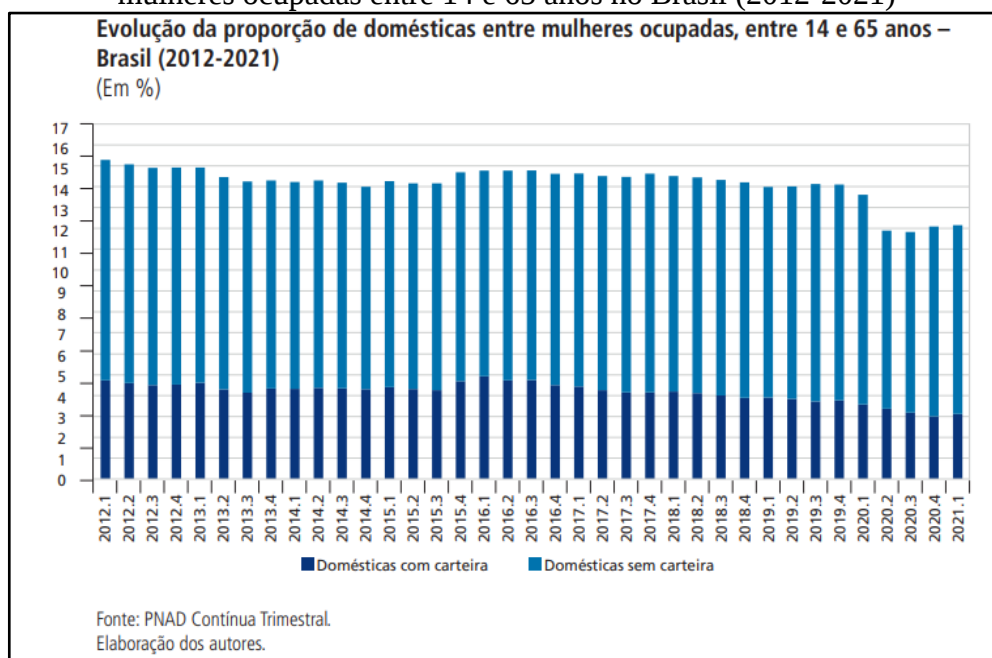
Em relação ao vínculo trabalhista, das que estão trabalhando em casa fixa (14), metade das trabalhadoras não estão com carteira assinada. Um dado preocupante, mas não traz surpresa. Sobre o tempo de trabalho na atual residência que está empregada, a maioria indicou trabalhar

entre 3 e 6 meses. Em relação ao tipo de trabalho doméstico que exercem ou exerciam, a maioria disse ser mensalista³¹ (19), seguido de diarista (9), mensalista e diarista (4), cuidadora de idosos (4), diarista e cuidadora de idosos (2), diarista e cozinheira (1), babá (1) e aquelas que não deram precisão do que exerciam (9).

4.2.4 Trabalho Doméstico e covid-19

Há 10 anos a Emenda Constitucional n° 72/2013, a famosa “PEC das Domésticas”, garantiu a inclusão de mais direitos para as trabalhadoras domésticas na Constituição Brasileira. Dois anos depois a Lei Complementar n° 150/2015 regulamentou a referida PEC. De lá para cá o trabalho doméstico sofreu impactos positivos e negativos. A redução de postos de trabalhos e o aumento da informalidade foram impactos negativos registrados. No gráfico abaixo é possível observar a redução dos postos de trabalho a partir de 2013 e até 2015. É possível visualizar também a redução das trabalhadoras com carteira assinada. Já a partir de 2020 houve uma queda brusca e considerável novamente de postos em razão da pandemia de covid-19.

Gráfico 20 – Evolução em porcentagem (%) da proporção de trabalhadoras domésticas por mulheres ocupadas entre 14 e 65 anos no Brasil (2012-2021)

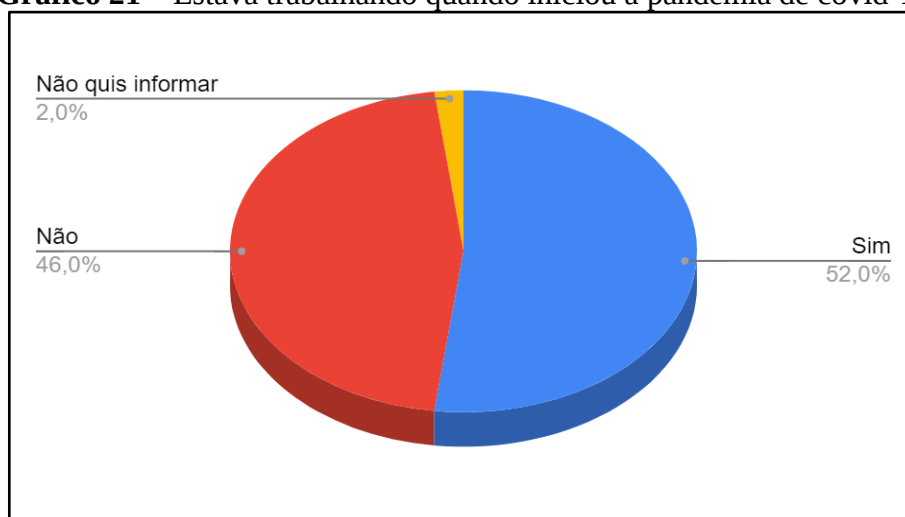


Fonte: Nota Técnica do IPEA - mercado de trabalho (Costa, 2022).

³¹ Mensalista é a trabalhadora que trabalha todos os dias, ou pelo menos na maior parte da semana, em uma residência fixa. Seja dormindo no trabalho ou não.

Com a pandemia, muitas trabalhadoras foram demitidas, outras liberadas para cumprir a quarentena em casa e algumas foram obrigadas a continuar trabalhando. Nesse caso, 52% (26) das trabalhadoras estavam trabalhando quando iniciou a pandemia. Dessas (26), 50% (13) estava com a carteira assinada e os outros 50% (13) na informalidade.

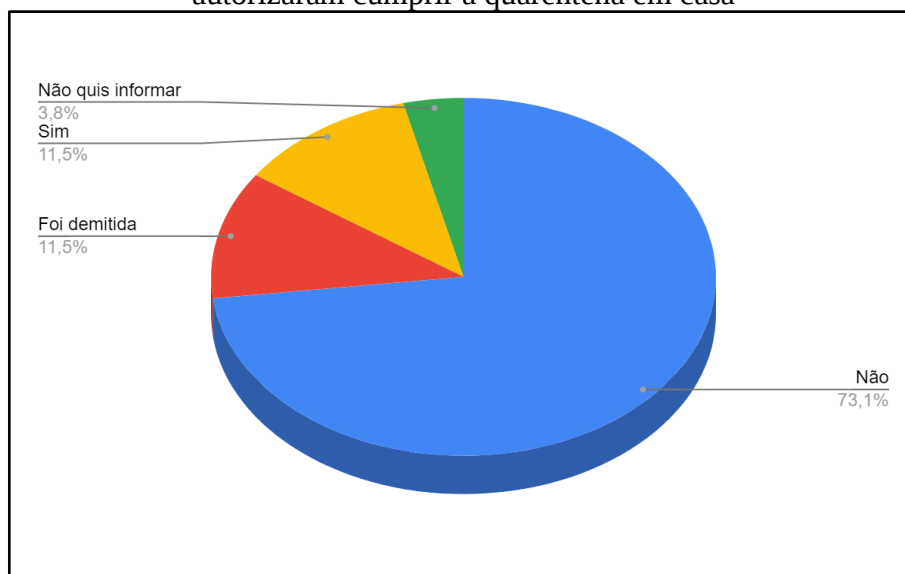
Gráfico 21 – Estava trabalhando quando iniciou a pandemia de covid-19



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Das que estavam trabalhando quando iniciou a pandemia, 73% continuaram trabalhando e se deslocando de ônibus para o trabalho, 11% foram demitidas e apenas 11% puderam cumprir a quarentena de forma remunerada em casa.

Gráfico 22 – Das que estavam trabalhando quando iniciou a pandemia, os padrões autorizaram cumprir a quarentena em casa



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

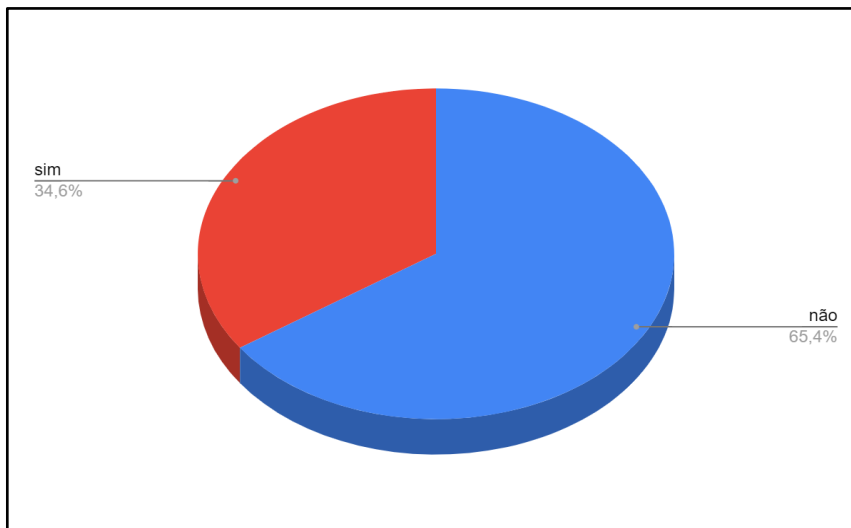
Como abordado na introdução, a não dispensa do trabalho e cumprimento da quarentena remunerada fez com que Dona Cleonice e Miguel fossem a óbito. O que aconteceu com tantas outras trabalhadoras que foram obrigadas a continuar trabalhando.

Além disso, segundo artigo da revista “Brasil de Fato”, com base em informações do Ministério Público do Trabalho, em 2021 foram resgatadas 27 trabalhadoras domésticas escravizadas (Stropasolas, 2022).

4.2.5 Seguridade Social e covid-19

Dando seguimento, nesse tópico abordaremos as questões de saúde, assistência social e previdência social das trabalhadoras durante e após a pandemia de covid-19. Obtivemos como dado da pesquisa que 65,4% não contraíram a covid-19. Se considerarmos apenas as que estavam trabalhando durante a pandemia, 34% contraíram a doença e 66% não. O gráfico abaixo ilustra isso:

Gráfico 23 – Das 26 que estavam trabalhando quando iniciou a pandemia: quantas contraíram covid-19?



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Sobre a possibilidade de contaminação pela covid-19 no local de trabalho, das que estavam trabalhando e contraíram covid-19, 33% (3) indicaram que não, 33% (3) no ônibus, 22% (2) não informaram e 11% (1) na casa dos patrões. De todo modo, se estas trabalhadoras estivessem cumprindo a quarentena em casa diminuiriam as chances de contágio.

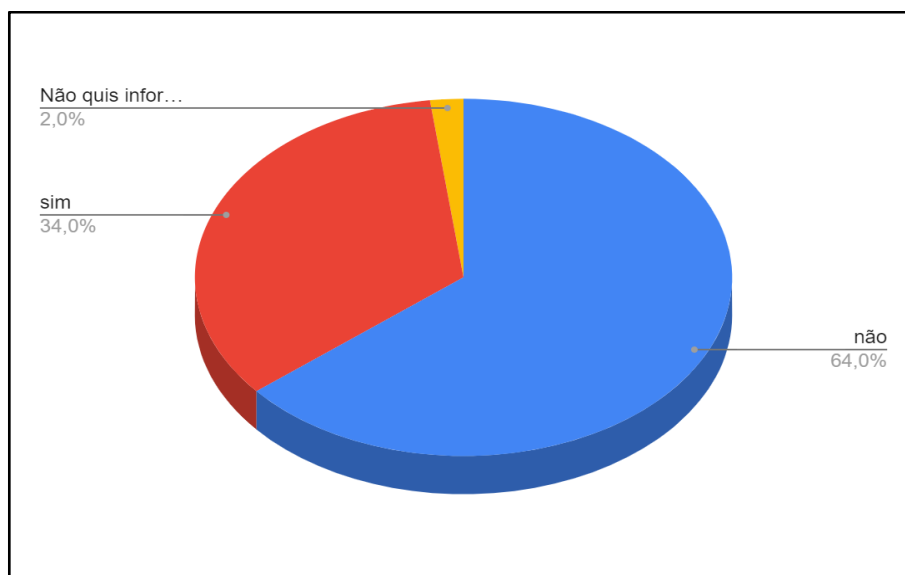
Em relação ao afastamento do trabalho para tratamento da covid-19, 55% (5) trabalhadoras foram liberadas pelos patrões mediante atestado médico, 22% (2) foram liberadas

sem atestado e sem descontos e 22% (2) não informaram. Sobre o tratamento da covid-19, 88% (8) delas precisou fazer exames e usar medicamentos. Destas, 33% (3) fizeram os exames e adquiriram os remédios tanto pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como por recursos próprios, 22% (2) delas tiveram os custos cobertos pelos patrões, 11% (1) somente pelo SUS, 11% (1) com recursos próprios e auxílio dos patrões e 11% (1) pelo SUS e auxílio dos patrões. Do total das 16 trabalhadoras, do universo de 50, que contraíram a covid-19, 15 foram atendidas em hospitais, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Postos de saúde do SUS e 1 pelo plano de saúde que possui.

É evidente que SUS ainda é a forma mais acessível de acompanhamento e tratamento da saúde das trabalhadoras. Além disso, observa-se que a maioria dos patrões se eximiu da responsabilidade de custear o tratamento daquelas que provavelmente se contaminaram por não cumprirem a quarentena adequadamente.

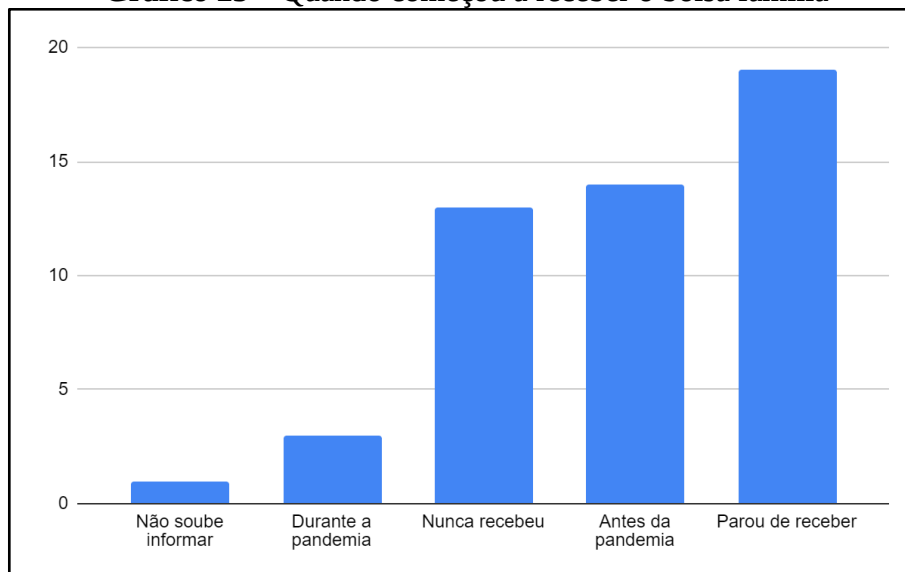
No que tange o acesso à assistência social, 42 trabalhadoras estão cadastradas no cadastro único do governo federal. Em relação ao Bolsa Família, apenas 17 famílias estão recebendo atualmente.

Gráfico 24 – Trabalhadoras que estão recebendo o bolsa família



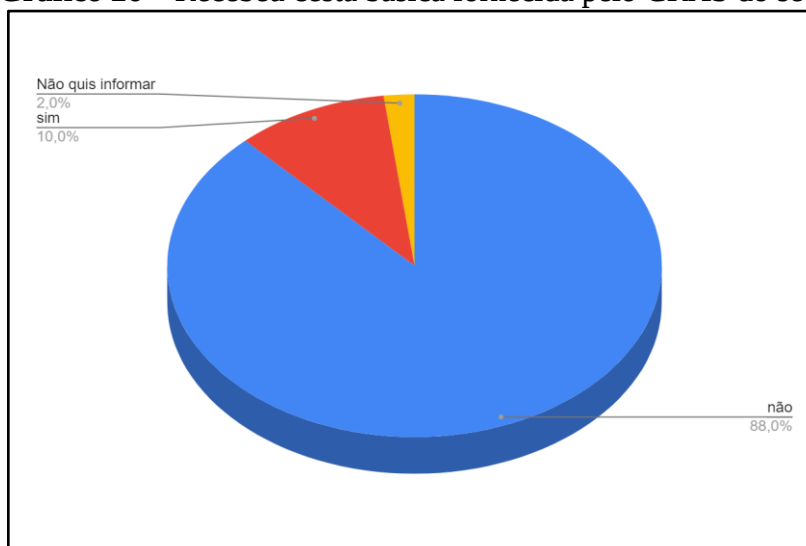
Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Observar que do acesso às informações da amostra pesquisada, apenas 34% recebem o bolsa família é um dado preocupante, pois significa que muito menos da metade não está sendo coberta pela assistência social, que é uma política social fundamental para assegurar a subsistência dessas mulheres. É um resultado que demonstra o caráter assistencialista da gestão da assistência social do estado de Sergipe.

Gráfico 25 – Quando começou a receber o bolsa família

Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Com a mudança de governo federal e do “fim” da pandemia de covid-19, houve alterações no cadastro das pessoas e famílias que estavam recebendo o auxílio Brasil. Foi necessário a atualização do cadastro único e nesse processo alguns benefícios foram suspensos até a sua regularização. Provavelmente por esse motivo 19 trabalhadoras pararam de receber o bolsa família. Ressaltamos que 14 trabalhadoras começaram a receber antes da pandemia, o que evidencia que as trabalhadoras domésticas têm perfil para receber o auxílio, ou seja, são perfis de usuários da cobertura da assistência social. Já as que nunca receberam (13), algumas alegaram que estavam ainda no cadastro da mãe.

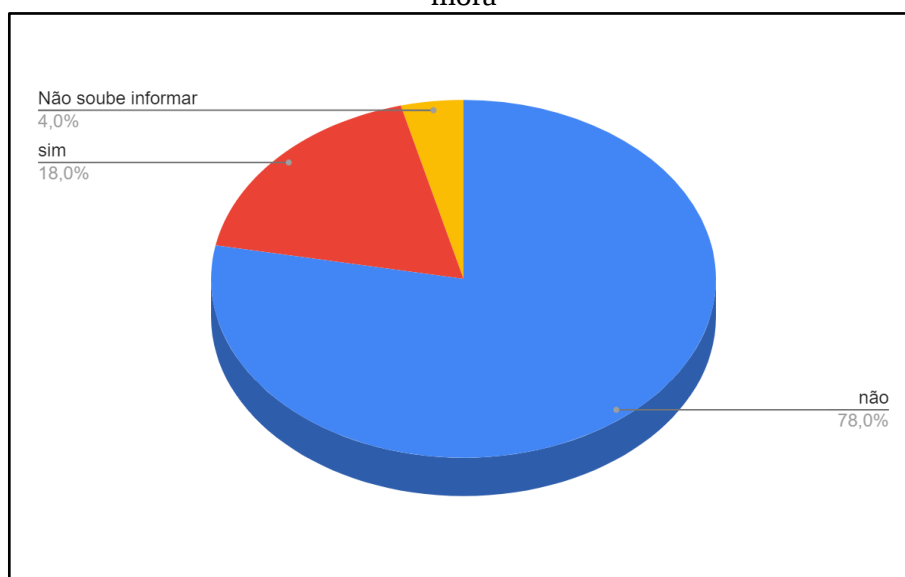
Gráfico 26 – Recebeu cesta básica fornecida pelo CRAS do seu bairro?

Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Durante a pandemia, a distribuição de cestas básicas por instituições sociais, iniciativas privadas, movimentos sociais e demais grupos foi uma prática de solidariedade humanitária. Entretanto, sendo a segurança alimentar uma necessidade básica humana, esta medida deveria ter sido implementada pelos municípios, estados e união como uma política de primeira ordem. Em Sergipe, o governo do estado através de programas sociais forneceu algumas cestas básicas, como citamos no início desse capítulo, mas foi uma iniciativa organizada por instituições de caridade e não como programa estatal.

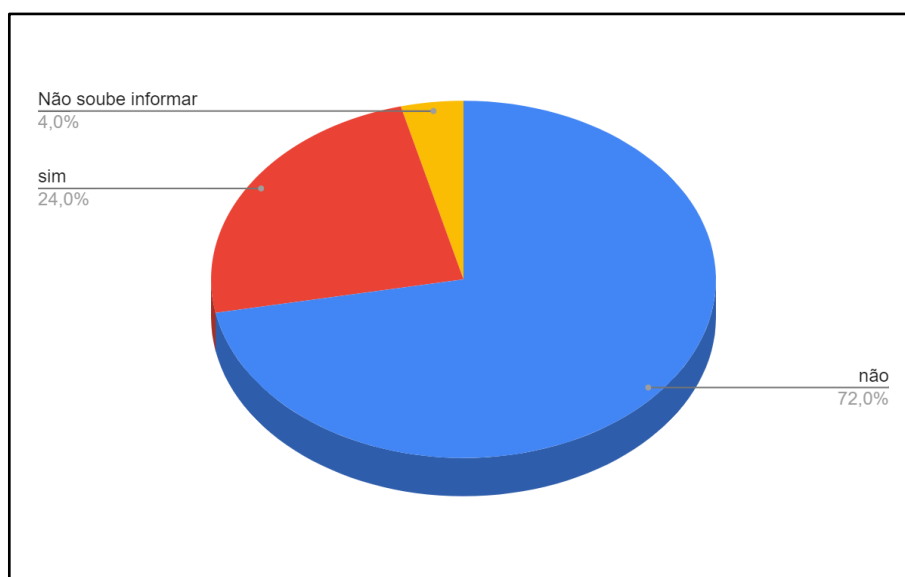
Das informações sobre frequência ao CRAS, apenas 9 trabalhadoras responderam positivamente. A maioria das informações indicam que só se deslocavam até o CRAS no período de renovação do cadastro único.

Gráfico 27 – Se a trabalhadora ou alguém da família frequenta o CRAS do bairro em que mora



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Em relação à contribuição mensal à previdência social, 72% informaram que não contribuem individualmente nem os patrões pagam o seguro. Quando comparamos com os dados da ocupação e desocupação, constatamos que também 72% das trabalhadoras não estão trabalhando em uma casa fixa. O que significa que, por falta de vínculo de trabalho estável e condições mais precárias de trabalho, as trabalhadoras não conseguem pagar o seu seguro social. Algumas delas informaram que em algum momento contribuíram, mas por falta de recursos precisaram suspender o pagamento.

Gráfico 28– Se a trabalhadora ou os patrões pagam a previdência social dela

Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Durante a pesquisa, o dado sobre afastamento do trabalho pode ser constatado no caso de apenas 2 trabalhadoras, ou seja, 96% das trabalhadoras não fazem uso efetivo da previdência social. Esse fator evidencia uma realidade de desproteção social, quando relacionada à concepção da previdência social, dos direitos sociais e da vinculação ao mundo do trabalho. Portanto, o grupo das trabalhadoras domésticas é afetado diretamente pelas ondas que marcam os determinantes do mercado para a manutenção ou ampliação de postos de trabalho com garantias de proteção por parte do Estado, representado por seus empregadores-patrões.

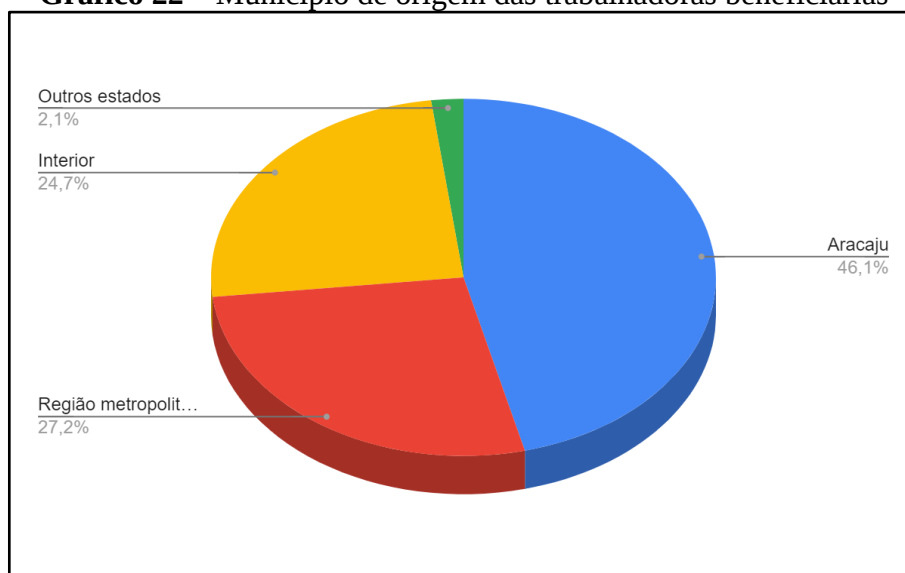
No dia 02 de setembro de 2022 solicitamos do INSS o quantitativo de trabalhadoras domésticas em Aracaju que recebiam auxílio doença e auxílio por acidente de trabalho, no período entre março de 2020 e junho de 2022. O órgão nos forneceu os dados solicitados, mas foi além, enviou os dados de trabalhadoras de todo o estado de Sergipe e muito mais do que o período que solicitamos, totalizando 10.142 registros de auxílios entre ativos, cessados, suspensos, cessados por óbito e bloqueados. Desses registros, os tipos de auxílios foram: auxílio doença previdenciário, auxílio acidente previdenciário, auxílio doença por acidente de trabalho e auxílio acidente. O período de entre a concessão do auxílio e a cessão variou foi de 1980 a 2024.

Para a pesquisa só interessava os registros a partir de março de 2020, portanto, após o tratamento dos dados recebidos, ficou da seguinte forma: 231 registros de auxílios ativos e 12

cessados por óbito, totalizando 243 registros. Desses, 1 foi auxílio acidente previdenciário e 242 auxílios doença previdenciário.

Em relação aos municípios das trabalhadoras beneficiárias, a porcentagem aproximou-se muito do levantamento que realizamos com as 50 sindicalizadas:

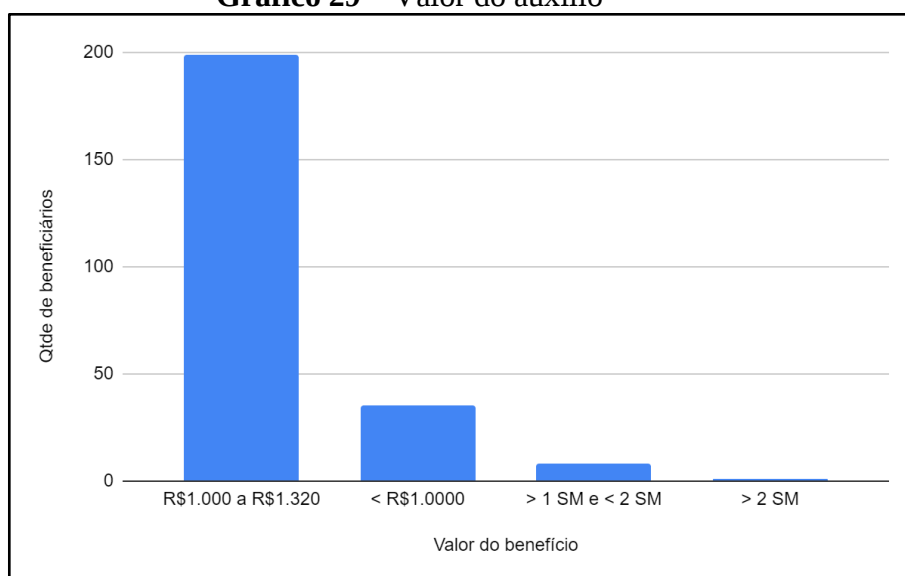
Gráfico 22 – Município de origem das trabalhadoras beneficiárias



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Sobre os valores dos benefícios, como o auxílio doença tem um valor variável, pois o cálculo é feito com base nos salários do beneficiário, encontramos as seguintes faixas:

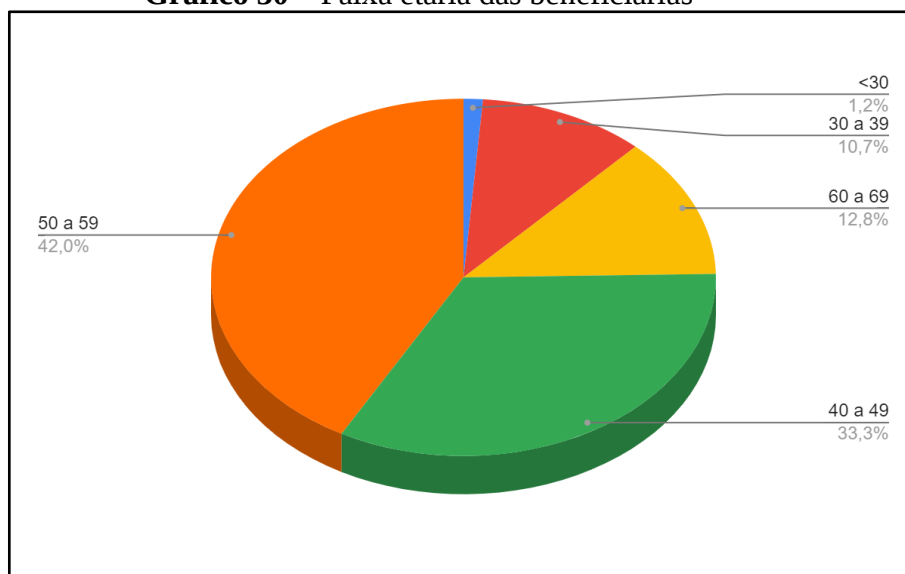
Gráfico 29 – Valor do auxílio



Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo INSS no portal e-SIC (2022)

Infelizmente têm trabalhadoras que recebem menos de um salário-mínimo, porém não tivemos tempo hábil para pedir informações complementares ao INSS sobre a razão de tantos auxílios abaixo do salário-mínimo. E esse cenário se deu durante a pandemia. Além de estarem doentes e talvez precisando de cuidados médicos, estavam sem poder trabalhar e recebendo um valor baixo para o custeio das despesas básicas. Considerando, inclusive, que a maior parte delas estavam numa faixa de idade entre 50 e 59 anos e uma quantidade considerável de 60 a 69, idades mais avançadas e demandantes de maiores cuidados físicos e com a saúde em geral.

Gráfico 30 – Faixa etária das beneficiárias



Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo INSS no portal e-SIC (2022)

Por último, e talvez seja uma das partes mais importante do nosso trabalho, precisamos refletir sobre as 12 trabalhadoras que foram beneficiárias do auxílio doença durante a pandemia e vieram a óbito nesse mesmo período. Não há registro do número de trabalhadoras domésticas que morreram de covid-19 em Sergipe, pois nas instituições públicas de saúde, para realizar o cadastro de entrada, não há no formulário pergunta sobre a profissão ou tipo de atividade que realiza. Esse fato tornou muito difícil a possibilidade do registro de contágio ou morte de trabalhadoras domésticas por covid-19. Porém, com esses dados enviados pelo INSS conseguimos detectar 12 trabalhadoras que tiveram seu benefício concedido durante a pandemia e nesse ínterim veio a óbito. O que nos leva a deduzir que há grandes chances de terem sido mortas pelas complicações da covid-19.

É doloroso pensar que essas trabalhadoras que morrem poderiam estar vivas se tivessem a quarentena garantida, se tivessem sido liberadas e remuneradas para se manterem em casa se preservando e cuidando da sua saúde. Toda a nossa pesquisa girou em torno da hipótese que as

trabalhadoras domésticas não tiveram proteção social durante a pandemia. Com todos os dados apresentados, só nos levam a concluir que nossa hipótese se confirma.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos um longo caminho para chegar até aqui, por vezes, inclusive, muito pedregoso e cheio de desafios. É clichê falar sobre os caminhos tortuosos da vida, mas é a definição exata do que foi nossa pesquisa e a elaboração dessa dissertação. Estudar, pesquisar e escrever sobre mulheres trabalhadoras, sendo a pesquisadora em questão igualmente uma mulher trabalhadora e também mãe, é saber que seria preciso olhar para si para depois enxergar a outra, percorrer sua própria história e realidade, abraçá-la, acolhê-la, para enfim ser capaz de fazer o mesmo com as outras. A dificuldade disso tudo foi conseguir se acolher numa realidade que é tão massacrante para as mulheres, que as condicionam à dureza da vida e a serem duras consigo mesmas. Apesar de tudo, conseguimos.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o acesso de trabalhadoras domésticas à assistência social no estado de Sergipe durante a pandemia de covid-19. Para atingir esse objetivo foi necessário verificar se as trabalhadoras domésticas, que são atravessadas por desigualdades de forma entrelaçada de raça, gênero e classe, tiveram pleno acesso à assistência social durante a pandemia de covid-19 em Sergipe.

Como já colocado antes, a escolha do tema se deu pela importância pessoal e pela relevância do tema para o contexto que vivenciamos na pandemia, onde ficou escancarado as relações de desigualdades e opressões vivenciadas por trabalhadoras domésticas em todo Brasil. Foi necessária uma calamidade mundial para percebermos, por um lado, a importância que o trabalho doméstico exerce na reprodução da vida e, por outro, ainda ser tão presente as situações de escravidão contemporânea expressas nas relações entre patrão e trabalhadora doméstica.

Nesse sentido, primeiro partimos para construir o estado da arte, pesquisando os trabalhos que já existiam sobre esse tema. Para isso, escolhemos, como base da pesquisa dos estudos com o nosso tema, os repositórios institucionais das universidades federais e uma estadual do Nordeste, já que o nosso trabalho está localizado no Nordeste. Em seguida, percebemos que o tema em questão era algo inédito tanto em Sergipe quanto no Nordeste, o que nos motivou a seguir em diante.

No capítulo um analisamos historicamente o papel do trabalho doméstico na formação social brasileira e no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, além de caracterizar o perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil contemporaneamente. Para isso exploramos a categoria trabalho, demonstrando como o trabalho foi responsável pela transformação do macaco em homem, pela sua humanização. Entretanto foi fundamental fazer o contraponto como atualmente o trabalho, no sistema capitalista, desumaniza as pessoas.

Ainda nesse capítulo, trazendo a discussão para a nossa realidade brasileira, abordamos a formação do capitalismo no Brasil, nos posicionando a favor do debate de que a proclamação da república foi um golpe da burguesia sem a participação do povo (Coutinho, 2011; Fernandes, 1976; Prado Júnior, 1983, 1961;) e também favorável no debate de que o escravismo foi um modo de produção novo (Gorender, 2016).

Outro ponto importante da dissertação foi a construção da classe trabalhadora no Brasil, que até a abolição era formada por trabalho escravo, em sua maioria, de africanos traficados e seus descendentes nascidos aqui e trabalho livre. Após a abolição e por causa dela, os trabalhadores libertos não foram absorvidos pela indústria em formação do Brasil. Estes, por sua vez, foram relegados a continuar trabalhando nas fazendas a fim de garantir sobrevivência e trabalhadores imigrantes foram contratados para o trabalho nas indústrias. Em Sergipe o cenário foi muito parecido, utilizamos dados e informações trazidas por Avelino (2018).

Logo após, no ponto alto do capítulo, trouxemos o papel e a importância do trabalho doméstico na formação sócio-histórica do Brasil. Utilizamos autoras importantes nos estudos sobre gênero, mulher negra brasileira, trabalho doméstico, raça e etnia, feminismo etc. Tais como Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Juliana Teixeira, Shirley Andrade, Maria Betânia Ávila, Heleieth Saffioti. Com esse arcabouço teórico foi possível revelar o papel do trabalho doméstico na sustentação da economia das fazendas escravistas, tanto na reprodução da força de trabalho dos escravizados, enquanto esposas e mães, quanto na reprodução da família da casa grande, cuidando da organização doméstica, criando as crianças brancas, filhos das sinhás e servindo de objeto sexual dos senhores.

Por último, tratamos da seguridade social enquanto política pública de proteção social no Brasil. Trouxemos a reflexão do conceito de proteção social e da sua utilização pelo capitalismo para manter a classe trabalhadora em condições de vender sua força de trabalho mesmo diante de condições precárias e desiguais de trabalho. Desnudamos a relação capital versus trabalho e a questão social como eixo dessa disputa.

Já no capítulo dois, analisamos as determinantes sócio-históricas do sistema capitalista na relação com o trabalho doméstico e para isso fizemos a discussão do trabalho do cuidado e a sua atual crise no sistema capitalista. Foi necessário, mesmo que superficialmente, abordarmos as polêmicas conceituais sobre o que seria o trabalho do cuidado e suas formas. Para além disso, refletimos sobre os fluxos migratórios, suas causas e consequências para o trabalho do cuidado, a crescente precariedade das condições de trabalho, contrato e relações degradantes dessa atividade e seus reflexos no trabalho doméstico.

Como último ponto do capítulo dois, correlacionamos os marcadores de raça, gênero e classe com o trabalho doméstico remunerado e sua dissociação. Foi preciso trazer o debate do racismo estrutural, sua construção histórica e diferenciá-lo do preconceito racial vivenciado no cotidiano que, na verdade, é expressão daquele. Sobre gênero, trouxemos o conceito de patriarcado e a importância da construção da família, da propriedade privada e do Estado para a desigualdade de gêneros. Bem como a raça e o gênero determinam a classe social.

No terceiro e último capítulo tratamos da assistência social em Sergipe, no âmbito da SEASC. Levantamos dados estatísticos sobre a política de assistência social em Sergipe, avaliamos que a política social implementada pelo governo do estado durante e após a pandemia de covid-19 é assistencialista e a falta de ações coordenadas e técnicas de programas e políticas de efetiva proteção social contribuem para essa característica. Sendo assim, conseguimos analisar as respostas que o Estado deu em relação à proteção social das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de covid-19 em Sergipe.

Em relação a análise de dados confirmou-se a hipótese da falta de proteção social pelo estado, o que ficou expresso na renda das trabalhadoras, na falta de campo de trabalho e perspectivas reinserção no mercado de trabalho, baixos índices de acesso a cesta básicas durante a pandemia, falta de conhecimento e aproximação do CRAS de referência do seu território, muitas famílias em situação de pobreza sem receber o bolsa família.

Em contrapartida o SINDOMÉSTICA apresentou ações coletivas realizadas por sindicatos, movimentos sindicais, iniciativa privada, organizações feministas e de trabalhadores, pela Central Única dos Trabalhadores - CUT de Sergipe que se movimentaram para garantir alimentação, produtos de limpeza e máscaras para as trabalhadoras domésticas do estado. O que nos levou a concluir que, como diz o rapper Emicida, “tudo que nós tem é nós”, ou seja, a solidariedade de classe é o que, no sistema capitalista, pode garantir a proteção da classe trabalhadora, seja na luta por direitos, seja na luta pela sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso?** Blog da Boitempo: São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 13 maio 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

ANDRADE, Shirley Silveira. **A formação da consciência do trabalhador rural escravizado: reflexões sobre as potencialidades dos processos formativos desenvolvidos pela comissão pastoral da terra no Tocantins**. Tese (Doutorado - Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18949>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ANDRADE, Shirley Silveira. **A mulher negra no mercado de trabalho: condições escravistas das trabalhadoras domésticas**. Curitiba: CRV, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade**. Revista Nueva Sociedad especial em português, p. 44-59, 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariade/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Tese (Doutorado - Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9427>. Acesso em: 25 jul. 2023

ÁVILA, Maria Betânia. Notas sobre o Trabalho Doméstico. In: LIMA, Maria Edinalva Bezerra et al (orgs). **Transformando a Relação Trabalho e Cidadania**. São Paulo: CUT Brasil, 2007.

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Os sentidos da liberdade: trajetórias, abolicionismo e relações de trabalho no Vale do Cotinguiba no pós-abolição (Sergipe 1880-1930)**. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.historia.uff.br/stricto/td/2007.pd>. Acesso em: 05 set. 2023

BARBOSA, Francisco. **Mulheres negras são as mais afetadas pelas condições impostas pela pandemia: para a professora do IFCE, Rafaella Florencio, isso se dá pela condição de vida da população negra**. Brasil de Fato: Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/28/mulheres-negras-sao-as-mais-afetadas-pelas-condicoes-impostas-pela-pandemia>. Acesso em: 13 maio 2021.

BARRETO, Marina Leão de Aquino. **Criada, não, empregada!:** contrastes e resistências sob a vigília dos patrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado - Mestrado em História Social)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31929>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. **Mulheres, direitos humanos e legislação:** onde está nossa cidadania? In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Brasília: Rosa dos Tempos- NIPAS/UNICEF, 1994. p. 231-270.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Soceidade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília, DF: Senado Federal: 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2023.

CARDOSO, Sintia Araújo. **Lute como uma mulher negra:** do sindoméstico ao coletivo de mulheres. 2019. 146 f. Dissertação (mestrado - programa de pós-graduação em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) Universidade Federal da Bahia, faculdade de filosofia e ciências humanas, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34347>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social:** Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão. 10 ed. Brasília-DF: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 13 maio 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil:** ensaios sobre ideias e formas. 4ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 264 p.

COSTA, Joana Simões *et al.* **Emprego doméstico no Brasil:** transições em contextos de crises. [S.l, S. n.], 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/211125_bmt72_nt_1_2.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

DIAS, Tamaya Luna Publio. **Trabalho doméstico no Brasil:** da escravidão à lei complementar nº150/2015. Retratos de um ordenamento jurídico omissivo e desigual. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito,

Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34031>. Acesso em: 23 nov. 2022.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição Ridendo Castigat Mores, 1876. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2017.

FALEIROS, Vicente P. **A natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. In: CFESS/ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 1999. p. 42-55

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

G1. **‘Uma pessoa muito batalhadora’**, diz sobrinho de empregada doméstica que morreu de coronavírus. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/03/22/uma-pessoa-muito-batalhadora-diz-sobrinho-de-empregada-domestica-que-morreu-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

G1. **Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome**. Por Fantástico, 2021. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

G1. **Caso Miguel**: a queda de menino do 9º andar que levou à condenação da patroa da mãe dele por abandono de incapaz. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-por-abandono-de-incapaz.ghtml>. Acesso em: 11 jan.2023.

GAMA, Aliny. **Caso Miguel**: 6 minutos se passaram entre 1ª entrada no elevador e queda. UOL: Maceió, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/01/caso-miguel-6-minutos-se-passaram-entre-1-entrada-no-elevador-e-queda.htm>. Acesso em: 14 maio 2021.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 47-71, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. Disponível em: <https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2014/03/fernandes-f-a-revolucao-burguesa-no-brasil.pdf>. Acesso: 13 jan. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2016

HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. *In*: ABREU, Alice Rangel De Paiva.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução de Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 193-202.

HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Boitempo, 2022

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD COVID19. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD Contínua. Trimestre móvel de novembro a janeiro de 2020. Brasil, IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2020_jan.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD Contínua. Trimestre móvel de novembro a janeiro de 2021. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_jan.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD Contínua. Trimestre móvel de novembro a janeiro de 2022. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2022_jan.pdf Acesso em: 11 jan. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD Contínua. Trimestre móvel de outubro a dezembro de 2022. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: 2023 Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2022/pnadc_202204_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 3 out. 2023.

IBGE. **Santo Amaro de Brotas**. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/santo-amaro-das-brotas/panorama>. Acesso em: 15 out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação

profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6º edição. São Paulo: Cortez, 2011.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil**: debates e desafios. In: MDS, UNESCO. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1963.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. *et al.* (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais/ organização Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte (MG): UFMG, 1999.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade**. In: CFESS/ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 1999.

LIMA, Tatiana Silva de. **Escravos e libertos nos serviços domésticos no Recife no Século XIX**: mudanças e continuidades. 2021. 230 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56616?locale=en>. Acesso em: 25 nov. 2022.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 8.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1992

LOPES, Lisandra Cristina. **A luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico no Brasil**: gênero, raça, classe e colonialidade. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Programa de pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60289>. Acesso em: 25 nov. 2022.

Mapografia Social do Município de Aracaju. [S.l, S.n], 2019. Disponível em:

<https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OSERVATORIO-Mapografia-Social-de-Aracaju-para-o-Observatorio-Social-final.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023

MARTINS, Tereza Cristina. **Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil**. Brasília: Inscrita, n. 14, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/inscrita14-cfess-site> Acesso em: 28 ago. 2023.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 113-132, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5010758>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MARTINS, Tereza Cristina. **Questão étnico-racial: seus nexos com o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira**. In: GONÇALVES, M. da C. V.; MARTINS, T. C. S.; SANTOS, V. N. (Orgs.). **Temas contemporâneos no Serviço Social: um convite à reflexão**. São Cristóvão: UFS, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, Livro I: o processo de produção de capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de; FROTA, Maria Helena de Paula. A ascensão da mulher à esfera pública e a intervenção no social: primeiro-damismo e assistência social. I Encontro De Pesquisa E Pós-Graduação Em Humanidades, **Anais [...]**, [S.n], Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará, 2021, p. 1-15. Disponível: [efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1027_1027612d3b1bc35eb.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1027_1027612d3b1bc35eb.pdf). Acesso em:

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MDS- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Nota Informativa nº 2/2023 MDS/SNCF: Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado**. Brasília, 2023.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.1, p.49-55, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. RATT, Alex. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo SP: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social**. v.2, n. 3, p. 41-40, 2021

Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara. Proteção social contemporânea: cui prodest? * **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DSgvNQnNyK3fNkJYcv8VTQr/>. Acesso em: 6 set. 2023.

PINHEIRO, L. *et al.* **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. IPEA, Brasília-DF, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota_n24_Mulheres_trabalho.pdf . Acesso em: 22 set. 2023.

PINHEIRO, L. *et al.* **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. IPEA, Brasília-DF, nov. 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf Acesso em: 13 maio 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6º ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5502200/mod_resource/content/1/Caio%20Prado%20Jr.%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil%20contempor%C3%A2neo.pdf . Acesso em: 13 jan. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1978 Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=947> . Acesso em: 16 janeiro 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do brasil**: colônia e império. 13º ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5506848/mod_resource/content/2/caio%20prado%20jr_evolu%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20do%20brasil.pdf . Acesso em: 13 jan. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nWD4BRgjxy4H54tJtXyxVst/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 13 jan. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 7. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ROCHA, Larissa Feitosa da. **A organização política das trabalhadoras domésticas: Os aspectos sócio-históricos da luta sindical em Aracaju/SE.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe, 2012.

ROCHA, Igor. **Cresce o número de resgate de trabalho doméstico análogo à escravidão.** Notícia preta, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/cresce-o-numero-de-resgate-de-trabalho-domestico-analogo-a-escravidao/>. Acesso em 13 jan. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Emprego Doméstico e Capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes.** 3. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas - São Paulo: Autores Associados, 2007.

SLATTERY, G.; GAIER, R. V. **Morte por coronavírus em Miguel Pereira ressalta riscos e provoca debates.** Extra, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/morte-por-coronavirus-em-miguel-pereira-ressalta-riscos-provoca-debates-24325221.html>. Acesso em: 13 maio 2021.

SODRÉ, Nelson. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil.** Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sodre/1990/mes/drg799469.pdf> . Acesso em: 13 jan. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência social: de ação individual a direito social.** Revista brasileira de Direito Constitucional – RBDC, n. 10, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf Acesso em: 13 janeiro 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MDS, UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 23 jan. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil.** In: Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2018. p. 2315-2325. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5SMZzhGjWn5wHHsQvy649qL/#> . Acesso em: 8 set. 2023.

STROPASOLAS, Pedro. **Número de pessoas resgatadas do trabalho escravo doméstico cresce mais de 13 vezes em 5 anos**. Brasil de Fato. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/29/numero-de-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-domestico-cresce-mais-de-13-vezes-em-5-anos>. Acesso em: 22 out. 2023.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TONET, Ivo. **Marxismo para o século XXI**. [S.I, S. n.]. Maceió, 2003. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Marxismo_para_o_Seculo_XXI.pdf . Acesso em 12 jan. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

ANEXO A - PROTOCOLOS DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES À PREFEITURA DE ARACAJU

16/01/23, 10:51

Prefeitura de Aracaju | 1Doc



Pedido de e-SIC 133/2022



Situação em 16/01/2023 10:50: Finalizado | Código nº 329.216.621.297.940.579

Larissa Feitosa da Rocha
· 75 99700-6959
CPF 027.XXX.XXX-10

Para

SEMFA-OUVIDORIA...

CGM-OGM - Ouvidoria Geral do Município, SEMFA-OUVIDORIA -
Ouvidoria

Em 02/09/2022 às 11:43

SEMFA - Assistência Social

Prezadas e prezados,

Sou assistente social da UFS e estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS. Meu estudo é sobre o trabalho doméstico na pandemia de COVID-19 em Aracaju. Estou precisando acessar dados sobre pessoas que se declaram como trabalhadoras domésticas e que receberam bolsa família e auxílio Brasil entre março de 2020 e junho de 2022 no município de Aracaju/SE. Além disso, solicito que esse quantitativo de trabalhadoras domésticas também estejam classificadas por raça/cor, gênero e idade. Desde já agradeço.

Transparência — Quem já visualizou

Larissa Feitosa da Rocha	IP 45.185.177.108	25/09/2022 às 21:19
Marcelo Santos Souza - Coordenador de Almoxarifado/Patrimônio	SEMFA » SEMFA-DADM » SEMFA-DADM-COLOG » SEMFA-DADM-COLOG-GEALMOX	20/09/2022 às 13:11
Roberto da Costa Santos - Assessor Extraordinário para Assuntos Governamentais	CGM » CGM-OGM	19/09/2022 às 10:50
Yolanda de Oliveira Santos - Assistente Social	SEMFA » SEMFA-HABITAÇÃO » SEMFA-HABITAÇÃO-REND	14/09/2022 às 15:34
Consulta externa por código	IP 200.133.41.65	14/09/2022 às 11:34
Marcelo Santos Souza - Coordenador de Almoxarifado/Patrimônio	SEMFA » SEMFA-DADM » SEMFA-DADM-COLOG » SEMFA-DADM-COLOG-GEPAT	02/09/2022 às 16:23
Marcelo Barbosa Dos Santos - Ouvidor Geral do Município	CGM » CGM-OGM	02/09/2022 às 15:20
Marcelo Santos Souza - Coordenador de Almoxarifado/Patrimônio	SEMFA » SEMFA-GABSEC » SEMFA-OUVIDORIA	02/09/2022 às 14:41
Ursula Caetano de Souza - assistente de gabinete	CGM » CGM-OGM	02/09/2022 às 13:54

Prezada,

16/01/23, 10:51

Prefeitura de Aracaju | 1Doc

**Despacho 3-
133/2022**

20/09/2022 às 13:40

Respondido

SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
RENTAYolanda de Oliveira
Santos - *Assistente
Social*SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
RENTA

Vale ressaltar que as informações do Cadastro Único são autodeclaradas pela Responsável Familiar.

Att.

Despacho 4- 133/2022

20/09/2022 às 15:12

Respondido

SEMFAS »
SEMFAS-GABSEC
» SEMFAS-
OUVIDORIA
Marcelo Santos
Souza - *Coordenador
de
Atendimento/Patrimôn*Larissa Feitosa da
Rocha

Prezada Larissa Feitosa da Rocha,

Ao cumprimentá-la cordialmente, informamos que sua solicitação foi direcionada para o setor responsável que nos respondeu da seguinte forma:

Conforme solicitação de Vossa Senhoria, segue os dados com base do CADUNICO/PAB referente ao mês de junho/2022.

Marcação no Cadastro Único como empregado doméstico - 497

RAÇA:

Branca - 60

Preta - 52

Amarela - 02

Parda - 383

GÊNERO:

Masculino - 08

Feminino - 489

IDADE:

21 A 25 anos - 27 pessoas

26 a 30 anos - 45 pessoas

31 a 35 anos - 78 pessoas

36 a 40 anos - 99 pessoas

41 a 45 anos - 110 pessoas

46 a 50 anos - 80 pessoas

51 a 55 anos - 29 pessoas

56 na 60 anos - 22

+ 60 anos - 07

Vale ressaltar que as informações do Cadastro Único são autodeclaradas pela Responsável Familiar.

16/01/23, 10:51

Prefeitura de Aracaju | 1Doc

Despacho 1- 133/2022

14/09/2022 às 11:22

Encaminhado



SEMFAS »
SEMFAS-GABSEC
» SEMFAS-
OUVIDORIA
Marcelo Santos
Souza - *Coordenador
de
Almoxarifado/Patrimôn*



SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
REDA
A/C Yolanda de
Oliveira Santos -
Assistente Social

Encaminhado para providencias.

**Despacho 2-
133/2022**

20/09/2022 às 13:38

Respondido



SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
REDA
Yolanda de Oliveira
Santos - *Assistente
Social*



SEMFAS »
SEMFAS-GABSEC
» SEMFAS-
OUVIDORIA

Prezado Senhor,

Conforme solicitação de Vossa Senhoria, segue os dados com base do CADUNICO/PAB referente ao mês de junho/2022.

.Marcação no Cadastro Único como empregado doméstico - 497

RAÇA:

Branca - 60

Preta - 52

Amarela - 02

Parda - 383

GÊNERO:

Masculino - 08

Feminino - 489

IDADE:

21 A 25 anos - 27 pessoas

26 a 30 anos - 45 pessoas

31 a 35 anos - 78 pessoas

36 a 40 anos - 99 pessoas

41 a 45 anos - 110 pessoas

46 a 50 anos - 80 pessoas

51 a 55 anos - 29 pessoas

56 na 60 anos - 22

+ 60 anos - 07

Att.

16/01/23, 10:51

Prefeitura de Aracaju | 1Doc

Atenciosamente;

Yolanda de Oliveira Santos.

Tendo sido a sua solicitação respondida, reputamos concluído o seu pedido de e-SIC motivo pelo qual estamos arquivando a mesmo.

Sem Meis;

Marcelo Souza.

Situação atual: Finalizado

1Doc • Comunicação Interna, Atendimento, Documentos e Tarefas • www.1doc.com.br

« Voltar - Central de Atendimento

16/01/23, 10:52

Prefeitura de Aracaju | 1Doc

**Pedido de e-SIC 134/2022**

Situação em 16/01/2023 10:52: Finalizado | Código nº 948.016.621.301.990.119



Larissa Feitosa da Rocha

- 75 99700-6959

CPF 027.XXX.XXX-10

e-mail: larissa@aracaju.se.gov.br

Para

SMS-GAB-OUVIDORI...

CGM-OGM - Ouvidoria Geral do Município, SMS-GAB-OUVIDORIA -

Ouvidoria

Em 02/09/2022 às 11:49

SMS - Saúde Pública

Prezadas e Prezados,

Sou assistente social e da UFS e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS. Minha pesquisa é sobre o trabalho doméstico na pandemia de COVID-19 em Aracaju-SE. Em razão disto, solicito informação do quantitativo de pessoas que se declararam como trabalhadoras domésticas e deram entrada nos serviços de saúde do município de Aracaju-SE com sintomas gripais e qual o procedimento realizado entre março de 2020 e junho de 2022. Solicito também que esse quantitativo venha classificado por raça/cor, gênero e idade. Desde já agradeço!

Transparência — Quem já visualizou

Marcelo Barbosa Dos Santos - Ouvidor Geral do Município	CGM » CGM-OGM	02/09/2022 às 15:18
Consulta externa por código	IP 189.0.159.220	02/09/2022 às 13:58
Daisy Santana Teles - OUVIDORA DA SAÚDE	SMS » SMS-GAB » SMS-GAB-OUVIDORIA	02/09/2022 às 11:58

Despacho 1-134/2022

02/09/2022 às 13:45

Respondido



SMS » SMS-GAB
» SMS-GAB-OUVIDORIA
Daisy Santana Teles
- OUVIDORA DA SAÚDE



Larissa Feitosa da Rocha

Prezada,

O atendimento no SUS não solicita nenhuma menção ao cargo, cor, raça, gênero ou idade dos seus usuários, ficando assim muito difícil responder a sua pesquisa.

Atenciosamente,

[Assinatura]

16/01/23, 10:53

Prefeitura de Aracaju | 1Doc

**Pedido de e-SIC 143/2022**

Situação em 16/01/2023 10:53: Finalizado | Código nº 553.916.641.522.129.198



Larissa Feitosa da Rocha
 - 75 99700-6959
 CPF 027.XXX.XXX-10

Para

SEMFAZ-OUIDORIA...

CGM-OGM - Ouvidoria Geral do Município, SEMFAZ-OUIDORIA -
 Ouvidoria

Em 25/09/2022 às 21:30

SEMFAZ - Assistência Social

Prezadas e prezados,

Recentemente fiz uma solicitação pedindo as seguintes informações: pessoas que se declaram como trabalhadoras domésticas e que receberam bolsa família e auxílio Brasil entre **MARÇO de 2020 e JUNHO de 2022** no município de Aracaju/SE. Além disso, solicito que esse quantitativo de trabalhadoras domésticas também estejam classificadas por raça/cor, gênero e idade.

Porém só recebi dados de Inscritos no Cadastro Único/PAB referente ao mês de junho de 2022.

Dessa forma, volto a solicitar dados referente ao período entre **março de 2020 e junho de 2021** de pessoas que se declaram como trabalhadoras domésticas e que **RECEBERAM bolsa família e auxílio Brasil** (não apenas as cadastradas no CADUNICO) no município de Aracaju-SE. Classificadas por raça/cor, gênero e idade.

Ressalto a importância desses dados para a minha pesquisa e a produção de conhecimento acadêmico.

Desde já agradeço!

Transparência — Quem já visualizou

Maria Aparecida Gomes - Assistente de diretor	CGM » CGM-OGM	29/09/2022 às 08:46
Roberto da Costa Santos - Assessor Extraordinário para Assuntos Governamentais	CGM » CGM-OGM	27/09/2022 às 14:23
Marcelo Santos Souza - Coordenador de Almoxarifado/Patrimônio	SEMFAZ » SEMFAZ-DADM » SEMFAZ-DADM-COLOG » SEMFAZ-DADM-COLOG-GEPAT	27/09/2022 às 14:03
Irina Ianne Jurubeba Santos - Cargo Em Comissão	SEMFAZ » SEMFAZ-DPAS » SEMFAZ-DPAS-CPSB	27/09/2022 às 10:16
Larissa Feitosa da Rocha	IP 200.133.41.65	26/09/2022 às 12:04
Yolanda de Oliveira Santos - Assistente Social	SEMFAZ » SEMFAZ-HABITAÇÃO » SEMFAZ-HABITAÇÃO-RENDIA	26/09/2022 às 10:33
Roberta Viana Menezes Salgado - Assistente Social	SEMFAZ » SEMFAZ-DPLAN » SEMFAZ-DPLAN	26/09/2022 às 10:16

16/01/23, 10:53

Prefeitura de Aracaju | 1Doc

Consulta externa por código	IP 200.133.41.65	26/09/2022 às 10:02
Marcelo Santos Souza - Coordenador de Almoarifado/Patrimônio	SEMFAS » SEMFAS-DADM » SEMFAS-DADM-COLOG » SEMFAS-DADM-COLOG-GEALMOX	26/09/2022 às 09:59
CATHARINA DA SILVA SANTOS MENEZES - Coordenadora	SEMFAS » SEMFAS-DPAS » SEMFAS-DPAS-CPSB	26/09/2022 às 09:59
Marcelo Santos Souza - Coordenador de Almoarifado/Patrimônio	SEMFAS » SEMFAS-GABSEC » SEMFAS-OUVIDORIA	26/09/2022 às 09:52
Marcelo Barbosa Dos Santos - Ouvidor Geral do Município	CGM » CGM-OGM	26/09/2022 às 07:31

Despacho 1- 143/2022

26/09/2022 às 09:59

Encaminhado



SEMFAS »
SEMFAS-GABSEC
» SEMFAS-
OUVIDORIA
Marcelo Santos
Souza - Coordenador
de
Almoarifado/Patrimônio



SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
REDA
A/C Yolanda de
Oliveira Santos -
Assistente Social

Prezadas,

Segue para conhecimento e providências.

...

Despacho 2- 143/2022

26/09/2022 às 10:02

Encaminhado



SEMFAS »
SEMFAS-DPAS »
SEMFAS-DPAS-
CPSB
CATHARINA DA
SILVA SANTOS
MENEZES -
Coordenadora

Bom dia

Sendo uma demanda também da VSA encaminho para conhecimento e pra providências

Att

...

16/01/23, 10:53

Prefeitura de Aracaju | 1Doc



SEMFAS »
SEMFAS-DPLAN »
SEMFAS-DPLAN

**Despacho 3-
143/2022**

26/09/2022 às 11:45

Respondido

Em atenção a solicitação de Vossa Senhoria no despacho 01, informo da impossibilidade de atendimento da demanda, uma vez que só recebemos a base do CADUNICO do Gov. Federal trimestralmente.



SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
REDA

Yolanda de Oliveira
Santos - *Assistente
Social*



SEMFAS »
SEMFAS-DPAS »
SEMFAS-DPAS-
CPSB

**Despacho 4-
143/2022**

26/09/2022 às 11:55

Respondido

Reforço o Despacho 3, tendo em vista que esta Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial se utiliza da mesma base do Setor de Cadastro Único.

ATT



SEMFAS »
SEMFAS-DPLAN »
SEMFAS-DPLAN
Roberta Viana
Menezes Salgado -
Assistente Social



SEMFAS »
SEMFAS-GABSEC
» SEMFAS-
OUVIDORIA

**Despacho 5-
143/2022**

26/09/2022 às 12:06

Respondido

Prezadas,

Nesse caso vocês podem fornecer os dados trimestrais desde março de 2020 a junho de 2022 das trabalhadoras domésticas cadastradas no CADUNICO/PAB?

Larissa Feitosa da
Rocha

- 75 99700-6959
CPF 027.XXX.XXX-10

16/01/23, 10:53

Prefeitura de Aracaju | 1Doc



Envolvidos

Despacho 6-143/2022

29/09/2022 às 07:40

Respondido

SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
RENTAYolanda de Oliveira
Santos - Assistente
SocialSEMFAS »
SEMFAS-DPAS »
SEMFAS-DPAS-
CPSB

Estamos providenciando, em breve encaminharemos.

Despacho 7- 143/2022

18/10/2022 às 10:24

Respondido

SEMFAS »
SEMFAS-GABSEC
» SEMFAS-
OUVIDORIA
Marcelo Santos
Souza - Coordenador
de
Almoxarifado/PatrimônioSEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
RENTA

Solicito informar se as devidas providências foram adotadas, para que possamos arquivar a presente manifestação.

Despacho 8-143/2022

19/10/2022 às 08:26

Respondido

SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-

Solicitamos a Coordenadoria Estadual do CADUNICO/PAB os dados referentes aos anos 2020 e 2021, visto que o nosso arquivo com essas informações fora deteriorado, e até o momento não tivemos retorno.

16/01/23, 10:53

Prefeitura de Aracaju | 1Doc

**HABITAÇÃO-
REDA**Yolanda de Oliveira
Santos - *Assistente
Social*SEMFAS »
SEMFAS-GABSEC
» SEMFAS-
OUVIDORIA**Despacho 9- 143/2022**
22/11/2022 às 10:07

Respondido

SEMFAS »
SEMFAS-GABSEC
» SEMFAS-
OUVIDORIA
Marcelo Santos
Souza - *Coordenador
de
Almoxarifado/Patrimôn*SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
REDA
A/C Yolanda de
Oliveira Santos -
Assistente Social

Prezada,

Solicito informar se as devidas providências foram adotadas, para que possamos arquivar a presente manifestação.

**Despacho 10-
143/2022**
23/11/2022 às 12:38

Respondido

SEMFAS »
SEMFAS-
HABITAÇÃO »
SEMFAS-
HABITAÇÃO-
REDA
Yolanda de Oliveira
Santos - *Assistente
Social*SEMFAS »
SEMFAS-DPLAN »
SEMFAS-DPLAN

Prezado Senhor,

Infelizmente não obtivemos êxito na solicitação feita a Coordenadoria Estadual do Cadastro Único. Sendo assim, orientamos que a solicitante encaminhe a demanda diretamente a Coordenadoria Estadual que dispõe desses dados.

16/01/23, 10:53

Prefeitura de Aracaju | 1Doc

Despacho 11-143/2022

23/11/2022 às 15:15

Respondido



CGM » CGM-OGM

Marcelo Barbosa
Dos Santos -
Ouvidor Geral do
Município



Larissa Feltosa da
Rocha

Prezada Senhora,

Agradecemos pelo seu contato com a Ouvidoria Geral do Município de Aracaju. Informamos que nos termos do Despacho 10, consideramos concluído o presente Pedido de e-SIC. Oportunamente, informamos abaixo os contatos da Ouvidoria Geral do Estado para maiores informações:

<https://www.ouvidoria.se.gov.br/index> e/ou telefone 0800 079 0162

Atenciosamente,



Situação atual: Finalizado

1Doc • Comunicação Interna, Atendimento, Documentos e Tarefas • www.1doc.com.br

« Voltar - Central de Atendimento

ANEXO B - PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FEITA AO INSS

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Dados Básicos da Manifestação

Tipo de Manifestação: Acesso à Informação
 Esfera: Federal
 NUP: 03005.420870/2022-83
 Órgão Destinatário: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
 Órgão de Interesse:
 Assunto: Acesso à informação
 Subassunto:
 Data de Cadastro: 02/09/2022
 Situação: Concluída
 Data limite para resposta: 06/10/2022
 Canal de Entrada: Internet
 Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email)
 Registrado Por: Órgão
 Tipo de formulário: Acesso à Informação
 Serviço:
 Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Resumo: Número de trabalhadoras domésticas em Aracaju-se que receberam auxílio doença e auxílio por acidente de trabalho entre março de 2020 e junho de 2022.

Teor: Solicito o número de trabalhadoras domésticas em Aracaju-se que receberam auxílio doença e auxílio por acidente de trabalho entre março de 2020 e junho de 2022. Solicito também a classificação dessas trabalhadoras domésticas por raça/cor, idade e gênero. Desde já agradeço!

Proposta de melhoria:

Município do local do fato:

UF do local do fato:

Local:

Não há anexos originais da manifestação.

Não há anexos complementares.

Não há textos complementares.

Não há envolvidos na manifestação.

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Detalhes da Manifestação

Campos Adicionais

Não há campos adicionais.

Dados das Respostas

Tipo de Resposta	Data/Hora	Teor da Resposta	Decisão
Resposta Conclusiva	03/10/2022 17:08	Prezada senhora, Segue anexa a informação solicitada. Salientamos, finalmente, que o Serviço de Informações ao Cidadão não substitui os canais de atendimento do INSS e foi criado como ferramenta para obtenção de informações públicas com base na Lei de Acesso à Informação - LAI. Atenciosamente, Coordenação do Serviço de Informações ao Cidadão – INSS	Acesso Concedido

Denúncia de descumprimento

Não há registro de denúncias de descumprimento.

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Detalhes da Manifestação

Dados de Encaminhamento

Não há registros de encaminhamento.

Dados de Prorrogação

Prazo Original	Novo Prazo	Responsável	Motivo	Justificativa	Data/Hora Ação
26/09/2022 23:59	06/10/2022 23:59	Órgão	Outros motivos	Prezada senhora, Informamos que foi solicitada a prorrogação do prazo de resposta pela área técnica do INSS, nos termos do parágrafo 2º, do art. 11 da Lei nº 12.527/2011, considerando o volume de demandas sob responsabilidade da área no período. Atenciosamente, Coordenação do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC/INSS	26/09/2022 09:33

ANEXO C - [PROTOCOLO](#) DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FEITA À SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEASC



Protocolo: 26853/23-3

Solicitante: LARISSA FEITOSA DA ROCHA

Tema: Outros

Assunto: Solicitação de informações

Órgão / Entidade: SEASC - Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania

Tipo de manifestação: Pedido de Informação (e-SIC)

Status: Aberta

Data Inicial: 27/09/2023

Data Limite: 17/10/2023

Manifestação:

LARISSA FEITOSA DA ROCHA - 27/09/2023 10:56 :

Prezadas (os),

Sou assistente social e estudante de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PROSS da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Meu tema de estudo e pesquisa é sobre o Trabalho Doméstico remunerado na Pandemia de COVID-19. Dessa forma, solicito da SEASC as ações, medidas, políticas e programas de cobertura e atenção para as trabalhadoras domésticas remuneradas do estado de Sergipe (Mesmo que não sejam específicas para esta categoria, mas que também as tenham contemplado), realizadas por esta secretaria, no período de março de 2020 a dezembro de 2022.

Ressalto a importância dessas informações para a realização da pesquisa que busca mapear a cobertura de amparo no estado de Sergipe para essas trabalhadoras.

Desde já agradeço.

Larissa Feitosa da Rocha

Histórico:

Sistema - 27/09/2023 10:56 :

Manifestação 26853/23-3 foi recebida no sistema da entidade Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania.

ANEXO D - PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FEITA À SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO – SETEEM



Protocolo: 26854/23-3

Solicitante: LARISSA FEITOSA DA ROCHA

Tema: Outros

Assunto: Solicitação de informações

Órgão / Entidade: SETEEM - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo

Tipo de manifestação: Pedido de Informação (e-SIC)

Status: Aberta

Data Inicial: 27/09/2023

Data Limite: 17/10/2023

Manifestação:

LARISSA FEITOSA DA ROCHA - 27/09/2023 11:00 :

Prezadas (os),

Sou assistente social e estudante de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PROSS da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Meu tema de estudo e pesquisa é sobre o Trabalho Doméstico remunerado na Pandemia de COVID-19. Dessa forma, solicito da SETEEM as ações, medidas, políticas e programas de cobertura e atenção para as trabalhadoras domésticas remuneradas do estado de Sergipe (Mesmo que não sejam específicas para esta categoria, mas que também as tenham contemplado), realizadas por esta secretaria, no período de março de 2020 a dezembro de 2022.

Solicito também o número estimado de trabalhadoras domésticas remuneradas do estado de Sergipe.

Ressalto a importância dessas informações para a realização da pesquisa que busca mapear a cobertura de amparo no estado de Sergipe para essas trabalhadoras.

Desde já agradeço.

Larissa Feitosa da Rocha

Histórico:

Sistema - 27/09/2023 11:00 :

Manifestação 26854/23-3 foi recebida no sistema da entidade Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo.